



Projeto Político Pedagógico de Bacharelado em Direito

Senhor do Bonfim - BA

2023

A educação, como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro; aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais.

Vitor Henrique Paro

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação	BACHAREL EM DIREITO
Mantida	Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB), processo n° 202305181
Modalidade Oferecida	Presencial
Periodicidade	Semestral
Número de Vagas Anuais	100
Carga Horária:	4.080Horas
Tempo de Integralização:	Mínimo – 05 anos (10 semestres) Máximo – 7,5 anos (15 semestres)
Turno de Funcionamento	Matutino e Noturno
Público-alvo:	Concluintes do Ensino Médio ou Portadores de diploma

Diretrizes Curriculares Nacionais

-Resolução Nº 05, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

-Resolução Nº 02, DE 19 DE ABRIL DE 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

-Resolução Nº 2 de 18 DE JUNHO DE 2007 Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

-Resolução Nº 3, DE 2 DE JULHO DE 2007- Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

Sumário

1. PERFIL INSTITUCIONAL	9
1.1. MANTENEDORA	9
1.2 INSTITUIÇÃO MANTIDA	9
1.3 ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	9
1.3.1. Estrutura e Instâncias Superiores de Decisão	9
1.3.2. Gestão Acadêmico Administrativa	10
1.3.3. Organização e Controle. Acadêmico Administrativo	10
1.3.4. Corpo Técnico-Administrativo	10
1.4. BASE LEGAL DA IES	11
1.4.1. Histórico da Mantida	11
1.4.2. Missão Institucional	14
1.4.3. Visão Institucional	14
1.5. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	14
1.5.1 Valores	15
1.6. CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL	16
1.6.1 Unidades Judiciárias em Senhor do Bonfim	21
1.7. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	23
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA	26
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	26
2.1.1. Concepção Pedagógica do Curso	26
2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	27
2.3. OBJETIVOS DO CURSO	32
2.3.1. Objetivo Geral:	32
2.3.2. Objetivos Específicos:	33
2.4. PERFIL DO EGRESSO	34
2.4.1 Competências e Habilidades	34
2.4.2. Campos de Empregabilidade do Egresso	38
2.5. ESTRUTURA CURRICULAR	38
2.5.1. Conteúdos Curriculares	41
2.5.2. Estrutura Curricular e Representação Gráfica	45
2.6. ELEMENTOS INOVADORES E DIFERENCIAIS COMPETITIVOS	49
2.6.1. Coerências entre Objetivos, Perfil do Egresso, Competências, Currículo, Contexto e DCN	53

2.6.2. Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado dos Egressos.....	54
2.6.3. Demonstrativo do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais.....	57
2.7. PERCURSO FORMATIVO.....	62
2.8. METODOLOGIA DO CURSO	64
2.8.1 Estratégias Metodológicas	64
2.8.2. Acessibilidade Metodológica e Instrumental	66
2.9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	67
2.10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	70
2.11. TRABALHOS DE CURSO	72
2.12. APOIO AO DISCENTE	73
2.12.1 Atividades de Nivelamento	73
2.12.2 Acolhimento/Monitoria (Apoio Psicopedagógico).....	74
2.12.4 Acompanhamento de Egressos.....	76
2.13. PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS.....	77
2.13.1. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa (ações resultantes do processo de avaliação interna e externa; existência do processo de avaliação periódica do curso).....	77
2.13.2. Avaliação Docente.....	80
2.13.3. Avaliação do Curso	80
2.14. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	81
2.15. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	82
2.15.1 Avaliação do Curso	85
3. CORPO DOCENTE.....	86
3.1. NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	86
3.2. ATUAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR.....	88
3.3. CORPO DOCENTE E COMPONENTES CURRICULARES.....	90
3.4. CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO.....	91
3.5. CORPO DOCENTE: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE E NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	93
3.6. COLEGIADO DO CURSO	97
3.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	97
4. INFRAESTRUTURA FÍSICA GERAL.....	98
4.1. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA.....	100
4.2. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	102
4.3. MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPANSÃO DOS EQUIPAMENTOS... ..	102

4.4. ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO ..	104
4.4.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral.....	104
4.4.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador.....	105
4.4.3 Sala Coletiva de Professores.....	105
4.4.4 Salas de Aula.....	105
4.4.5 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	106
4.5.1 Espaço Físico.....	109
4.5.2 Horário de Funcionamento	109
4.5.3 Política de Aquisição, Expansão e Atualização.....	109
4.6 AUDITÓRIO	111
4.7 SALA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	111
4.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA	111
5. LABORATÓRIOS	113
5.1. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	113
5.2. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA.....	114
6. AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO	116
8. ANEXOS	117
ANEXO 1-EMENTÁRIO.....	118
ANEXO 2-REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	190
ANEXO 3-REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	201
ANEXO 4- REGULAMENTO PARA PRODUÇÃO DO TRABALHO DE CURSO.....	203
ANEXO 5-REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA.....	211

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (Bacharelado) ofertado pela Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB). Tal documento foi concebido buscando atender os fundamentos legais expressos nas seguintes direcionadores legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996); Resolução CNE/CES nº 5 de 17 de dezembro de 2018 e Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (BRASIL, 2018); Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (BRASIL, 2002); Instrução Normativa OAB Nº 05/2003 que dispõe sobre a tramitação dos processos de autorização e reconhecimento de cursos jurídicos, e dá outras providências.

A proposta de ofertar o Curso de Graduação em Direito (Bacharelado) decorre da busca da consolidação da FABASB enquanto instituição de ensino superior formadora de profissionais com competências/habilidades para atender as exigências contemporâneas oriundas do campo do Direito, em especial, no Território de Identidade do Piemonte norte do Itapicuru, localizado no semiárido baiano.

Nesta perspectiva, a proposta contempla conhecimentos atualizados, espaços acadêmicos e oportunidades para que o futuro egresso esteja apto para desenvolver novas tecnologias, educar e gerenciar a construção de forma crítico-reflexiva, sintonizado com as inovações da ciência, da profissão e as práticas emergentes do mercado de trabalho, participando da construção e investigação do conhecimento. Um profissional que represente fielmente o esforço da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB para responder adequadamente às expectativas de qualidade requeridas pela sociedade atual, neste tempo de significativas mudanças e de verdades instáveis.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. MANTENEDORA

RGS Empreendimentos Educacionais Empreendimentos Educacionais LTDA–ME é pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma entidade privada com fins lucrativos de caráter educacional, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia inscrita no CNPJ sob nº 10.144.546/0001-70.

Denominação	RGS Empreendimentos Educacionais Empreendimentos Educacionais LTDA–ME
CNPJ	10.144.546/0001-70
Natureza Jurídica	Entidade privada com fins lucrativos
Representante Legal	Regivan Gomes dos Santos
Contato	regivangomes@hotmail.com

Tabela 1- Dados da Mantenedora
Fonte: Diretoria Acadêmica, 2023.

1.2 INSTITUIÇÃO MANTIDA

Mantida:	Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB			
End.:	Rua Visconde do Rio Branco			nº: 42
Bairro: Centro	Cidade: Senhor do Bonfim	CEP: 48.970-000	UF: BA	
Fone:	74-88038578			
E-mail:	info@fasb.com.br			
Site:	www.fabasb.com.br			

Tabela 2- Mantida
Fonte: Diretoria Acadêmica, 2023.

1.3 ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

1.3.1. Estrutura e Instâncias Superiores de Decisão

De acordo com o Regimento Interno da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, cabe, em conjunto com a direção da faculdade, Conselho Superior, Coordenador, Colegiado de Curso e NDE (Núcleo Docente Estruturante) a gestão, e a articulação com as demais instâncias acadêmico-administrativas da IES, visando a realização dos objetivos do curso em consonância com a finalidade da Instituição.

1.3.2. Gestão Acadêmico Administrativa

A administração central da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB é feita pela Diretoria Geral, órgão executivo superior, sendo apoiada pelos demais órgãos responsáveis pela condução da política acadêmico-administrativa e seus desdobramentos. A gestão acadêmica, por sua vez, distribui-se entre a Diretoria Acadêmica, as Coordenações de Curso, a Secretaria Acadêmica, a Biblioteca que dão suporte ao processo de gestão institucional.

1.3.3. Organização e Controle. Acadêmico Administrativo

O controle acadêmico é realizado pela Secretaria Acadêmica, seguindo as normas regimentais e aquelas oriundas da direção superior. Pela sua importância singular num contexto acadêmico, a Secretaria constitui-se em órgão auxiliar responsável pela organização e centralização dos assentamentos acadêmicos, congregando e unificando os registros dos atos e fatos do corpo docente e discente relacionados aos cursos ofertados. É dirigida por um Secretário Acadêmico e tem sob sua guarda todos os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos previstos regimentalmente e aqueles previstos na legislação vigente. Atua para que esses registros sejam feitos de forma rápida, confiável e eficiente, tanto ao público interno quanto externo.

1.3.4. Corpo Técnico-Administrativo

O quadro de pessoal técnico-administrativo da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB é constituído de servidores não-docentes, encarregados de dar suporte técnico-operacional indispensável ao funcionamento normal das atividades institucionais. Desse modo, a atuação dos integrantes da equipe reveste-se de especial importância para o desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos, atuando de forma colaborativa na implementação de suas rotinas.

A admissão de integrante do corpo técnico-administrativo efetiva-se mediante contrato de trabalho celebrado com a RGS Empreendimentos Educacionais LTDA, por indicação do seu dirigente, obedecidas as normas regimentais e dos órgãos da administração superior da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, em observância à legislação trabalhista. Têm prioridade candidatos com formação

profissional de nível médio ou oriundos de cursos superiores, com vistas a atender especificidades de uma instituição de ensino superior, que podem ir além das atividades de ensino e abranger outras relacionadas à prestação de serviços à comunidade externa.

No exercício profissional, cumpre aos integrantes do quadro de pessoal técnico-administrativo da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, entre outras, as seguintes funções:

- desempenhar cargos, funções e serviços para os quais for contratado com dedicação e presteza;
- participar como representante do corpo técnico-administrativo nos órgãos colegiados da Instituição, na forma regimentalmente prevista;
- observar o regime disciplinar instituído no Regimento;
- zelar pelo patrimônio colocado à disposição da comunidade acadêmica; • acatar as decisões superiores, dentro da esfera de sua competência, e prestar contas de seu desempenho;
- utilizar os serviços e recursos colocados à sua disposição.

Durante o processo de seleção e o provimento de cargos técnico administrativos são observados aspectos relacionados à especificidade da ocupação, idoneidade profissional, capacidade técnica, integridade moral e à conduta ética no desempenho das atribuições atinentes ao cargo a ser ocupado.

Os instrumentos da política de recursos humanos para o corpo técnico são os Planos de Cargos e Salários. Neles constam os critérios de preenchimento dos cargos, os grupos ocupacionais, as formas de progressão, os mecanismos de avaliação de desempenho funcional de seus ocupantes, bem como a política e os procedimentos relativos à capacitação profissional.

1.4. BASE LEGAL DA IES

1.4.1. Histórico da Mantida

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB), instituição de ensino superior genuinamente bonfinense, nasceu em 2014, do anseio de inovação e crescimento do grupo RGS EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS, grupo que atua na área educacional na região desde 11 de julho de 2007 e que tem como Fundadora e Diretora, a Professora Regivan Gomes dos Santos, com o propósito de abranger a oferta de ensino superior de qualidade na Região.

No ano de 2015, o projeto de credenciamento da FABASB, foi protocolado junto ao Ministério da Educação e vinculado ao credenciamento, foi submetido o Projeto do Curso de Bacharelado em Administração. A autorização de seu funcionamento se deu a princípio no ano de 2018, publicada no Diário Oficial da União através da Portaria N° 784, que inicialmente funcionará nas instalações da sede da RGS Empreendimentos Educacionais, localizada à Rua Visconde do Rio Branco.

A mesma repousa no desenvolvimento de um trabalho centrado em decisões colegiadas em todos os níveis e instâncias institucionais, visando fortalecer a descentralização e da tomada coletiva de decisões, além de propiciar o desenvolvimento da corresponsabilidade e da criatividade.

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) é uma instituição de ensino superior regulamentada por meio da Portaria n° 784, de 16 de agosto de 2018 expedida pelo Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2018, cuja mantenedora é a RGS Empreendimentos Educacionais Empreendimentos Educacionais LTDA–ME possui como objetivo ofertar cursos de formação, capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional e pessoal, abrangendo diversas áreas do conhecimento, modalidades e níveis. A FABASB está localizada no centro da cidade de Senhor do Bonfim (BA), município que se encontra à 376 km de Salvador (BA) e que pode ser considerado uma “cidade satélite” na região que está inserida, assim, atraindo pessoas e processos para seu entorno.

A FABASB, na comunidade a qual está inserida, desenvolve projetos de cursos de extensão, aperfeiçoamento e qualificação, e propõe-se a evidenciar os valores da cidadania na compreensão crítica de seu papel estratégico no contexto regional e socioeconômico, contribuindo para uma transformação modernizadora na elevação dos patamares da educação.

Tem como missão ampliar as oportunidades educacionais de jovens e adultos na educação profissional através de ensino de qualidade e inovações tecnológicas, formando e capacitando profissionais qualificados para atender as exigências e necessidades do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento humano e social embasada em valores como competência, compromisso, Ética e Responsabilidade Social.

O futuro/presente aponta para continuidade em busca da qualidade do ensino ofertado e dos serviços dele derivados, vislumbrando a ampliação de estratégias de comunicação com a sociedade, o resgate da memória histórica da cidade e da instituição, a ampliação da infraestrutura para as atividades de ensino, o aprimoramento dos programas de incentivo docente e discente, assim como das estratégias de internacionalização. Tais perspectivas já se encontram alinhadas nos instrumentos de planejamento institucional e retratam ações que materializam a qualquer tempo o percurso definido para a FABASB desde sua criação, que pode ser traduzido pela finalidade de criar oportunidade de crescimento individual e de desenvolvimento do município de Senhor do Bonfim (BA) e municípios circunvizinhos.

O futuro aponta para a continuidade em busca da qualidade do ensino ofertado e dos serviços dele derivados, vislumbrando a ampliação de estratégias de comunicação com a sociedade, o resgate da memória histórica da cidade e da instituição, a ampliação da infraestrutura para as atividades de ensino e de assistência à Direito, o aprimoramento dos programas de incentivo docente e discente, assim como das estratégias de internacionalização. Tais perspectivas já se encontram alinhadas nos instrumentos de planejamento institucional e retratam ações que materializam a qualquer tempo o percurso definido para a FABASB desde sua criação, que pode ser traduzido pela finalidade de criar oportunidade de crescimento individual e de desenvolvimento para o município de Senhor do Bonfim e seu entorno.

É com esta visão que o Curso de Direito da FABASB conduzirá sua forma de educar, aberto sempre a novas abordagens e metodologias, com uma escuta atenta às novas demandas da sociedade. Tem como foco a máxima qualidade do produto acadêmico que quer oferecer, na solidez dos saberes necessários para a ação. Sua linha de ação é direcionada para um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática didático-pedagógica do curso, desenvolvendo formas de aprendizagem identificadas na sua Missão e nos seus objetivos.

1.4.2. Missão Institucional

A nossa missão é promover e difundir o desenvolvimento sustentável do País com ações educacionais que possam contribuir para a transformação da sociedade, formando cidadãos empreendedores criativos e inovadores, capazes de protagonizar no tempo adequado as mudanças necessárias para evolução pessoal e profissional, sob os princípios humanísticos, éticos e científicos.

1.4.3. Visão Institucional

Ampliar as oportunidades educacionais de jovens e adultos na educação profissional através de ensino de qualidade e inovações tecnológicas, formando e capacitando profissionais qualificados para atender as exigências e necessidades do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento humano e social embasada em valores como competência, compromisso, Ética e Responsabilidade Social.

1.5. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB), como instituição educacional de Ensino Superior, tem por objetivos na área dos cursos que ministra:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; (LDB, art. 43, I)
- II. Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes;
- III. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; (LDB, art. 43, II)
- IV. Incentivar o trabalho de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive; (LDB, art. 43, III)
- V. Incentivar o diálogo interdisciplinar, a integração entre os diversos ramos do saber, a reflexão crítica sobre problemas humanos, a investigação da verdade;
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, comunicando o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação; (LDB, art. 43, IV)

VII. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; (LDB, art. 43, V)

VIII. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; (LDB, art. 43, VI)

IX. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa acadêmica, científica e tecnológica geradas na Instituição; (LDB, art. 43, VII)

X. Cooperar no desenvolvimento social, econômico, cultural da região e/ou país;

XI. Cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, na realização de pesquisas, na elaboração de projetos e na prestação de serviços, assegurando-lhes, segundo as suas possibilidades, assistência técnica;

XII. Proporcionar ao Corpo Docente oportunidades de participação em programas de desenvolvimento comunitário, regional e nacional, favorecendo meios para realização de atividades culturais, artísticas e desportivas.

XIII. Manter intercâmbio de informações e de pessoal com Instituições congêneres, nacionais e/ou estrangeiras;

XIV. Estabelecer planos, programas e projetos, Produção Artística e Atividades de Extensão.

XV. Estimular a capacidade empreendedora dos estudantes para a promoção da inovação científica, tecnológica e social.

Os objetivos acima constam de todos os projetos pedagógicos de curso, objetivando a garantia de uniformidade institucional e documental dos cursos em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

1.5.1 Valores

Dentre os valores da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB), destacam-se: “**Construção coletiva**” - expressa na intenção e prática de cada segmento que constitui a Instituição, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade;

“Interação recíproca com a sociedade” - caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentável, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional;

“Construção permanente da qualidade de ensino” - entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação e da pós-graduação;

“Extensão voltada para seus aspectos fundamentais” - quais sejam, tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas acadêmicas, socializando o saber universitário e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade, para uma vez estruturando-o em bases científicas, restituí-lo à sua origem;

“Desenvolvimento curricular” - contextualizado e circunstanciado, expressão da concepção de conhecimento entendido como atividade humana, processual e permanentemente construído;

“Busca permanente da unidade teoria e prática” - o que exige que o conhecimento acadêmico adquirido possa ser colocado em ação por meio de vivências.

“Adoção de aspectos metodológicos” - fundamentados nos pressupostos de uma metodologia dialética que concebe a sociedade e a educação como dinâmicas e partícipes da construção das relações infra e superestruturais.

“Foco no estudante” - A Instituição trabalha para o desenvolvimento pessoal, profissional e social do aluno;

“Valorização das pessoas” - As pessoas como maior capital da Instituição. O trabalho em equipe é estimulado;

“Ética” - Busca-se a transparência e responsabilidade em todas as relações institucionais e interpessoais, para manter a credibilidade;

“Inovação” - Deve-se criar e ousar, sempre;

“Sustentabilidade ambiental” - Há compromisso com a preservação ambiental e com uma Educação para um mundo sustentável.

1.6. CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL

Os registros históricos apontam que, no fim do século XVI, o Município de Senhor do Bonfim foi povoado a partir da busca pelo ouro e pedras preciosas, bem como pela introdução da criação de gado no sertão baiano.

Seguindo a lógica exploratória e expansionista, os portugueses pertencentes à Casa da Torre, organizaram expedições pelo interior do Brasil. Uma dessas empreitadas teve como destino as regiões banhadas pelo rio São Francisco. Na rota das entradas e bandeiras tinham como ponto de exploração as minas de ouro de Jacobina-BA.

Na rota dessas expedições se localizava o atual Município de Senhor do Bonfim. Neste foi estabelecida uma rancharia de tropeiros no século XVII, essa servindo de pouso para vaqueiros, bandeirantes e desbravadores que transitavam naquela Região.

Somadas a essas expedições também existia a estratégia de catequizar as populações indígenas. Como nas proximidades da rancharia existia uma dessas comunidades, formada pelas etnias Payayás e Kiriris, a Ordem dos Padres Franciscanos, criou o arraial da Missão do Sahy, em 1697. No Arraial foram construídos convento e igreja sob invocação de Nossa Senhora das Neves.

Em 1720, o arraial do Sahy passou à categoria de Vila, sediando a comarca de Jacobina até 1724, quando a sede foi transferida para a Vila de mesmo nome. Hoje a localidade é um distrito de Senhor do Bonfim e chama-se Missão do Sahy.

Na Estrada das Boiadas, também chamada Estrada Real Bonfim – Juazeiro, foram sendo construídas novas edificações. Esse crescente povoado, em 1750, recebeu oficialmente o nome de Arraial de Senhor do Bonfim da Tapera. Devido a localização privilegiada do Arraial, este se destacava como importante núcleo voltado à criação de gado e ponto estratégico para os exploradores das riquezas minerais da região. Isso demandava uma ação de controle e ordem para localidade. Assim, em 1807, por força de Carta Régia, o governo da província autorizou a criação da Vila Nova da Rainha. Em 28 de maio de 1885, a Vila foi elevada à categoria de Cidade com o nome de Senhor do Bonfim.

Socialmente o entorno da cidade de Senhor do Bonfim, apresenta uma realidade social, econômica e cultural historicamente associada ao estigma da seca e da pobreza. Por outro lado, a região apresenta uma riqueza natural que contrasta com os baixos índices de desenvolvimento humano do território.

Geograficamente está situado no Território chamado Piemonte Norte do Itapicuru, que compreende, além de Senhor do Bonfim, os Municípios de: Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Pindobaçu, Filadélfia, Antônio

Gonçalves. Juntos, estes têm cerca de 265.000 habitantes. O território apresenta ainda 275 pontos de recursos minerais cadastrados, dentre esses Minerais e Rochas Industriais – MRI; Minerais Energéticos – ME; Minerais Metálicos – MI; e Recursos Hídricos – RH.

Esses dados apontam na direção de que existe na região do Piemonte Norte do Itapicuru, campo propício para o desenvolvimento científico e tecnológico. É nesta perspectiva que se abre a possibilidade de uma ação educativa capaz de atuar na melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem nos níveis fundamental, médio e superior e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população local.

O Senhor do Bonfim é um município brasileiro localizado no centro norte da Bahia. Localizado a 375 km da capital Salvador, tem uma população de aproximadamente 81.330 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE. De clima quente e úmido o ano todo, seu bioma é a Caatinga. O município possui uma forte tradição de festas juninas e é considerada a capital baiana do forró. Sua população é estimada em 80 769 mil habitantes, de acordo com o Censo 2016 e possui uma área de 827 km².

A cidade está localizada no sopé sul da Serra do Gado Bravo, extensão da Chapada Diamantina, na Cordilheira do Espinhaço. Sua altitude, na região central da cidade, é de 453 metros acima do nível do mar, mas possui locais na extensão do município com altitude superior a 600 metros.

Por ter localização privilegiada, é sempre verde em todos os meses do ano, sempre abastecida de frutas e verduras da região denominada “Grota”, nos vales da cordilheira.

Nos seus domínios encontram-se várias nascentes de rios, todos pertencentes à bacia do Rio Itapicuru. Existem vários açudes no município, como o Açude do Sohen, Açude do Quiçé, Açude da Boa Vista, que ajudam a minorar a falta d’água nos tempos de seca. Esses açudes represam riachos também pertencentes à bacia do rio Itapicuru.

A história da formação de Senhor do Bonfim está diretamente relacionada à busca de ouro e pedras preciosas e à introdução da criação de gado no sertão baiano. Os registros históricos apontam que, no fim do século XVI, o Município de Senhor do Bonfim foi povoado a partir da busca pelo ouro e pedras preciosas, bem como pela introdução da criação de gado no sertão baiano.

A microrregião de Senhor do Bahia está inserida na 28^a região administrativa, sendo composto pelos municípios do Piemonte Norte, microrregião onde encontra-se no

designado “polígono das secas” por possuir predominantemente clima semiárido, com temperaturas médias variando entre 23 e 27°C e pluviosidade entre 300 e 800 mm/ano. Entre as Serras da região destacam-se a Serra de Santana e Maravilha. Estas serras compõem a Serra da Jacobina. A região conta ainda com grutas no município de Campo Formoso, além de áreas de explorações minerais. A microrregião apresenta uma vegetação típica de caatinga esparsa, rarefeita e adaptada ao regime pluviométrico da região, geralmente perdem as folhas no período de estiagem com recomposição da folhagem após as primeiras chuvas. A feira livre de Senhor do Bonfim é a maior da Bahia e a segunda maior do Nordeste em extensão territorial.

Segundo dados do IBGE - O Município de Senhor do Bonfim apresenta os seguintes dados socioeconômicos:

POPULAÇÃO:

Sua população é estimada em 74.490 mil HABITANTES, apresenta uma DENSIDADE DEMOGRÁFICA 94,37 habitantes por quilômetro quadrado de acordo com o Censo 2022 e

ÁREA TERRITORIAL:

A área da unidade territorial (2022) é de 789.361 Km² - Hierarquia Urbana (2018) Centro Sub-regional A (3A) tem como Região de influência (2018) – Arranjo Populacional de Petrolina/PE também Região intermediária (2021) – Juazeiro/Ba.

TRABALHO E RENDA:

Em 2021, o salário médio mensal era de 1.7 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.9%. equivalente a 9.250 pessoas.

O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo é de 46,7% (2010)

Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 264 de 417 e 82 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3962 de 5570 e 2975 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 46.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 332 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1925 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

EDUCAÇÃO:

A Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) é de 98%

O IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (2021) é de 4,8

O IDEB – anos finais do ensino fundamental é de 3,8

O Número de matrículas no ensino fundamental (2021) é de 10.169 matrículas;

Enquanto no Ensino Médio é de 4.617 matrículas.

O Número de docentes no ensino fundamental (2021) é de 482 docentes;

Enquanto no Ensino Médio é de (2021) é de 298 docentes.

O Município abriga 68 (sessenta e oito) estabelecimentos de ensino fundamental

No ensino superior o município abriga uma instituição ativa e Credenciada no Município de acordo com Censo 2021 – A Faculdade Ages de Senhor do Bomfim com 738 matrículas, enquanto que mantém outras 10 unidades de Polo de EaD de IES de outros locais do país, abrigando aproximadamente 1.660 alunos matriculados.

ECONOMIA:

O PIB per capita (2020) é de R\$11.999,31 com um percentual de receitas oriundas de fontes externas (2015), da ordem de 89,9%.

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - (2010) é de 0,666.

O Município apresentou em 2017 um total de \receitas realizadas da ordem de R\$129.265,48 (x1000); para uma Despesas de 129.265,48(x100)

SAÚDE:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.86 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.3 para cada 1.000 habitantes.

O Município conta ainda com 47 estabelecimentos vinculados ao SUS

Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 210 de 417 e 205 de 417, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1899 de 5570 e 2059 de 5570, respectivamente.

MEIO AMBIENTE:

Área urbanizada: 16,86 Km²

Esgotamento sanitário adequado (2010): 54,7%;

Arborização de vias públicas (2010): 64,3%;

Urbanização de vias públicas (2010): 10,8%;

População exposta ao risco (2010) 3.881 pessoas;

Bioma (2019) – Caatinga.

O município não pertence ao Sistema Costeiro Marinho (2019)

A FABASB junto com as demais instituições de ensino superior compromete-se com a redução da dívida social para com a população local. Nesse sentido, espera-se que as estratégias educativas possam criar para a região mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável. Ações estas fundadas nas práticas da extensão e na investigação científica, cujo lócus seja a realidade do semiárido nordestino.

Entendemos ainda que as práticas da extensão e de pesquisa em educação se tornarão significativas, à medida que podem contribuir para construção de metodologias e estratégias inovadoras que permitam promover a melhoria da qualificação do ensino. Assim, é urgente a resignificação do campo da extensão e da pesquisa na formação universitária das IES na região de Senhor do Bonfim e adjacências, como espaço privilegiado de experimentação de metodologias educativas inovadoras capazes de criar uma ambiência intelectual de relevância científica e pertinência social.

1.6.1 Unidades Judiciárias em Senhor do Bonfim

Devido a amplitude da cidade de Senhor do Bonfim e a demanda cada vez mais crescente do judiciário, foi enviada pelo Tribunal de Justiça da Bahia à Assembleia Legislativa a proposta de reclassificação da comarca de entrância intermediária para entrância final, logo após ser aprovada, de forma unânime, por todos os desembargadores em sessão plenária.

Assim, com a publicação da lei nº 13.808 de 28 de novembro de 2017, a Comarcas de Senhor do Bonfim foi elevada de entrância intermediária para final, de forma a atender ao elevado crescimento de demandas envolvendo as unidades judiciárias.

A 384 quilômetros de Salvador, ao Fórum Desembargador Edgar Simões, localizado à Av. Roberto Santos, 373 - Centro, Sr. do Bonfim - BA, 48970-000, contando com uma média de 50 servidores, têm em suas dependências duas varas cíveis, sendo a juíza Ana Lúcia Ferreira de Souza, titular da 1ª Vara Cível, o juiz Teomar Almeida de Oliveira, titular da 2ª Vara cível e o Juiz Tardelli Cerqueira Boaventura, titular da Vara do Sistema dos Juizados Especiais cíveis e criminais e juiz substituto da 1ª Vara Criminal. Urge destacar que em breve terá implantada mais uma vara cível e uma vara criminal.

Com a promoção de entrada, a Comarca passou a ter a Central de Mandados de Senhor do Bonfim já está vinculada ao Sistema da Coordenação de Central de Mandados (CCM), sendo a 21ª comarca integrada no estado da Bahia. No total, 50 cidades, que são atendidas por essas 21 comarcas, já estão incluídas no Sistema.

A partir de agora, os mandados expedidos pelas unidades judiciais de Senhor do Bonfim, através dos Sistemas PJE, Projudi e SAJ, serão enviados, automaticamente, para uma das centrais integradas, e distribuídos (também de forma automática) aos oficiais de justiça, de acordo com o endereço constante no cadastro da parte destinatária. Além disso, o órgão deve também elaborar relatórios mensais de produtividade e de ocorrências em geral, inclusive de mandados com prazo de cumprimento excedido, acompanhados das respectivas justificativas formalizadas, a serem submetidos à direção do fórum e entregues até o quinto dia útil de cada mês.

A Comarca conta ainda com a implantação do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos - Cejusc. Esta unidade atua no âmbito pré-processual e processual, em matéria Cível, Comercial, Consumo, Família e Fazendária. Tendo como base os métodos autocompositivos de resolução consensual de conflitos, estando na coordenação da unidade a Magistrada ANA LÚCIA FERREIRA DE SOUZA, em matéria Cível, Comercial, Consumo, Família e Fazendária.

Por ser órgão essencial à justiça, mas independente do poder judiciário, Senhor do Bonfim dispõe de uma regional da Defensoria Pública, implantada, em 24 de outubro de 2008, a 5ª Defensoria Pública Regional. A unidade tem por objetivo concentrar todo o atendimento da instituição na cidade, além de ser um ponto de apoio para os defensores que atuam em comarcas e localidades próximas. A Defensoria de Bonfim funciona diuturnamente com sistema de plantão, atuando na área cível e criminal, contato direto mantido com as delegacias, atentos aos presos em flagrantes, estando à serviço da

população. Por fim, insta registrar que a regional de Senhor do Bonfim irá atender à sede e cerca de 30 distritos, sendo ponto de referência também para os municípios vizinhos onde não haja defensor público.

Por fim, com o fito de garantir a aplicação da ordem jurídica, a cidade de Senhor do Bonfim conta com uma sede regional do Ministério Público, por ser uma instituição permanente e indispensável à função jurisdicional do estado. Atuando na defesa Cível, Fundações e Eleitoral, Consumidor, Criança e Adolescente, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Pública, Defesa Social, Moralidade Administrativa, Criminal.

Ainda nesse diapasão, precisamos destacar que a cidade de Senhor do Bonfim, sedia uma Vara do Trabalho, com sede na Av. Roberto Santos, nº:503, Centro, nesta cidade, abarcando municípios da região no raio de 150 km. Por fim, Tamanho é o potencial jurídico da região, que a FABASB enxergou um grande campo promissor na seara do direito.

1.7. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A oferta do curso de Direito justifica-se, na Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB por diversos fatores.

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB é uma instituição de ensino superior regulamentada por meio da Portaria nº 784, de 16 de agosto de 2018 expedida pelo Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2018, cuja mantenedora é a RGS Empreendimentos Educacionais Empreendimentos Educacionais LTDA–ME possui como objetivo ofertar cursos de formação, capacitação, treinamento e desenvolvimento profissional e pessoal, abrangendo diversas áreas do conhecimento, modalidades e níveis.

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) está localizada no centro da cidade de Senhor do Bonfim (BA), município que se encontra à 376 km de Salvador (BA) e que pode ser considerado uma “cidade satélite” na região que está inserida, assim, atraindo pessoas e processos para seu entorno., o município se destaca pela simplicidade de sua organização urbana, econômica na utilização dos espaços, com um pouco mais de

81 mil habitantes, Bonfim é também centro de confluência de uma região com mais de 360 mil habitantes, Sede da 28ª Região Administrativa da Bahia, da qual fazem parte, também, Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Ponto Novo, Filadélfia, Itiúba e Umburana. Bonfim está às margens da BR 407. Ainda focando a produção agrícola para a Região, vale a pena destacar o projeto de desenvolvimento para irrigação frutífera, cereais e legumes que está sendo implantado no município de Ponto Novo, que trará novas perspectivas para a Região. A ligação do município com outras regiões se faz da rodovia Lomanto Júnior, BR-407, além das estradas vicinais que a ligam o município aos diversos distritos e povoados, que possibilitam o escoamento de sua produção. o município que é formado por uma população estimada de 80.810 habitantes (segundo dados do IBGE 2014)

A região que Senhor do Bonfim centraliza é uma rica província mineral, destacando-se a grande produção de cobre (Mina da Caraíba), Cromo (Mina de Pedrinhas e Ferbasa), ouro, vanádio, magnetita, ferro, manganês, calcita, granito, ametista (Mina da Cabeluda), esmeralda (Minas da Carnaíba e Socotó) e níquel. Possui uma intensa produção agrícola e pecuária, focando nas lavouras de milho e feijão e na criação de gado de corte, dando ênfase a produção leiteira e, também o destaque para os abatedouros da produção de gado, ovino e caprino. Outro fomento do município é a agricultura familiar comercializada em pequenas feiras pelos próprios produtores.

A cidade do Senhor do Bonfim, tem se desenvolvido, ao longo dos anos, com o surgimento e crescimento de empresas da área do comércio e serviços, expansão de escolas, estrutura do poder público, aumento do uso da tecnologia e anseios da sociedade que, em consequência deste movimento, necessita ampliar a quantidade de profissionais especializados para atuarem nas mais diversas áreas a fim de atender as novas demandas decorrentes deste processo.

Considerando os dados apresentados e a importância do profissional para a área social, econômica e política do estado, o Curso de Graduação em Direito, visualiza a possibilidade de seus egressos conquistarem melhores postos de empregos e por consequência, promover a redução das desigualdades sociais, e conseqüentemente promover:

a) o desenvolvimento da educação, de uma forma diferenciada, proporcionando à comunidade e aos municípios vizinhos um curso superior de qualidade;

b) a criação de oportunidades para um maior número de estudantes terem o acesso à educação superior, considerando que isso, para muitos, só se viabiliza com a oferta de cursos em seu próprio município;

c) a possibilidade de proporcionar formação técnico-profissional e crescimento cultural a um número cada vez maior de pessoas, na expectativa de que essas, dotadas de senso crítico e criatividade, atuem com competência e responsabilidade, para o desenvolvimento de suas comunidades e da própria região, garantindo um trabalho de excelência.

Os fundamentos básicos que levaram a Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB a criar esse novo projeto sustenta-se, principalmente, na demanda identificada pelo curso na região onde a Instituição está inserida, a necessidade identificada no mercado profissional dos serviços jurídicos e no compromisso de implantar um projeto de ensino e pesquisa de boa qualidade. Para embasar tais fundamentos foram realizadas pesquisas de mercado com o objetivo principal de detectar os anseios da comunidade regional bem como as necessidades dos profissionais da área e as barreiras, deficiências e oportunidades do mercado profissional.

Ao desenhar o currículo ora proposto, partiu-se do entendimento da necessidade emergente de formar bacharéis em Direito capazes de compreender amplamente o contexto econômico, sociopolítico e cultural da Região, do desenvolvimento brasileiro e dos processos de globalização da economia mundial, cada vez mais alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Destacam-se a capacidade de prover ao mercado profissionais capacitados em compreender as relações humanas e os negócios envolvidos nas atividades do campo jurídico que afetam diretamente a comunidade, estabelecendo assim um norteamento de suas ações, pautada em valores éticos e morais relacionados à diversidade étnico racial, cultural e de gênero, aos princípios do desenvolvimento sustentável, vendo-se como elo na construção de uma sociedade mais justa, igualitária que preserva e promove o respeito aos Direitos Humanos.

Em síntese, a concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB dos objetivos e perfil de egresso, à matriz curricular Justifica-se pelo compromisso de contribuir para atender à demanda de formação de profissional academicamente qualificado, intelectual e profissionalmente

autônomo, capaz de se responsabilizar pela própria aprendizagem, reflexivo, adaptável a novas situações e exigências sociais e profissionais, apto a lidar com desafios impostos pelas sociedades contemporâneas, que exigem não só capacidades técnicas, mas também formação ética e humanística.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

- a) **Nome do Curso:** Direito, Bacharelado.
- b) **Modalidade de Oferta:** Presencial
- c) **Endereço de Funcionamento:** Rua Visconde do Rio Branco, nº 42, Centro – Senhor do Bonfim – Bahia, CEP: 48.970-000.
- d) **Resolução de Criação do Curso:** Portaria 01/2022 de 15 de agosto de 2022.
- e) **Número de vagas solicitadas:** 100 vagas anuais (O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino.
- f) **Turno de funcionamento:** Matutino e Noturno
- g) **Carga horária total do Curso (em horas e hora/aula):** 4.080 horas
- f) **Tempo mínimo e máximo de integralização do Curso:** 5 anos e 7,5 anos

2.1.1. Concepção Pedagógica do Curso

A criação do curso de Graduação em Direito (Bacharelado) da FABASB visa contribuir para esta formação almejada pelas nossas diretrizes educacionais e que venham ao encontro dos anseios da sociedade. O contexto educacional, portanto, mostra-se crucial para fornecer elementos a partir dos quais discussões e reflexões acadêmicas

serão travadas, permeando e concedendo “vida” para aspectos essencialmente técnicos e dogmáticos da ciência jurídica.

O currículo formativo proposto implica a apropriação de saberes jurídicos pelos envolvidos com o processo educativo para que se tenha, de forma legítima, a clareza dos aspectos formadores da competência técnica e do compromisso social, funções da educação acadêmica, e formação de profissional academicamente qualificado, intelectual e profissionalmente autônomo, capaz de se responsabilizar pela própria aprendizagem, reflexivo, adaptável a novas situações e exigências sociais e profissionais, apto a lidar com desafios impostos pelas sociedades contemporâneas, que exigem não só capacidades técnicas, mas também formação ética e humanística.

Ciente de seu papel no cenário da educação, a FABASB assume o compromisso de implementar um curso de Graduação em Direito (Bacharelado) a partir de uma concepção crítica e interdisciplinar, que forme profissionais comprometidos com uma aprendizagem permanente e empenhados nas mudanças sociais, como veremos no corpo deste documento.

2.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Há forte articulação entre o PPC do curso de Direito e o PDI da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, garantida pela coerência entre os referenciais teóricos e metodológicos adotados.

Em conformidade com o preconizado no PPI, no PDI e na LDB – 9.394/96, a FABASB reconhece a interdependência dos processos de ensino, iniciação científica e extensão e defende o desenvolvimento de atividades que conduzam à produção de conhecimento.

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, na definição das políticas institucionais, leva em consideração o fato de que as políticas institucionais e sua correlação com o curso de Direito definem as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão.

Com relação à política para o ensino do curso de Direito, essa se fundamenta na integração do ensino, com a iniciação científica e a extensão, objetivando uma formação engajada na realidade local, associando a teoria à prática e a partir desta, construindo novas reflexões, motivando as atividades de pesquisa e iniciação científica, bem como

projetos de extensão. A estrutura político-didática da IES permitirá a construção do perfil do acadêmico e egresso, preocupado com o seu papel social e sua inserção com a comunidade, tornando-se agente transformador da realidade.

A metodologia de ensino descreve estratégias diversificadas de ensino, tais como seminários, palestras e debates, com ênfase na superação das aulas expositivas e monológicas.

Os conteúdos das disciplinas estão inter-relacionados. As disciplinas darão a sustentação teórica e conceitual para o eixo profissionalizante. Haverá um encadeamento lógico na distribuição dos conteúdos, permitindo a construção gradual do currículo do acadêmico.

A estruturação curricular do curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB utilizará os recursos da metodologia contemporânea nas atividades de estudo, com apoio de multimídia, de tecnologia de ponta e eventos, e permite ainda:

- Inclusão de temas que propiciem a reflexão sobre o caráter ético e humanístico do profissional, enfatizando o empreendedorismo, prioritariamente nas áreas em que vai atuar;
- Implementação de atividade de ensino, em programas de extensão que contribuam para agregar conhecimentos, habilidades e gerar mudanças de atitudes no educando, estimulando-o para tomada ágil e competente de decisões, desenvolvimento da criatividade pessoal e estímulo ao autodesenvolvimento;
- Institucionalização de programas de extensão e de pesquisa estimulando as relações com a comunidade de seu entorno e a realização e divulgação da produção científica docente e discente;
- Efetivação de estágios curriculares ao longo do curso sob supervisão docente de forma a atender a relação teoria x prática;
- Adequação às especificidades regionais.

O curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB implementará a Política de Ensino Institucional e propiciará a avaliação constante destas metodologias, através de discussões e encontros de seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

POLÍTICA DE GRADUAÇÃO – ENSINO – PESQUISA - EXTENSÃO
● Formação de profissionais nas áreas de conhecimento em que atua e pretende atuar;
● Formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade;
● Valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem estar da sociedade;
● Flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
● Atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as diretrizes curriculares e as demandas sócio-econômico-culturais das diferentes regiões onde a instituição está inserida;
● Incentivo à utilização de recursos de tecnologia e comunicação que visem a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
● Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
● Qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
● Garantia de infraestrutura acadêmica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Política de Iniciação Científica:

A Política de Iniciação Científica desenvolverá inseparável das atividades de ensino e de extensão e contribui para a elevada qualidade dos processos educacionais. Nesse sentido, as atividades de iniciação científica serão definidas como fator de retroalimentação das atividades de ensino e de extensão do curso de Direito.

Portanto, no presente curso de Direito estimulará seus acadêmicos no trabalho investigativo, fomentando a iniciação científica. Além disso, a coordenação do curso incentivará a participação dos estudantes e docentes em encontros científicos internos e externos à instituição, possibilitando a integração em ambientes de desenvolvimento do conhecimento técnico-científico e a ampliação da pesquisa e extensão. Esse engajamento levará ao fortalecimento profissional e acadêmico do corpo docente, assim como o permanente aprimoramento do projeto pedagógico do curso. O curso de Direito pretende desenvolver o Núcleo de Estudo de Direito – NED, com temas de interesse local como o Consuetudinário e a Guerra de Espadas.

Núcleo de Estudo de Direito – NED

NOME DA ATIVIDADE	PÚBLICO	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO	IMPLANTAÇÃO
CONSUEUDINÁRIO E A GUERRA DE ESPADAS	Público alvo alunos do curso de direito da instituição e demais interessados	Ofertar um ambiente para a realização de estudos dirigidos e pesquisas nas diversas áreas do direito, debatendo temas de interesse jurídico, ético e social, avançados e	Entender o direito consuetudinário como sendo um conjunto de costumes e práticas sociais que são aceitos como norma jurídica, embora não estejam positivados. Analisando se na atualidade ainda se	1º SEMESTRE

	nas temáticas analisadas.	complementares a legislação pátria, sendo liame entre a geração de conhecimento e vivência social	nota a sua aplicação nos países que têm um ordenamento jurídico positivado, com códigos e leis escritas.	
--	---------------------------	---	--	--

Política de Extensão:

Com relação à extensão, a Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB entende como um conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, com clareza e diretrizes voltadas a um objetivo comum, e que buscam envolver toda a comunidade acadêmica na interação Faculdade-sociedade. Este contato com a sociedade, que visa o desenvolvimento mútuo, estabelece a troca de saberes e tem como consequência a produção do conhecimento, resultante do confronto com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da instituição. Além de instrumentalizar este processo dialético de teoria e prática, a extensão é uma atividade interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. Assim, na IES a extensão é ilustrada através da oferta de diversas atividades como cursos, eventos, treinamento profissional, que visam contribuir para o desenvolvimento regional, dentre outros; e a extensão voltada principal para a comunidade carente de Senhor do Bonfim, que objetiva desenvolver ações de responsabilidade social, a exemplo de programas de inclusão social e de responsabilidade ambiental, coordenando e articulando a participação de alunos, professores, colaboradores e diplomados em programas de cunho social e ambiental.

No contexto das atividades de Extensão, no currículo do curso de Direito as disciplinas Extensionista objetivam interligar as atividades de ensino e de pesquisa, com as necessidades e demandas da sociedade, indispensável à formação do aluno, à qualificação do professor e o necessário intercâmbio com a sociedade.

Ressalta-se que o currículo do curso de Direito está em acordo, com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Assim, as atividades de extensão estão previstas na matriz curricular do curso, com carga horária mínima de 10% da carga horária total do curso. Dentro do projeto de extensão destaque-se atualmente na IES o das comunidades Quilombolas Sertanejas: Ancestralidades, Insurgências, Resistências e

Saberes Emancipatórios que procura analisar a importância do reaparecimento das comunidades quilombolas, suas memórias ancestrais de insurgências

A política de Recursos Humanos valorizará o desenvolvimento das relações harmônicas entre os integrantes de sua comunidade acadêmica. A instituição adotará o estímulo à criatividade e à participação de docentes e não docentes em todas as atividades da instituição, o incentivo e apoio à produção científica e às iniciativas individuais ou de setores administrativos ou acadêmicos; a capacitação docente e/ou técnico-profissional; o aprimoramento das condições de trabalho, com a preocupação constante da atualização salarial de todos os colaboradores; e a busca permanente de elevados padrões éticos para o desempenho profissional de docentes e não docentes, com objetivo que esta política reflète no bom desempenho das atividades docentes e não docentes, visando a qualidade no ensino.

Na Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim – FABASB quanto na comunidade local e regional, são promovidas atividades de extensão comunitárias semestralmente. Dentre os eventos e programas que serão realizados, bem como aqueles que possuem relevância porque garantem o papel de instituição e do Curso responsável socialmente, destacam-se:

Projetos de extensão comunitária para o curso e a IES

NOME DA ATIVIDADE	PÚBLICO	JUSTIFICATIVA	OBJETIVO	IMPLANTAÇÃO
COMUNIDADES QUILOMBOLAS SERTANEJAS: ANCESTRALIDADES, INSURGÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E SABERES EMANCIPATÓRIOS	Comunidades Quilombolas Sertanejas: ancestralidades	A educação pode ser pensada como um instrumento a partir do qual é contada a história de um Estado-nação. No caso do Brasil, essa história, de maneira secular, privilegiou alguns segmentos e minimizou a presença e a contribuição de outros. Os dados emitidos no último censo traduzem a potencialidade da Negritude Sertaneja quando informam que dos 5.568 municípios do Brasil, 1.696 têm moradores A Bahia é apontada como o estado brasileiro que concentra o maior número de quilombolas, ou seja, 29,9% do total dessa população. Nesse cenário o município de Senhor do Bonfim, desponta, apresentando a maior população quilombola do país, a saber: 15.999. Desmistificando a falácia da ausência de povoamento da população negra no sertão baiano em tempos pretéritos e apontando o sertão, mais precisamente a região do Piemonte Norte do Itapicuru, como um repositório de vivências ancestrais. (Cf. Santos, 2021).	Analisar a importância do reaparecimento das comunidades quilombolas, suas memórias ancestrais de insurgências, lutas e resistências; assim como sua colaboração ativa, na construção da história, organização política, economia e cultura local.	3º SEMESTRE Atualmente para ADM

A prática das Políticas Institucionais e sua articulação está prevista nos documentos oficiais da Faculdade, pois a Instituição busca, de forma integrada e coerente, a realização concreta dos objetivos. Desta forma, as políticas institucionais de ensino, iniciação científica e extensão constantes no PDI serão implantadas no âmbito do curso e voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando práticas inovadoras e exitosas.

2.3. OBJETIVOS DO CURSO

2.3.1. Objetivo Geral:

O curso de Graduação em Direito (Bacharelado) da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB tem por objetivo geral formar profissionais qualificados para exercerem as atividades atinentes aos diversos operadores jurídicos, com habilitação suficiente para enfrentamento competitivo do mundo do trabalho, conjugando eficiência, ética, visão crítica e consciência sócio política econômica. Tem por escopo propiciar ao educando formação profissional técnica e humanística, trabalhando qualidades como a disciplina, a dedicação e a iniciativa e inculcando a necessidade de atualização permanente. Visa, igualmente, proporcionar aos bacharéis em Direito formação voltada para sólido conhecimento dogmático e, ao mesmo tempo, para a criação de condições de avaliação crítica desse conhecimento ao perceber o fenômeno jurídico como um produto da cultura em que se insere, seja em âmbito nacional ou internacional.

Os desafios das sociedades complexas se articulam e se manifestam em diferentes dimensões. No âmbito formal e jurídico (**inserção institucional**) do Estado, Economia e Sociedade Civil o desafio é desenvolver desenhos institucionais, seja por meio de políticas públicas, legislação ou decisões judiciais capazes de entregar solução para os mais diversos desafios, como a precarização do trabalho, a digitalização da economia, a emergência climática, a robotização e automatização dos processos de gestão social, desenvolvimento econômico, conflitos sociais locais, nacionais e internacionais.

De uma perspectiva política (**inserção política**), objetiva-se que o bacharel em Direito seja capaz de servir à comunidade, impulsionar o desenvolvimento econômico e sustentável, combater a desigualdade social, toda as formas de discriminação social,

étnico e religiosa, bem como estimular, promover e proteger a inovação tecnológica e social.

Fundamental é formá-lo para atuar de forma ética (**inserção moral**), nos estritos limites da legalidade jurídica positiva, das boas práticas de conformidade, contribuindo, assim, para o combate à corrupção, à má aplicação dos recursos públicos, defesa do fair play, do império da Lei (rule of Law), do devido processo legal (due process of Law), das garantias e Direitos Fundamentais, da Ordem Democrática e Social, sobretudo, dos princípios e ditames da Constituição Federal de 1988 e dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Os objetivos do curso reconhecem a diversidade, especificidade e **características locais e regionais** (inserção geográfica e social) da República Federativa do Brasil que, em seu plural e abrangente território, possui uma gama de desafios que estão intrinsecamente ligados à história e cultura de cada região. Nesse sentido, o curso tem por objetivo formar bacharéis em Direito que sejam capazes de compreender a complexidade das interações político-federativas, histórico-sociais, que as diversas regiões possuem. Na esteira deste desafio, estabelece o forte compromisso com a erradicação da pobreza e desigualdade regional.

2.3.2. Objetivos Específicos:

O Projeto Pedagógico do Curso objetiva, especificamente, formar profissionais com as habilidades e competências necessárias para:

- a) Promover a formação filosófica e humanística do graduando inserindo-o no contexto das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que envolvam saberes interdisciplinares;
- b) Desenvolver uma formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.
- c) Proporcionar a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas

com a prática jurídica e o TC, priorizando métodos alternativos de solução de conflitos em especial aos problemas emergentes, transdisciplinares e aos novos desafios presentes no contexto local, regional e global.

- d) Proporcionar, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o acesso a instrumentos que habilitem ao graduando a desenvolver o pensamento jurídico e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.
- e) Proporcionar uma visão crítica ao graduando, aliada ao desenvolvimento de uma concepção humanista que possibilite a formação de uma consciência sócio-política, conjugada à técnica e ao raciocínio jurídico, essenciais a uma educação integral e à plena realização do acesso à Justiça;
- f) Imprimir, no meio acadêmico, valores de ética e de cidadania, permitindo conjugar a expressão técnico-jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais acerca da justiça, da legitimidade e da moral que alicerçam a prática jurídica;

Existe coerência entre os Objetivos do Curso com o Perfil do Egresso que leva em consideração as capacidades, competências e habilidades estabelecidas para o futuro profissional, tendo por base a legislação vigente e a exigências do mercado de trabalho na área de Direito, conforme o PPC.

2.4. PERFIL DO EGRESSO

A formação do egresso compreende as competências profissionais, incluindo os fundamentos de área e permanência necessários ao desempenho profissional do graduado, pautando-se pelos princípios de flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente.

2.4.1 Competências e Habilidades

O egresso do curso de Direito da FABASB deverá ser um profissional apto a desenvolver atividades atinentes às diversas áreas jurídicas, com habilitação para enfrentar o competitivo mercado de trabalho, conjugando eficiência, ética, visão crítica e consciência sócio-política-econômica. Para tal, deve trabalhar qualidades como disciplina, dedicação, inculcando a necessidade de atualização permanente, de forma a

consolidar um conhecimento dogmático, percebendo o fenômeno jurídico como um produto da cultura em que se insere, seja no âmbito nacional ou internacional. Para alcançar o perfil profissiográfico desejado e atender às Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) objetiva formar profissionais capazes de:

Competências e habilidades gerais

- a) Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira é comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- b) Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- c) Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- d) Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- e) Raciocinar e de argumentar juridicamente com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- f) Dialogar e o utilizar os meios consensuais de solução de conflitos;
- g) Aplicar a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- h) Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- i) Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- j) Defender a diversidade e o pluralismo cultural local e regional;
- k) Utilizar as novas tecnologias na área jurídica;
- l) Trabalhar cooperativamente em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

- m) Aplicar os deontológico-profissionais;
- n) Relacionar e aplicar perspectivas transversais sobre direitos humanos;
- o) Pesquisar, interpretar e aplicar a legislação, a jurisprudência, a doutrina, os costumes e outras fontes do Direito na elaboração de textos, laudos, pareceres e peças processuais.

Competências e habilidades específicas

- a) Aplicar o Direito com probidade, compromisso ético e responsabilidade social, utilizando-se da formação dogmática aliada à capacidade crítica e criativa;
- b) Exercer sua profissão como um instrumento de justiça e desenvolvimento da cidadania, valendo-se de uma sólida formação geral, humanística e axiológica;
- c) Estruturar a defesa dos povos indígenas, da população africana e afro-brasileira, para diminuir a desigualdade social e erradicar práticas discriminatórias da nossa sociedade;
- d) Desenvolver ações para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, respeitando as particularidades de seu contexto socioambiental e suas conexões com uma economia de escala local e regional;
- e) Desenhar estratégias jurídicas para projetos que garantam a sustentabilidade do planeta, implementem políticas de educação e preservação ambiental;
- f) Comunicar-se de forma acolhedora e empática com pessoas com deficiência, respeitando suas particularidades e limitações, promovendo modificações no espaço urbano, rural e do trabalho para que sua inclusão seja plena;
- g) Atuar em apoio à população de baixa renda ou sem condições de arcar com as custas do serviço advocatício, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e acesso à Justiça;
- h) Debater e articular conhecimentos jurídicos em favor da pessoa idosa, de forma a sensibilizar a sociedade civil e o Estado para a efetivação de políticas públicas que reconheçam os seus direitos fundamentais inerentes enquanto pessoa humana;

- i) Articular conhecimento jurídico para defesa dos animais não humanos e Natureza, promovendo o reconhecimento da dignidade dessas entidades, independente da utilidade que venha a ter para animais humanos;
- j) Aplicar os conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos, colaborando com as organizações não governamentais, entidades de classe, Sociedade Civil, Mercado e Estado no desenvolvimento moral, socioeconômico e republicano;
- k) Adquirir letramento e protagonismo digital de forma ampliar o acesso e uso democrático das novas tecnologias produzidas pela transformação digital;
- l) Atuar de forma inovadora, por meio do uso das recentes e futuras tecnologias na área jurídica, estruturando processos eficientes de gestão da atividade jurídica, seja ela advocatícia, judiciária, serventuária, etc., de forma a ampliar o acesso à justiça, a prestação jurisdicional, a administração do Estado em prol dos indivíduos, comunidades locais, regionais e globais;
- m) Aplicar de forma eficiente e funcional o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, colaborando para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade que pertence, bem como da sociedade global;
- n) Atuar na defesa ética, democrática e republicana do uso responsável e legal dos dados digitais, dos indivíduos, empresas e Estados, contribuindo para o combate ao seu uso manipulado, distorcido, ilegítimo, ilegal e criminoso;
- o) Colaborar para o desenvolvimento de soluções jurídicas, judiciais, legislativas, administrativas, que conciliam as novas tecnologias com o trabalho decente, preservando a dignidade dos trabalhadores e a inovação tecnológica;
- p) Participar, promover e desenvolver o uso ético e responsável das novas tecnologias na defesa de animais não humanos e da Natureza, de forma a reconhecer a igual dignidade destas entidades, independentemente de seu uso econômico para os animais humanos.

Considerando os campos e níveis de sua atuação, o profissional a ser formado deve buscar a educação continuada, comprometido com uma atuação dentro da perspectiva produtiva-educacional, através da interdisciplinaridade e responsabilidade

social. E, para cumprimento desse objetivo, o Curso de Direito da FABASB está composto por Docentes que promovam a mediação entre o estudante e o conhecimento, dentro de suas áreas do conhecimento, mas aptos a contribuir interdisciplinarmente com a construção do curso e do futuro profissional.

Por fim, apresenta-se como de fundamental importância desenvolver a capacidade de pensar criticamente os problemas jurídicos a partir dos problemas sociais, políticos e econômicos. Esta necessidade é trabalhada em razão da demanda do mundo contemporâneo por um profissional apto a encontrar soluções com referência em um enfoque integrado. Para verificar e acompanhar o atingimento do perfil almejado para o egresso, o Curso de Direito da FABASB conta com programa de acompanhamento de egressos, cujas atividades vão desde o simples levantamento de dados estatísticos, por meio dos quais se afere o advento do perfil desejado, até a orientação profissional, passando pelo fomento à educação continuada, por meio de cursos preparatórios para os concursos públicos.

2.4.2. Campos de Empregabilidade do Egresso

- Advocacia;
- Empresas Privadas;
- Empresas e instituições públicas;
- Carreiras Públicas;
- Docência.
- ONGs;
- Profissionais liberais.

2.5. ESTRUTURA CURRICULAR

A carga horária do curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, segue a Resolução CNE/CES nº 5 de 17 de dezembro de 2018 e Resolução CNE/CES nº 02, de 19 de abril de 2021, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito. Para integralização do curso de graduação em Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, o aluno deverá ter cursado

a carga horária mínima de 4.080 horas, sendo esta carga horária dividida em disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio curricular e atividades complementares.

O currículo do curso foi concebido na perspectiva da educação continuada, como uma realidade dinâmica, flexível, propiciando o diálogo entre as diferentes ciências e saberes, bem como as atividades facilitadoras da construção de competências. Assim, a estrutura curricular seguirá os princípios de:

a) flexibilização;

A flexibilização curricular é exercida por meio de um universo de atividades complementares estruturadas dentro e fora da instituição, sempre articuladas com as atividades específicas das unidades curriculares (seminários direcionados ao conteúdo programático, palestras de profissionais via internet para debates sobre metodologias e tecnologias específicas, cursos profissionalizantes e outros), bem como com as atividades que o próprio aluno pode buscar (seminários, eventos, curso extracurriculares, entre outros), que, mediante comprovação, são optativas, incluindo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – conforme disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino de LIBRAS – e no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com o objetivo de inserir o formando no contexto diversificado e atualizado da profissão.

As Atividades Complementares, embora seja componente obrigatório do currículo, também se apresentam como estratégias de flexibilização, pois os alunos podem integrar a carga horária destinada a tais atividades de acordo com suas escolhas e preferências.

b) interdisciplinaridade

Para garantir a interdisciplinaridade curricular no âmbito do curso, na definição da estrutura curricular, foi dada especial atenção: na articulação da teoria e da prática, desde os momentos mais precoces do curso; na garantia do ensino centrado na produtividade dos alunos; na viabilização de uma formação articulada e, principalmente, integrada à realidade cultural, econômica e social do Brasil e, em especial, da região de inserção desta instituição; no fomento à permeabilidade de informações, conhecimentos, saberes e práticas entre os componentes curriculares.

c) contextualização;

A contextualização do aprendizado busca a adequação do currículo às características dos alunos e ao ambiente socioeconômico e cultural, permitindo relacionar as atividades curriculares com o cotidiano dos discentes e com o contexto social. Para atender a esse princípio, o processo ensino-aprendizagem está adequado à realidade local e regional, articulando as diferentes ações curriculares às características, demandas e necessidades de cada contexto. Assim, os docentes desenvolvem estratégias para articular o processo de ensino à realidade dos alunos, propiciando uma aprendizagem referida aos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos discentes.

As atividades de extensão, componente curricular obrigatório, além da interdisciplinaridade, garante, também, a contextualização, especialmente ao promover a articulação entre a instituição e a comunidade, permitindo, de um lado, a transferência para a sociedade dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e iniciação científica, assim como, a captação das demandas e necessidades da sociedade, pela instituição, permitindo orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

d) acessibilidade e inclusão.

Para garantir acessibilidade e inclusão, a comunidade acadêmica, em especial os professores, conceberão o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos, viabilizando a aprendizagem de estudantes com necessidades especiais.

Em relação à acessibilidade da pessoa com deficiência visual, relativa à parte pedagógica, para garantir a acessibilidade aos computadores a instituição disponibilizará o sistema DOSVOX (sistema operacional que permite que pessoas deficientes visuais utilizem um microcomputador comum - PC) para que os alunos possam desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo. Os alunos também contarão com auxílio de leitores na leitura de provas.

A Faculdade possui técnicos de informática treinados para instalar e configurar os computadores para pessoas com deficiência visual, e orientá-las na utilização. O curso de Direito preocupa-se em preparar profissionais que contribuam para que os cidadãos/estudantes que tenham alguma deficiência auditiva possam comunicar-se, promovendo o direito a uma educação de qualidade e sem o sentimento de exclusão, daí

o oferecimento da disciplina Libras como disciplina optativa em atendimento ao Decreto Federal no. 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005.

A carga horária total do curso, calculada em horas de 60 minutos, é condizente com toda a bagagem de conhecimentos que o profissional precisa desenvolver.

E) articulação entre a teoria e a prática no âmbito curso

Destacamos a articulação entre teoria e prática que possibilita ao estudante a aplicação dos conteúdos aprendidos em situações reais, com autonomia. Nesse sentido, deve ser também contemplado o estágio curricular supervisionado (obrigatório ou não obrigatório).

Seguem as componentes práticas totalizando 560 horas que são desenvolvidos nos laboratórios físicos com ajudas virtuais com sua respectiva carga horária, considerada fundamental para o processo de formação do estudante.

Semestre	Disciplina	Carga horária Teórica	Carga horária Prática	Carga horária Total
3	Prática Jurídica Simulada I – Letramento Digital	0	40	40
4	Prática Jurídica Simulada II – Apoio e Atuação em Escritórios e Empresas Públicas	0	40	40
5	Prática Jurídica Simulada III – Aplicação Prática Forense 1	0	40	40
6	Prática Jurídica Simulada IV – Aplicação Prática Forense 2	0	40	40
7	Prática Jurídica Simulada V – Formas Consensuais de Conflitos	0	40	40
8	Prática Jurídica Simulada VI – Práticas Tribunal do Júri	0	40	40
	TOTAL	0	240	240
Estágio curricular I (80h); Estágio II (80h); Estágio III (80); Estágio IV (80h) - Total de 320 horas				

Tabela Disciplinas Práticas

2.5.1. Conteúdos Curriculares

Neste item encontra-se a integralização curricular do curso de Graduação em Direito (Bacharelado) da FABASB a partir da distribuição de componentes curriculares na matriz, demonstrando a oferta semestral e as componentes curriculares obrigatórios e optativos do curso. Também, detalham-se as componentes curriculares ao nível de ementas e bibliografias principais, por semestre. Abordam-se, também, as práticas jurídicas, o estágio obrigatório, o trabalho de conclusão, as atividades complementares e a interdisciplinaridade a partir da legislação vigente.

O curso obedece às Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Graduação em Direito (Resolução CES/MEC nº 5, de 17 de dezembro de 2018 e a Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021) e está organizado de modo a oferecer ao aluno referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A organização dos currículos obedece aos princípios de: Flexibilização; Interdisciplinaridade; Ação-Reflexão-Ação; Contextualização; Regionalização. A seguir são apresentadas perspectivas formativas que embasam este entendimento:

I - Formação fundamental

Com o objetivo de oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas. Para este fim, os conteúdos essenciais obrigatórios sobre Introdução ao Estudo do Direito, Fundamentos das Ciências Sociais, História do Direito Brasileiro, Introdução à Economia, Língua Portuguesa, Sociologia Jurídica, Filosofia Ética e Cidadania, Ciência Política e Psicologia aplicada ao Direito, destinam-se a desenvolver as habilidades básicas de análise, interpretação, reflexão crítica e a utilização de raciocínio lógico, frente ao fenômeno jurídico em suas diversas manifestações, integrando o educando no campo e estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber.

II – Formação Técnico- Jurídica

Que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo necessariamente, dentre outros, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Ambiental, Direito Internacional e Direito Processual.

O estudo do direito privado se distribuiu por seis disciplinas (Direito Civil – Parte Geral, Obrigações, Contratos, Responsabilidade Civil, Direito das Coisas). No quarto semestre e nono semestre estuda-se também Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, visando aprofundar temáticas recorrentes em nossos Tribunais. Quanto ao estudo do Direito Processual, ele se divide em três grandes ramos: Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Processual do Trabalho, bem como as inovações trazidas pelo processo coletivo brasileiro, na nova tendência da defesa dos interesses coletivos e difusos que surgiram no ordenamento jurídico brasileiro, encampando assim, uma tendência dos países desenvolvidos. Iniciando-se com o estudo da Teoria Geral do Processo, o estudo do Direito Processual Civil, se desenvolve em cinco semestres. A visão instrumental do processo é amplamente difundida, dando ênfase à efetividade, à celeridade e ao acesso à justiça como garantia constitucional.

A partir do quarto período, o Direito do Trabalho é estudado em dois períodos consecutivos. As disciplinas visam colocar o educando em contato com a realidade das relações jurídico-trabalhistas, especialmente no que tange às mudanças que o mundo moderno e as tecnologias trouxeram para o âmbito do direito do trabalho. No 6º período, dá-se início ao estudo do Direito Processual do Trabalho. No campo do Direito Penal, ao longo de quatro períodos, são estudados não só a teoria geral da norma penal e do crime, a teoria geral da pena e os crimes em espécie, mas também as leis penais extravagantes. Quanto ao Direito Processual Penal, são-lhe destinados dois períodos.

O Direito Empresarial é estudado em dois períodos consecutivos, a partir do sexto semestre. Especial atenção vem sendo dada a esta matéria em face das modificações impulsionadas pelo Código Civil de 2002, pela Lei das Sociedades Anônimas e pela Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências e os títulos de crédito. O direito constitucional, cujo estudo engloba constitucional (Teoria da Constituição, Organização Estatal, Direito Constitucional) constituem-se como a espinha dorsal do Curso de Graduação em Direito (Bacharelado). Ainda no Direito Público, são dois períodos de Direito Tributário, dois períodos de Direito Administrativo e, ainda, o Direito Internacional.

Em todas as disciplinas do curso é empregada a metodologia de estudo do caso concreto que, por aproximar o educando da realidade que ele enfrentará, desenvolve o raciocínio para solução de problemas, de forma a atender às exigências sociais. Para implementá-la, serão inseridos nos planos de aula, exercícios que contêm casos extraídos da jurisprudência dos nossos tribunais.

O Trabalho de Curso, inicia-se no nono semestre com o TC I e no décimo semestre TC II, tem o objetivo de revelar a apropriação, por parte do educando, do domínio da linguagem científica e da precisão terminológica na ciência jurídica e aplicação dos princípios constitucionais que norteiam o Direito. A expressão oral, assim como a argumentação jurídica na defesa de posicionamentos sobre os temas da atualidade são incentivadas, promovendo no educando a segurança necessária a torná-lo agente eficaz de transformações. Como consequência, a elaboração do TC ganha contornos mais consistentes, emergindo como expressão amadurecida do processo reflexivo do educando sobre o tema de sua escolha.

III – Formação Prático Profissional

Desenvolvida a partir da integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica. A partir do terceiro semestre, com a inclusão das disciplinas Prática Jurídica Simulada I à VI, é enfatizada a articulação teoria e prática com abordagem interdisciplinar.

A cada aula é apresentado um caso concreto, extraído da jurisprudência mais atualizada. Cabe ao educando analisar o caso, pesquisar doutrina e jurisprudência, discutir as possíveis soluções e elaborar pareceres, atas, contratos e peças processuais pertinentes. Os casos são apresentados numa gradação relativa à complexidade dos conteúdos estudados a cada período do curso, entrelaçando o direito material e o processual, desenvolvendo no educando raciocínio lógico-jurídico e a compreensão da causalidade e finalidade da norma jurídica.

A referida concentração permite ao discente um aprofundamento de cunho temático e interdisciplinar, pela livre escolha das disciplinas que vai cursar, possibilitando-lhe, assim, que obtenha conhecimentos multidisciplinares referentes ao campo de trabalho no qual pretende exercer as suas atividades profissionais ou mesmo maior conhecimento sobre temas específicos. Ademais, o educando do Curso de Graduação em Direito (Bacharelado) da FABASB poderá cursar disciplinas em outros cursos de graduação ofertados pela IES, o que oportuniza a construção multidisciplinar do conhecimento e o aprofundamento de questões de interesse específico dos alunos.

2.5.2. Estrutura Curricular e Representação Gráfica

1º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
1.1	Introdução ao Estudo do Direito	60	0	0	0	0	0	60
1.2	História do Direito Brasileiro	60	0	0	0	0	0	60
1.3	Economia Regional e Conjuntura	60	0	0	0	0	0	60
1.4	Ciência Política	60	0	0	0	0	0	60
1.5	Filosofia, Ética e Cidadania	20	0	0	0	0	60	80
1.6	Leitura e Produção de Textos	60	0	0	0	0	0	60
		320	0	0	0	0	60	380
		320		0		60		

2º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
2.1	Direito Civil – Parte Geral	60	0	0	0	0	0	60
2.2	Direito Penal – Teoria Crime	60	0	0	0	0	0	60
2.3	Teoria Geral do Processo	60	0	0	0	0	0	60
2.4	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	60	0	0	0	0	0	60
2.5	Antropologia e Sociedade	20	0	0	0	0	60	80
2.6	Metodologia do Estudo e Pesquisa	60	0	0	0	0	0	60
		320	0	0	0	0	60	380
		320		0		60		

3º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
3.1	Direito Civil - Obrigações	60	0	0	0	0	0	60
3.2	Direito Penal – Teoria da Pena	60	0	0	0	0	0	60
3.3	Direito Processual Civil – Procedimento Comum	60	0	0	0	0	0	60
3.4	Direito Constitucional – Organização Estatal	60	0	0	0	0	0	60
3.5	Legislação e ética Profissional	40	0	0	0	0	0	40

3.6	Empreendedorismo e Planejamento de Carreira	20	0	0	0	0	60	80
3.7	Prática Jurídica Simulada I – Letramento Digital	0	40	0	0	0	0	40
		300	40	0	0	0	60	400
		340		0		60		

4º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
4.1	Direito Civil - Contratos	60	0	0	0	0	0	60
4.2	Direito Penal – Parte Especial	60	0	0	0	0	0	60
4.3	Direito Processual Civil - Recursos	60	0	0	0	0	0	60
4.4	Direito do Trabalho Individual	60	0	0	0	0	0	60
4.5	Direitos Humanos	20	0	0	0	0	40	60
4.6	Direito do Consumidor	60	0	0	0	0	0	60
4.7	Prática Jurídica Simulada II – Apoio e Atuação em Empresas Públicas e Privadas	0	40	0	0	0	0	40
		320	40	0	0	0	40	400
		360		0		40		

5º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
5.1	Direito Civil – Responsabilidade Civil	60	0	0	0	0	0	60
5.2	Legislação Penal Extravagante	60	0	0	0	0	0	60
5.3	Direito Processual Civil – Execução e Cumprimento de Sentença	60	0	0	0	0	0	60
5.4	Direito do Trabalho Coletivo	60	0	0	0	0	0	60
5.5	Biodireito	40	0	0	0	0	0	40
5.6	Responsabilidade Social e Ambiental	20	0	0	0	0	60	80
5.7	Processos Digitais e Práticas Forense	40	0	0	0	0	0	40
5.8	Prática Jurídica Simulada III – Aplicação Prática Forense I	0	40	0	0	0	0	40
		340	40	0	0	0	60	440
		340		0		60		

6º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
6.1	Direito Civil – Direito das Coisas	60	0	0	0	0	0	60
6.2	Direito Processual Penal – Fundamentos e Relação Extrajudicial	60	0	0	0	0	0	60
6.3	Direito Processual Civil – Precedentes e Súmulas	60	0	0	0	0	0	60
6.4	Direito Processual do Trabalho	60	0	0	0	0	0	60
6.5	Direito Empresarial Aplicado – Institutos Fundamentais	60	0	0	0	0	0	60
6.6	Tecnologia e Inovação – Tópicos Especiais	20	0	0	0	0	40	60
6.7	Prática Jurídica Simulada IV – Aplicação Prática Forense II	0	40	0	0	0	0	40
		320	40	0	0	0	40	400
		360		0		40		

7º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
7.1	Direito da Sucessões e Família	60	0	0	0	0	0	60
7.2	Direito Processual Penal – Pena Execução de Regime	60	0	0	0	0	0	60
7.3	Formas Consensuais de Resolução de Conflitos	20	0	0	0	0	20	40
7.4	Psicologia Aplicada	60	0	0	0	0	0	60
7.5	Direito Empresarial – Recuperação Judicial	60	0	0	0	0	0	60
7.6	Estágio I	0	80	0	0	0	0	80
7.7	Prática Jurídica Simulada V – Formas Consensuais de Conflitos	0	40	0	0	0	0	40
		260	120	0	0	0	20	400
		380		0		20		

8º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
8.1	Direito Financeiro e Tributário	60	0	0	0	0	0	60
8.2	Direito Constitucional	60	0	0	0	0	0	60
8.3	Direito Autoral e Propriedade Intelectual	40	0	0	0	0	0	40

8.4	História de Povos Indígenas e Afrodescendentes	20	0	0	0	0	60	80
8.5	Estágio II	0	80	0	0	0	0	80
8.6	Prática Jurídica Simulada VI – Práticas Tribunal do Júri	0	40	0	0	0	0	40
		180	120	0	0	0	60	360
		300		0		60		

9º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
9.1	Responsabilidade Civil	40	0	0	0	0	0	40
9.2	Direito Previdenciário	40	0	0	0	0	0	40
9.3	Direito Administrativo –Estatuto Jurídico da Organização Administrativa	60	0	0	0	0	0	60
9.4	Direito Financeiro e Tributário II	40	0	0	0	0	0	40
9.5	Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	40	0	0	0	0	0	40
9.6	Direito Agrário e Ambiental	40	0	0	0	0	0	40
9.7	Estágio III	0	80	0	0	0	0	80
9.8	Trabalho de Curso I	40	0	0	0	0	0	40
		300	80	0	0	0	0	380
		380		0		0		

10º Etapa		Carga Horária						Total
Numeração	Componente Curricular	Presencial		Distância		Extensão		
		T	P	T	P	T	P	
10.1	Direito Administrativo – Licitações, Contratos e Controle da Administração Pública	60	0	0	0	0	0	60
10.2	Direito Internacional	40	0	0	0	0	0	40
10.3	Processos de Governança Corporativa e Compliance	40	0	0	0	0	0	40
10.4	Optativa I	40	0	0	0	0	0	40
10.5	Direito Eleitoral	40	0	0	0	0	0	40
10.6	Estágio IV	0	80	0	0	0	0	80
10.7	Trabalho de Curso II	40	0	0	0	0	0	40
		260	80	0	0	0	0	340
		340		0		0		

DESCRIÇÃO	CH	
Carga Horária de Atividades Complementares	200	
Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	80	
Carga Horária da Disciplina Optativa	40	
Carga Horária de Estácio Curricular Obrigatório	320	
DESCRIÇÃO	CH	PERCENTUAL
Carga Horária da modalidade EaD	0	0%
Carga Horária da modalidade Presencial	2.840	70%
Carga Horária das atividades de Extensão	400	10%
Carga Horária de Prática Jurídica	240	6%
Carga Horária de Atividades Complementares	200	5%
Carga Horária de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	80	2%
Carga Horária de Disciplina Optativa	40	1%
Carga Horária de Estágio Supervisionado	320	8%
Carga Horária Total do Curso	4.080	100%
Disciplinas Optativas	CH	
Direito Desportivo	40	
Direito Portuário	40	
Libras	40	
Direito de Mineração	40	
Plano de Negócios	40	

2.6. ELEMENTOS INOVADORES E DIFERENCIAIS COMPETITIVOS

A estrutura curricular apresenta uma forma inovadora de compreensão e desenvolvimento de conhecimentos jurídicos, conforme apresentados na tabela acima.

A matriz curricular contempla os nomes próprios da área como economia regional e conjuntura, bem como a áreas do Direito Material Civil e Penal, como parte geral, Obrigações, Contratos, recursos, Teoria da Pena como alguns exemplos de compromisso da efetiva relação de pertinência da execução e a progressão de conteúdos técnicos do curso e da matriz curricular.

Os programas de extensão, ofertados aos discentes do curso de graduação em Direito são conectados com o ensino e a pesquisa e desenvolver-se-ão na forma de atividades permanentes ou projetos circunstanciais, sob a responsabilidade da Coordenação do curso, focadas no Inter-relacionamento e complementaridade das abordagens e dos recursos educacionais necessários à formação do aluno. O nivelamento em informática tem como público-alvo alunos da instituição que tenham pouca desenvoltura na utilização de computadores. O objetivo principal é fornecer condições para que esses alunos possam utilizar recursos computacionais como: internet, site de escritório (Office), funções básicas do sistema operacional, recursos de impressão, entre outros.

Contempla a realidade local e regional, bem como atualização e práticas emergentes, acompanhando as novas demandas do campo do conhecimento e ainda do mercado de trabalho. Nesse sentido o Curso de Direito da Faculdade, implementa na matriz curricular a prática processual com apoio da plataforma Juristta: Inovação e tecnologia como ferramentas para a formação do profissional do futuro.

Aderência da plataforma Juristta no processo de ensino e aprendizagem do curso de Direito, às diretrizes determinadas pelas normas regulamentadas pelo CNE e MEC, principalmente no que se refere às alterações do Art.5º da DCN e pela RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 2021, e destaca na parte que trata da formação técnico-jurídica a orientação de fomentar o ensino dos diversos ramos do Direito e a vinculação entre a teoria e a prática, e na formação prático-profissional a ênfase no letramento digital e acesso remoto mediado por tecnologia. Propondo disciplinas para tratar desse ponto, que se intitulam “Processos Digitais e Práticas Forense, Processos de Governança Corporativa e Compliance)”

Ainda, diante das especificidades locais e regionais, haja vista se tratar de uma região empreendedora e repartimento público, o Curso objetiva a formação jurídica em escritórios e empresas públicas qualificando e enaltecendo as relações jurídico-empresariais e jurídico-públicas. Para tanto prevê uma prática jurídica específica.

Prática Forense I e II

Prática de tribunal do Júri

Outra necessidade local, estadual, que o curso de Direito contemplará na matriz curricular diz respeito às práticas relacionadas às formas consensuais de conflito: conciliação, mediação, negociação e arbitragem, haja vista se tratar do Estado litigante do país, e face ao novo ordenamento processual civil que preconiza o “direito

multiportas”, estimulando o esgotamento das tratativas extrajudiciais de solução de conflitos antes do ajuizamento de ações judiciais. Para tanto o Curso de Direito da Faculdade dispõe de uma disciplina específica para soluções extrajudiciais de conflitos, bem como a prática real desses institutos no Estágio Real.

O estímulo das Práticas Simuladas desde o início do curso, procurando desenvolver e estimular nos acadêmicos a habilidade de aplicar o direito a uma realidade (ainda que simulada), de identificar a solução jurídica mais adequada a cada caso, explorando as possíveis alternativas. Além disto, a prática simulada antecede aos estágios, para que o acadêmico já esteja seguro quando do atendimento de casos reais, qualificados em sentido teórico, prático e crítico.

O curso de Direito da FABASB disponibiliza, aos alunos, aulas didático-pedagógicas teóricas e práticas, com aplicação de recursos audiovisuais e multimídia. A infraestrutura da FABASB está construída direcionada à realização de tais necessidade com a inclusão do NPJ no ambiente do Núcleo Institucional de Cidadania – NIC da FABASB que já realiza uma série de Projetos e atividades junto à comunidade de Senhor do Bonfim em que os espaços reservados às atividades teóricas e práticas são equipados para o atendimento das necessidades particulares de cada disciplina.

Em síntese, introduz novos elementos importantes como o Direito do Consumidor, Direito autoral e propriedade intelectual, Direito Consumidor, Eleitoral, Direitos Internacional, Direito Digital e prática Forense, Direito Ambiental e Agrário, Processos de Governança Corporativa e Compliance Direito da criança adolescente, e idoso e as Práticas Simulada desde o terceiro semestre do curso.

Outro destaque se encontra na oferta de assuntos contemporâneos e inovadores, especialmente nas disciplinas Direito da criança adolescente, e idoso, tecnologia e inovação, história de povos indígenas e afro e direitos humanos Questões Contemporâneas, que se plasma na atualização de temas da atualidade, como povos indígenas, direito da criança e do adolescente, técnicas inovadoras como o uso de justiça restaurativa e constelações familiares, servindo também para contrabalancear com maior componente humano o aparente – e suposto - distanciamento que os meios tecnológicos poderiam, em primeiro momento, propiciar. O fator de relacionamento humano, com ênfase no desenvolvimento da empatia é um componente no planejamento do presente curso.

- Corpo Docente altamente qualificado e com experiência no ensino e na prática profissional;

- Matriz curricular em conformidade com o egresso e que buscam a formação de profissionais empreendedores, com capacidades voltadas para domínio das novas tecnologias, como as práticas simulada da Plataforma JURISTTA;
- Promove metodologias ativas, buscando melhorar a aprendizagem dos alunos.
- Foca em aulas mais dinâmicas e participativas, onde o professor atua como mediador da aprendizagem, provocando os alunos a irem em busca das respostas.

As metodologias empregadas no curso de Direito da FABASB orientam-se pelos princípios, fundamentos, condições e procedimentos de formação de bacharéis em Direito constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais presentes na legislação brasileira – vide a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e a Resolução CNE/CES nº. 5, de 17 de dezembro de 2018 – de modo a propiciar ao discente a construção dos conhecimentos necessários ao exercício profissional do Direito com excelência.

Nesse sentido, o curso de graduação em Direito busca superar a percepção legalista, desdobrando as perspectivas críticas que perpassam os temas tratados em sala de aula. Só assim se acredita ser possível a formação de um profissional que compreenda não só o conteúdo do instrumental técnico-jurídico, mas também suas possibilidades, limites e potencialidades. Este Projeto Pedagógico reafirma, assim, o seu compromisso com a formação de bacharéis

O curso de Direito desenvolve um currículo integrado, no qual trabalha a formação acadêmica dos discentes através da resolução de problemas, combinado à busca por caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar na construção do conhecimento e da prática jurídicas.

O sucesso deste modelo implica, necessariamente, que o conjunto docente se comporte como um corpus no qual todos os integrantes assumam seus papéis indispensáveis ao funcionamento da totalidade do curso – atitude imperiosa na formação de competentes e socialmente legitimados.

2.6.1. Coerências entre Objetivos, Perfil do Egresso, Competências, Currículo, Contexto e DCN

A construção dos objetivos do Curso leva em consideração as capacidades, competências e habilidades estabelecidas para o futuro profissional, tendo por base a legislação vigente e as exigências do mercado de trabalho na área de Direito.

O quadro destacado abaixo demonstra a coerência dos objetivos do Curso com o perfil do egresso no Curso de Graduação em Direito (Bacharelado) da FABASB:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	COMPETÊNCIAS GERAIS (PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO)
Compreender a Ciência do Direito como um sistema integrado cuja aplicação está relacionada à compreensão do fenômeno jurídico e às circunstâncias que o determinam;	Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira é comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
Propiciar ao educando, formação profissional técnica e humanística, trabalhar aptidões como a capacidade criativa, a associativa e a crítica, além do desenvolvimento de qualidades como a disciplina, dedicação, inovação e autonomia, inculcando a necessidade de permanente atualização, fatores indispensáveis a uma profissional de excelência.	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
Proporcionar uma correta e adequada apropriação da terminologia e de conteúdos que capacite nossos discentes a atuar nos mais diversos ramos do Direito, nas diferentes áreas de operação, nas mais diversas profissões, nos campos emergentes, além das tradicionais.	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
Pensar criticamente os problemas jurídicos a partir das questões sociais, políticas e econômicas;	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
Analisar a realidade fática, os valores e as normas, objetivando a adequada aplicação do	Raciocinar e de argumentar juridicamente com objetivo de propor soluções e decidir

Direito;	questões no âmbito do Direito.
Realizar abordagem interdisciplinar das questões jurídicas, à luz da Constituição, em especial aos direitos e garantias fundamentais;	Dialogar e utilizar os meios consensuais de solução de conflitos.
Utilizar a linguagem escrita e oral como instrumento profissional, com pleno domínio da narrativa e da fundamentação jurídicas, assim como da argumentação e da persuasão;	Aplicar a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
Buscar soluções alternativas para os conflitos, enfatizando a prevenção, a negociação e a mediação;	Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
Promover estudos e atividades de iniciação científica permanentes visando a uma formação continuada que possa repercutir em uma formação de qualidade, inovadora e engajada tanto socialmente, quanto politicamente.	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
Auxiliar para o fortalecimento da defesa dos Direitos humanos inspirada nos princípios da ética, da equidade e da justiça, visando à formação do cidadão imbuído dos sentimentos democráticos, refletindo, assim, sobre a sociedade na qual o profissional irá atuar.	Defender a diversidade e o pluralismo cultural local e regional.

2.6.2. Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado dos Egressos

Partiu-se do pressuposto que o egresso do Curso de Graduação em Direito (Bacharelado) da FABASB tem como propósito apresentar uma proposta intra e interdisciplinar e transversal, propiciando uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística, empreendedor e consciente da ética profissional.

A capacitação profissional está alicerçada no desenvolvimento de competências para o exercício do pensamento crítico e juízo profissional.

Contudo, a coerência entre as disciplinas do Curso e as aptidões do futuro profissional é demonstrada no quadro abaixo:

PERFIL DO EGRESSO	DISCIPLINAS ABRANGIDAS
I - Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira é comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;	As disciplinas do eixo técnico-jurídico e prático-profissional do curso desenvolvem tal competência, considerando-se o enfoque dado ao tema da interpretação e aplicação na ciência jurídica pelas unidades curriculares da disciplina Introdução ao Direito;
II - Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;	As disciplinas dos eixos técnico-jurídico e prático-profissional buscam desenvolver tal competência. Entretanto, as unidades curriculares da disciplina leitura Produção de Textos e as atividades complementares de Oficinas de Leitura, Redação e Pesquisa desenvolvem de maneira aprofundada tal habilidade.
III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;	Todas as disciplinas no curso buscam o desenvolvimento desta capacidade através das inúmeras formas de avaliação escrita e oral do discente. Ademais, as disciplinas de leitura e Produção de Textos, metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso possuem enfoque no desenvolvimento específico desta habilidade.
IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;	Esta competência é particularmente desenvolvida nas disciplinas Metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso. Contudo, a compreensão e o modus de aplicação dos conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito são trabalhados ao longo de todo o currículo do curso em seus 3 (três) eixos de formação.
V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;	As disciplinas do eixo técnico-jurídico e prático-profissional do curso desenvolvem tal competência, considerando-se o enfoque dado ao tema do raciocínio e argumentação jurídicos pela unidade curricular de Introdução ao Estudo do Direito, bem como Filosofia, Ética e Cidadania.
VI - Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;	A disciplina Formas Consensuais de Resolução de Conflitos e Prática Jurídica Simulada V – Formas Consensuais de

	Conflitos são especificamente orientada ao desenvolvimento de tal habilidade.
VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;	As disciplinas do eixo técnico-jurídico e prático-profissional do curso desenvolvem tal competência, considerando-se o enfoque dado ao tema da hermenêutica e seus métodos pela unidade curricular da disciplina Introdução ao Estudo do Direito.
VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;	As disciplinas Teoria Geral do Processo Direito Constitucional – Organização Estatal e Direito Processual Civil – Recursos bem como as disciplinas do eixo de formação prático-profissional são especificamente orientadas para o desenvolvimento de tal competência.
IX - Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;	As disciplinas do eixo técnico-jurídico e prático-profissional do curso são construídas para o desenvolvimento desta competência.
X - Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;	As disciplinas de Filosofia, Ética e Cidadania, Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, História de Povos Indígenas e Afrodescendentes, Responsabilidade Social e Ambiental, Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso e Psicologia Aplicada são especialmente direcionadas ao desenvolvimento desta competência.
XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;	As disciplinas de Empreendedorismo e Planejamento de Carreira, Economia Regional e Conjuntura, Tecnologia e Inovação – Tópicos Especiais, Prática Jurídica Simulada I – Letramento Digital São especialmente voltadas para o desenvolvimento de tal competência.
XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;	As disciplinas de Empreendedorismo e Planejamento de Carreira, Tecnologia e Inovação – Tópicos Especiais, Prática Jurídica Simulada I – Letramento Digital e Processos Digitais e Práticas Forense são especialmente voltada para o desenvolvimento de tal competência. Todavia, por ser tema de especial relevância contemporânea, sua abordagem poderá ser desenvolvida nos eixos de formação geral e técnico-jurídica, sobretudo, na aplicação do

	<p>direito diante das novas tecnologias, as disciplinas de Prática Jurídica buscarão desenvolver tal competência ao apresentar ao corpo discente as exigências do cotidiano do profissional do Direito no que tange aos usos de plataformas (JURISTTA) e dispositivos necessários ao exercício do trabalho.</p>
<p>XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e</p>	<p>As disciplinas dos eixos geral, técnico-jurídico e prático-profissional buscam desenvolver tal competência ao promover um espaço de diálogo e colaboração entre a comunidade acadêmica. Seminários, grupos de extensão e de pesquisa no seio da IES são especialmente eficazes na promoção de tal habilidade. Contudo, as disciplinas Processos de Governança Corporativa e Compliance e de Prática Jurídica buscam promover o trabalho cooperativo em grupo.</p>
<p>XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.</p>	<p>A disciplina Legislação e Ética Profissional volta-se especialmente à apreensão dos conceitos deontológico-profissionais pelos estudantes de direito. No que tange aos desenvolvimento de perspectivas transversais sobre direitos humanos, destacam-se as disciplinas de História do Direito, Filosofia, Ética e Cidadania Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais, Antropologia e Sociedade, Biodireito, Responsabilidade Social e Ambiental ,Direito Internacional e Direitos Humanos. Outras disciplinas poderão ainda tratar do tema de maneira transversal.</p>

Fonte: NDE (2023)

A capacitação profissional está alicerçada no desenvolvimento de competências para o exercício do pensamento crítico e juízo profissional.

2.6.3. Demonstrativo do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais

O currículo do Curso abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas em uma seriação adequada aos componentes do plano do Curso (formação, básica,

profissionalizante), formado por conteúdos que favorecem os conhecimentos técnicos, humanísticos e tecnológicos que caracterizam a profissão.

As disciplinas são hierarquizadas em semestres, seguindo o planejamento indicado para a progressiva formação do Direito.

O quadro apresentado na sequência demonstra o enquadramento dos conteúdos curriculares do curso, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito referente nº 5, de 17 de dezembro 2018 e Resolução nº 2, de 19 de abril de 2021

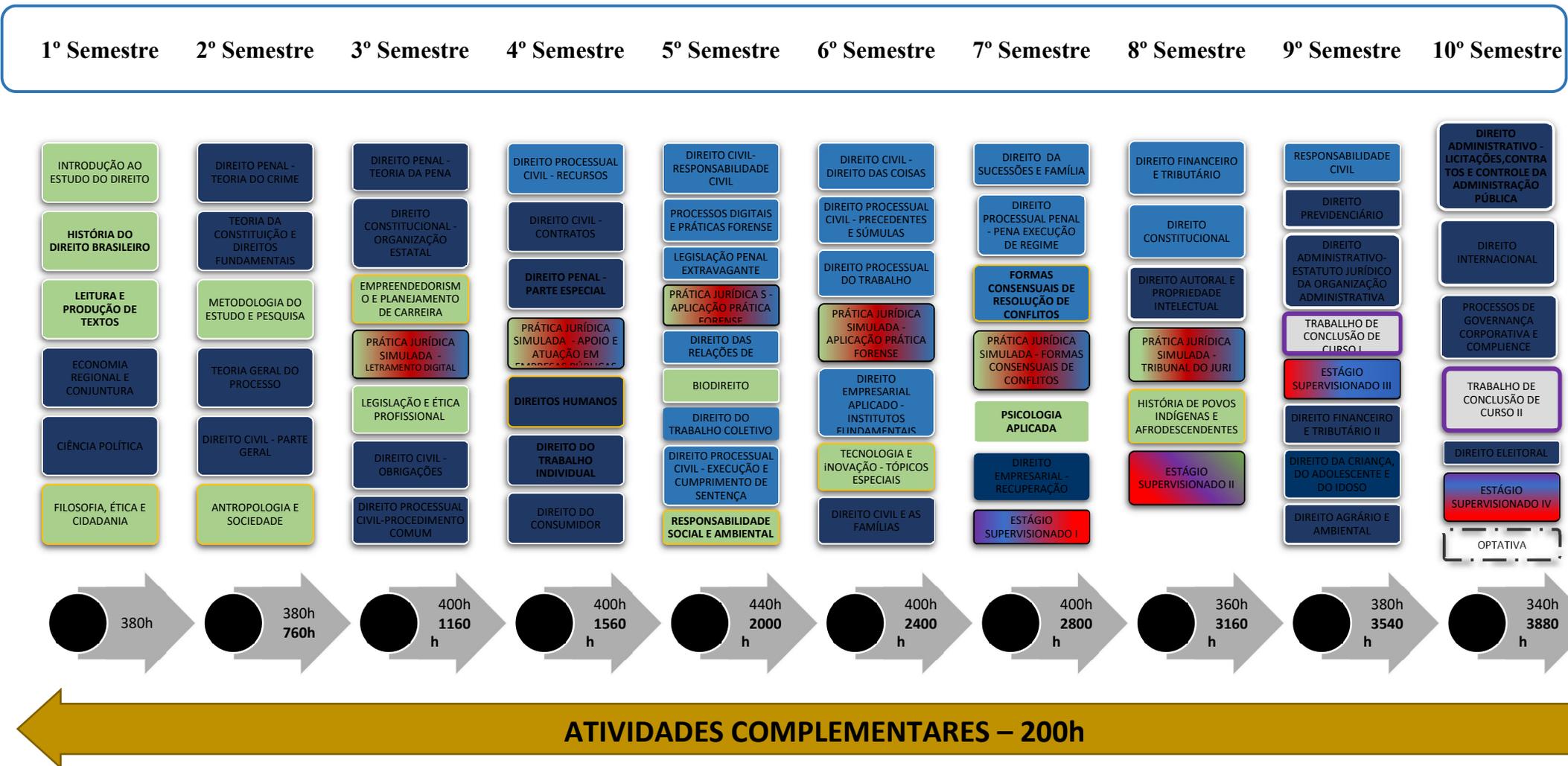
Demonstrativo pela DCN

EIXO DE FORMAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 2021	CONTEÚDOS E ATIVIDADES	DESDOBRAMENTO DAS DISCIPLINAS	CHT
Formação geral	Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;	História do direito brasileiro	60
		Ciência política	60
		Economia regional e conjuntura	60
		Leitura e produção de textos	60
		Filosofia ética e cidadania	80
		Metodologia do estudo e pesquisa	60
		Antropologia e sociedade	80
		Legislação e ética profissional	40
		Empreendedorismo e planejamento de carreira	80
		Ciência política	60
		Direitos humanos	60
		Psicologia aplicada	60
		Biodireito	40
		Tecnologia e inovação	60
		Responsabilidade social e ambiental	80
		História de povos indígenas afrodecentes	80
SUBTOTAL			16
Formação Técnico-Jurídica	Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e (NR)	Introdução ao estudo do direito	60
		Direito Civil – Parte Geral	60
		Direito Civil - Obrigações	60
		Direito Civil - Contratos	60
		Direito Civil – Responsabilidade Civil	60
		Direito Civil – Direito das Coisas	60
		Direito Penal- Teoria do Crime	60
		Direito Penal – Teoria da Pena	60
		Direito Penal – Parte Especial	60
		Legislação Penal Extravagante	60
		Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	60
		Teoria Geral do processo	60
		Direito Processual Civil – Procedimento Comum	60
		Direito Processual Civil- Recursos	60
		Direito Processual Civil – Execução e Cumprimento de Sentença	60
		Direito Processual Civil – Precedentes e súmulas	60
Direito Constitucional	60		
Direito Constitucional – Organização Estatal	60		

		Direito do Trabalho Individual	60
		Direito do Trabalho Coletivo	60
		Direito Internacional	60
		Biodireito	40
		Direitos Humanos	60
		Direito do Consumidor	60
		Processos Digitais e Forense	60
		Direito do Processual do Trabalho	60
		Direito Empresarial Aplicado	60
		Direito Empresarial- Recuperação Judicial	60
		Direito Administrativo – Estatuto Jurídico da Administração Pública	60
		Direito da Sucessões e família contemporânea	60
		Direito Processual Penal – Fundamentos e Relação Extrajudicial	60
		Direito Processual Penal – Pena e Execução de Regime	60
		Direito Processual Penal – Procedimentos Judiciais	60
		Direito Financeiro e Tributário I	40
		Direito Financeiro e Tributário I	40
		Direito Administrativo – Estatuto Jurídico da Organização	60
		Direito Autoral e Propriedade Intelectual	40
		Responsabilidade Civil	40
		Direito Digital e Compliance	60
		Direito Previdenciário	40
		Formas Consensuais de Resolução de Conflitos	60
		Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	40
		Direito Eleitoral	40
		Direito Agrário e Ambiental	40
		Legislação e Ética Profissional	40
		Optativa	40
		SUBTOTAL	46
Formação Prática	Estágio supervisionado	Prática Jurídica Simulada (Total)	240
		Prática no Serviço de Assistência Jurídica	320
		SUBTOTAL	2
	Trabalho de Conclusão de Curso	TC 1	40
		TC 2	40
	SUBTOTAL	2	
RESUMO			

SIGLA	COMPONENTE		Teoria	Prática	%	Total
	Disciplinas		2840		70 %	
AC	Atividades Complementares	200			5 %	
	Prática Jurídica			240	6 %	
	Estágios			320	8%	
PI	Práticas Extensionista			400	10 %	
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso		80		2%	
TOTAL GERAL						4.080

2.7. PERCURSO FORMATIVO



Formação Geral

Conteúdos que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que envolvam saberes de outras áreas formativas.

Formação Técnico-jurídica

Conteúdos (teóricos e práticos) que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos.

Projetos Integradores e Extensionistas

Visam envolver os alunos através do relacionamento entre as disciplinas e os conteúdos do curso, realizando atividades que exijam do conhecimento dos professores e da dedicação dos alunos em correlacionar todo o aprendizado na intenção de resolver problemas reais do mundo de trabalho.

Práticas Jurídicas

Desenvolvimento de Estágios - Práticas como proposta de aquisição de competências e habilidades necessárias à formação do bacharel(a) em Direito.

Trabalho de Conclusão de Curso

Fundamentação do método-científico e desenvolvimento das etapas do projeto de pesquisa.

Optativas

Unidades curriculares ofertadas para garantir a flexibilidade da estrutura curricular, além de tornar o aluno protagonista da sua formação.

Atividades complementares

Orientam-se a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, temas relativas às políticas educacionais nacionais.

LEGENDA:

2.8. METODOLOGIA DO CURSO

2.8.1 Estratégias Metodológicas

A interdisciplinaridade constitui um instrumento de grande importância na formação profissional, a construção da matriz curricular visa a inter-relação entre os conteúdos, objetivando a formação global e generalista. Portanto, a matriz curricular proposta forma um arranjo que procura complementar e proporcionar uma sequência lógica ao curso. Muitos conteúdos podem ser trabalhados de forma integrada, englobando as diferentes disciplinas mediante taxonomia de BLOOM.

As Metodologias Ativas, conforme define Bacich e Moran (2018), “metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível e interligada”. Por isso, as principais estratégias são circunscritas nos seguintes objetivos:

- promover autonomia para os alunos
- Construção do conhecimento
- Conexão e interação entre os alunos e professores
- Pensamento crítico
- Criatividade
- Engajamento dos alunos
- Melhor aproveitamento das aulas
- Democratização da educação.

Considera-se ainda, como proposta de organização do ensino e aprendizado a Taxonomia de Bloom ou Taxonomia dos Objetivos Educacionais que é um sistema que organiza os processos de ensino e aprendizagem e seus objetivos em uma estrutura hierárquica. o professor deve pensar nos planos de aula e nas atividades, de forma que o aluno consiga adquirir cada uma das habilidades dentro do seu nível de aprendizado:

- Lembrar: o aluno sabe repetir e memorizar conceitos básicos do conteúdo;

- Entender: o aluno consegue explicar ideias ou conceitos aprendidos;
- Aplicar: o aluno utiliza a teoria para resolver situações práticas;
- Analisar: o aluno é capaz de usar o conhecimento adquirido para testar se uma hipótese é válida ou não;
- Sintetizar: o aluno consegue criar argumentos para justificar uma posição ou ideia criada por ele mesmo e outros;
- Criar: por fim, o aluno cria uma proposta original depois de aprender, testar e validar sua proposta.

A estratégia pedagógica, adotada pelos professores do curso de Direito, consiste fundamentalmente no ensino de teorias e práticas, sendo a teoria normalmente ministrada por meio de aulas expositivas e outros procedimentos metodológicos ativos de ensino, aulas práticas com desenvolvimento de atividades em laboratórios ou em atividades de campo. Considera-se atividades de campo, todas as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão que são realizadas em ambientes externos da Faculdade Baiana do Senhor de Bonfim - FABASB , em conformidade com as normas e ações registradas nas instâncias acadêmicas. Vale ressaltar a relevância das atividades de campo, sejam estas efetivadas na forma de viagens e visitas técnicas na área do curso, para uma adequada habilitação das competências dos profissionais do Direito. Os conteúdos das disciplinas são complementados por visitas às empresas com atividades correlatas, tantas empresas do setor privado, como do setor público, incluindo órgãos do poder público (estaduais e federais). Trabalhos escolares extraclasse contemplam conteúdos teóricos e práticos, podem ser desenvolvidos tanto em biblioteca, como nos laboratórios/ NPJ e em atividades de campo. Conhecimentos específicos segundo as aptidões dos estudantes podem ser alcançados com estágios nas diversas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária por meio de atividades de monitoria e participação em projetos de metodologia científica e extensão.

Temas da formação humanística como: ética, conservação e educação ambiental, empreendedorismo, sustentabilidade, comunicação pessoal, marketing, trabalho em equipe e outros, são integrados ao conteúdo das várias disciplinas clássicas harmonizando os objetivos do Projeto Pedagógico do Curso. Desta forma, o curso de Direito possibilitará

a consolidação do conhecimento, estimulando a formação de técnicos com capacidade de trabalho em equipe habilitado para os desafios impostos pelo mercado de trabalho.

2.8.2. Acessibilidade Metodológica e Instrumental

A FABASB entende que as diferenças humanas são normais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando. Uma proposta de ensino centrada no aprendiz atende aos objetivos institucionais e às diferenças do educando, beneficiando a sociedade como um todo.

Nesse sentido, a inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. No campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a equalização de oportunidades.

A educação que contempla a inclusão proporcionará um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação dos alunos com deficiência no processo de ensino e aprendizagem. O sucesso requer esforço claro, não somente por parte dos docentes e dos profissionais da educação, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários.

A educação deve reconhecer e responder às necessidades diversas do educando, ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

Dessa forma, a Instituição entende a acessibilidade numa forma ampla que pode ser assim explicitada:

I. **Acessibilidade Atitudinal** - São implantadas ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

II. **Acessibilidade Arquitetônica** - As barreiras ambientais físicas são eliminadas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras.

III. **Acessibilidade Metodológica** - As metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas, tal como a forma como os professores concebem conhecimento, avaliação e

inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

IV. Acessibilidade Programática - Sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes.

V. Acessibilidade Instrumental - As ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena.

VI. Acessibilidade nos Transportes - Elimina barreiras de locomoção, promovendo facilidade e segurança.

VII. Acessibilidade nas Comunicações - A comunicação interpessoal prevê eliminar barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes.

VIII. Acessibilidade Digital - Utiliza-se de diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

2.9. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB) preocupa-se com o desenvolvimento e formação dos indivíduos, e busca garantir que os mesmos possuam uma formação diferenciada e sólida a fim de prepará-los para o mercado de trabalho.

No Estágio Supervisionado, o educando entrará em contato com o ambiente de trabalho e com a prática cotidiana de sua futura área de atuação. O estágio é também importante etapa na formação do educando por lhe trazer maturidade profissional e técnica, contato com profissionais da área, vivência e convivência com pessoas e a oportunidade de fazer o trabalho jurídico.

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 07/2022, o Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando.

Além das atividades desenvolvidas através das disciplinas de Práticas Jurídicas, o Curso de Direito supervisiona o estágio dos educandos da FABASB, realizado nos órgãos

do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, avaliando as atividades de estágio externo por meio da exigência de elaboração de relatórios pelos estagiários que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio, a cada semestre. É por intermédio da Prática Jurídica real, primordialmente, que o ensino do Direito sai da sala de aula, para permitir uma interação maior dos educandos com a população, com as empresas e com os diversos órgãos públicos envolvidos no acesso à justiça.

Objetivando criar os alicerces necessários ao exercício profissional, a prática jurídica volta-se à realização de atividades que desenvolvem as habilidades de leitura, compreensão, interpretação e análise crítica do Direito. Por isso, além do atendimento aos assistidos, a elaboração de peças processuais e o acompanhamento dos processos, sob a supervisão de advogados-orientadores, são vivenciadas simulações de mediação, arbitragem e conciliação e, posteriormente, a vivência real destas atividades. A integração entre a teoria e a prática também se faz por meio da realização de audiências, de análise de autos findos, de visitas a agências governamentais e comunitárias, de pesquisas legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais.

O cumprimento das atividades do estágio é submetido à avaliação dos advogados orientadores e pelo Coordenador de Prática Jurídica da unidade, de forma continuada, através do acompanhamento das atividades semanais, dos relatórios elaborados ao final das visitas e da correção das peças processuais elaboradas.

O educando cuja avaliação não for satisfatória não terá a carga horária daquela atividade contabilizada em seu histórico escolar. A necessidade de ampliar o espaço de escuta aos usuários do Laboratório de Prática Jurídica se constitui como forte elemento impulsionador da criação do projeto de Mediação de Conflitos, visando dar uma maior atenção a esses usuários, além de proporcionar-lhes reflexões acerca dos elementos que geram ou fomentam os litígios que os fazem recorrer à prestação da assistência judiciária.

No laboratório Núcleo De Práticas Jurídicas – NPJ, os estudantes desempenham papel de operadores do Direito em casos reais, seja através de ações judiciais ou extrajudiciais, através de mediação de conflitos. Deste modo os estudantes podem desenvolver formas alternativas de resolução de conflitos, refletir sobre a postura e a prática do profissional do Direito, questões éticas, políticas e sociais, ao tempo que cumpre com responsabilidade social. O atendimento à comunidade de baixa renda e

periférica é prioritária e em todos os instantes há o acompanhamento e supervisão de professores orientadores.

Essas atividades práticas têm como objetivos:

- a) preparar o estudante para a vida cidadã e para o trabalho;
- b) integrar o estudante com a prática profissional e o mercado de trabalho, possibilitando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;
- c) complementar o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a atividade profissional;
- d) facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, adequando-os às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas;
- e) possibilitar revisão permanente dos objetivos do curso;
- f) permitir ao estudante o aprofundamento da avaliação da escolha profissional efetuada;
- g) favorecer condições pedagógicas de exercício e articulação de competências e habilidades necessárias ao desempenho profissional;
- h) possibilitar que os saberes acadêmicos possam contribuir na vida das pessoas;
- i) contribuir com o desenvolvimento social reduzindo taxas de violências e conflitos sem resolução;
- j) promover acesso à justiça;
- k) contribuir para o cumprimento do papel social desta instituição;
- l) possibilitar a formação de novas gerações de profissionais com a rapidez e a qualificação de que o país necessita.
- m) incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de profissionais mais empreendedores e capazes de adotar métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.
- n) aprofundar conhecimentos acerca dos fenômenos organizacionais e profissionais, assim como suas inter-relações com a realidade social, na sua totalidade.

Ademais, entende-se pelo aproveitamento do Estágio pode ser realizado em organizações públicas e privadas, estaduais e municipais, respaldado por instrumento legal, celebrado entre a organização e a Instituição, podendo ser remunerado ou não.

O estágio supervisionado do curso bacharelado em Direito será realizado nos 04 últimos semestres do curso de formação 7º, 8º, 9º e 10º semestre com carga horária total de 320 horas, dividida por 80 horas por semestre e vivido com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões profissionais, incluindo o envolvimento pessoal.

2.10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando, possibilitam a articulação entre a teoria, a prática e a pesquisa, favorecendo ainda a flexibilização e formação complementar do aluno. Tais características propiciam a atualização constante do aluno, a criação do espírito crítico e que conduz a uma maior busca pelo saber na graduação, ampliando suas práticas profissionais possibilitando a articulação ensino/pesquisa/extensão.

Deste modo a Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim (FABASB) entende que as atividades complementares fortalecem a formação do profissional em Direito, permitindo aos alunos trocas importantes, tanto no âmbito acadêmico quanto no aspecto profissional. Os discentes do curso de Direito da FABASB, serão constantemente estimulados a participar das atividades e sua efetivação ocorrerá através de seminários; participação em eventos; monitoria; atividades acadêmicas; iniciação a pesquisa, vivência profissional complementar; workshops, congressos, trabalhos orientados de campo; artigos científicos; dentre outras. Além das atividades propiciadas pela coordenação do curso e pela instituição, os alunos são também incentivados a participar fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos, atividades independentes e transversais de interesse da formação do profissional em total consonância com a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

O aluno que ingressar no Curso de Direito da FABASB deverá obrigatoriamente completar 200 horas em atividades complementares (AC), podendo realizá-las desde o primeiro semestre.

Pelo menos metade da carga horária das Atividades Complementares deverão ser cumpridas até a conclusão da carga horária do curso. A autorização para que o aluno realize determinada atividade complementar deve levar em consideração o conhecimento que ele possui sobre as matérias relativas às atividades que irá realizar. As atividades que exijam um conhecimento superior ao período em que os alunos estejam matriculados não devem ser autorizadas.

As Atividades Complementares são validadas academicamente pela Comissão de Curso, mesmo se realizadas em situações de aprendizagem fora da instituição, desde que vinculadas ao mundo do trabalho e à prática social. Os tipos de atividades complementares que podem ser validadas na Comissão de Curso, conforme Resolução Nº 2/2022

1. Ensino: A monitoria é entendida como iniciação docente, acompanhada do professor titular da turma ou do componente curricular;
2. Extensão: A participação dos acadêmicos em projetos de extensão será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição;
3. Pesquisa: Participação em projetos de pesquisa será considerada válida desde que o projeto seja aprovado pelos órgãos competentes na instituição. Nesse item, insere-se a Iniciação científica, pois se considera como tal a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa que estejam em desenvolvimento na Universidade, ligados à área de estudos do curso, sob a responsabilidade de um professor pesquisador, que tenha o projeto aprovado pelos órgãos competentes na instituição;
4. Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão: Congressos, Simpósios, Módulos Temáticos (grupos de estudos), Palestras, Oficinas, Encontros, Cursos de Língua Estrangeira, Bancas (assistência a bancas: graduação e pós-graduação), estágios não obrigatórios.

A orientação básica e normativa da universidade indica que o aluno deverá possuir o mínimo de 10% do total de horas de ACGs em cada uma das seguintes atividades: ensino, pesquisa, extensão e atividades culturais. Anexo a este Projeto Pedagógico encontra-se o Regulamento de Atividades Complementares de Graduação, que estabelece de forma detalhada as diferentes atividades que podem ser validadas em cada categoria, bem como os procedimentos para apresentação da documentação comprobatória.

Mecanismo inovador pode ser aceitas as atividades virtuais e cursos de nivelamentos em qualquer momento do curso via requerimento.

2.11. TRABALHOS DE CURSO

O Trabalho de Curso- TC, consiste na elaboração de um Artigo Científico, realizada pelo aluno em qualquer das áreas jurídicas que contemple a vinculação do conteúdo temático com a linha de pesquisa escolhida, bem como com os aspectos formais, respeitados os critérios técnicos exigidos, conduzindo o aluno a um aprofundamento temático-reflexivo, interpretativo e crítico do Direito, domínio de linguagem articulada e grau de habilidades e competências adquiridas no curso.

Na disciplina Metodologia da Pesquisa em Direito, no 3º período, os educandos compreenderão o que é um trabalho científico, conhecerão as metodologias existentes, enfim, todas as informações teóricas necessárias para a construção de um conhecimento científico. Caberá ao educador de metodologia fornecer a estrutura do artigo científico, detalhando cada parte, preparando os educandos para o desenvolvimento do artigo científico. Esta disciplina é pré-requisito do Trabalho de Curso.

Os alunos em fase de elaboração do TC são acompanhados por professor orientador especialmente indicado conforme o tema de estudo e a forma/experiência profissional do docente na área de estudo do aluno.

Após o cumprimento de todas as etapas, em acordo com o regulamento e calendário, o aluno estará apto para apresentação em banca, que será realizada por uma equipe de professores da FABASB. Os trabalhos que alcançarem nota final acima de 8,0 (oito) poderão ser indicados para publicação.

O tema para o TC deverá estar inserido em um dos campos de atuação do curso do aluno. O acompanhamento dos trabalhos será feito por meio de reuniões com periodicidade mínima mensal, previamente agendadas entre orientador e orientando. O TC será avaliado com base nos seguintes critérios:

- Relevância na área do curso (acadêmico, utilidade prática do projeto, abordagem inovadora);

- Exequibilidade e cronograma de execução;
- Viabilidade.

Bacharelado em Direito conta com carga Horária de 80 horas total divididas em TC I 40 horas e TC II- 40 horas.

2.12. APOIO AO DISCENTE

O atendimento aos discentes é fundamental para qualquer instituição de ensino, visto que o processo pedagógico só realiza seus mais elevados objetivos quando contempla as necessidades dos discentes. Neste sentido, a FABASB ordenou diversas formas integradas de apoio aos estudantes, buscando contemplar os programas de apoio psicopedagógico, de atividades de nivelamento e incentivo à participação em atividades internas e externas que possam agregar valor à formação do mesmo, como congressos, workshop, palestras, intercâmbios, debates, jornadas, entre outros.

2.12.1 Atividades de Nivelamento

O Programa de Nivelamento de Ensino integra a Política de Graduação da FABASB e tem como objetivo elevar a qualidade do desempenho de todos os discentes através de ações de suporte pedagógico, que assegure aos alunos aprendizagens significativas dos saberes estudados no decorrer de sua formação.

A FABASB implementou o Programa de Nivelamento para que o aluno possa realizar ações práticas, ligadas às áreas que têm mais dificuldade de aprendizagem, não sendo considerado para efeito de integralização da carga horária das Atividades Complementares.

Serão objetivos do Programa de Nivelamento de Ensino:

Propiciar aos alunos a recuperação e o aprimoramento de conhecimentos básicos em disciplinas fundamentais aos estudos acadêmicos;

Estabelecer mecanismos para assegurar a aprendizagem básica das áreas do conhecimento necessárias à formação do aluno;

Qualificar o aluno, proporcionando o desenvolvimento de sua autoconfiança e habilidade para gerenciar suas próprias aprendizagens;

Contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação;

Melhorar o aproveitamento do aluno no transcorrer da sua vida acadêmica;

Estimular a autoaprendizagem;

Minimizar a deficiência dos alunos em relação aos conteúdos básicos para prosseguimento dos estudos.

A partir do conhecimento do perfil socioeconômico do aluno e através de pesquisa institucional é possível estabelecer uma política de nivelamento mais coerente com as reais necessidades do alunado, favorecendo seu desempenho acadêmico no curso superior escolhido.

O Programa de Nivelamento será oferecido continuamente em todos os semestres e aberto a todos os alunos da Instituição em Informática, Língua Portuguesa e Matemática. O curso é tratado como atividade extracurricular, que possibilitará ao aluno consolidar as aprendizagens essenciais para prosseguir seus estudos de graduação e, conseqüentemente, sua formação pessoal e profissional. Elas serão recomendadas aos alunos que desejam resgatar conhecimentos vistos no ensino fundamental e médio, bem como superar lacunas das diversas disciplinas da graduação.

O Curso terá característica comum às demais disciplinas: carga horária, creditação e propósito acadêmico. O professor responsável deverá elaborar relatório detalhado das aprendizagens consolidadas.

Essa atividade, que possui Regulamento próprio, contribuirá para a superação das lacunas da educação do discente, que poderão ser desfavoráveis ao andamento do seu curso, e, mais grave ainda, levar os alunos com maior nível de dificuldades ao desestímulo e à desistência do curso.

2.12.2 Acolhimento/Monitoria (Apoio Psicopedagógico)

A política institucional de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, através da seleção de ações inovadoras e planejadas a cada semestre, com o objetivo de acolhimento ao discente calouro,

motivando o seu sentimento de pertencimento.

Todas as atividades que serão desenvolvidas impactarão positivamente no desempenho dos alunos, além de melhorar a inserção no ambiente acadêmico, seja por meio de atividades de integração, motivação, informativas e outras.

Programas financeiros alternativos ao FIES, como o de parcelamento próprio; programa de acessibilidade, representado pelo Núcleo de Acessibilidade e inclusão que promoverão estratégias para auxiliar na inclusão e acessibilidade dos alunos com necessidades especiais; apoio às organizações estudantis, programas de monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, através do Núcleo de apoio psicopedagógico, que oferecerão orientação e aconselhamento com o objetivo de contribuir positivamente para adaptação, relacionamento interpessoal e permanência do discente no ambiente acadêmico. Além da promoção da saúde psicossocial, à melhoria do processo de ensino-aprendizagem e da qualidade de vida da comunidade acadêmica.

2.12.3 Organização Estudantil

A FABASB possui como um dos seus princípios, o respeito ao ser humano, entendendo-o como cidadão integrante da sociedade, portador de direitos e deveres; e, o respeito às diversidades de pensamento e ideologias, como possibilidades de crescimento individual e social. Neste contexto, os acadêmicos são incentivados, por meio da coordenação de curso, a participar do centro acadêmico buscando motivar os líderes de turma, eleitos a cada semestre letivo a manterem esta atividade de forma contínua, dinâmica e renovável.

Reuniões periódicas são agendadas pelo coordenador do curso com o CA quando são discutidas as diversas questões relacionadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, esportivas, científicas e culturais do CA do curso. Além disso, periodicamente, a direção da instituição convida os alunos representantes dos CA de todos os cursos para discutir questões institucionais de interesse da comunidade acadêmica.

2.12.4 Acompanhamento de Egressos

A política institucional garantirá mecanismo de acompanhamento de egressos e a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional. Este acompanhamento será realizado através do Programa de Acompanhamento do Egresso, que terá como objetivo o levantamento de informações, junto ao egresso, acerca da formação acadêmica recebida. Entendendo por formação acadêmica não apenas a transmissão de conteúdo presente na grade curricular, mas a formação de sujeitos éticos, humanos e comprometidos com o desenvolvimento social da comunidade em que está inserido.

Entre as estratégias da política institucional de acompanhamento do egresso, está previsto o estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, com a intenção de avaliar as políticas de ensino e extensão adotadas e subsidiar as ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mercado de trabalho, e propor outras ações inovadoras.

O programa terá como objetivo geral:

- Permitir contatos formais da IES com todos os egressos, como estratégia de acompanhamento do seu desenvolvimento profissional e formação continuada.

E como objetivos específicos:

- Avaliar a empregabilidade dos egressos;
- Obter informações sobre a realidade profissional dos egressos, no que se refere à aplicabilidade dos conhecimentos acadêmicos relacionados à atuação profissional;
- Possibilitar possíveis ajustes a serem implementados no projeto pedagógico de cada curso e, conseqüentemente, na condução das situações de ensino-aprendizagem;
- Estimular a participação do egresso em atividades de caráter acadêmico oferecidas pela Instituição no que se refere à educação continuada, através de práticas extensionistas e da pós-graduação; e
- Identificar necessidades acadêmicas não contempladas que possam fomentar a realização de atividades extensionistas voltadas para este público.

Considerando que a avaliação de sua qualidade acadêmica terá como um dos seus parâmetros o egresso, a FABASB realizará o seu acompanhamento através do site, em comunicação direta com os mesmos, e, principalmente, através do processo de autoavaliação.

2.13. PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

2.13.1. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa (ações resultantes do processo de avaliação interna e externa; existência do processo de avaliação periódica do curso)

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

O processo de avaliação do Curso de Direito contemplará as atividades que integram a rede de formação na forma prevista no Projeto Pedagógico respectivo, devendo ocorrer de maneira continuada, e ser sistematizado e operacionalizado pela Coordenação do Curso, com o apoio do NDE.

Desse modo, a cada período letivo, a Direção Acadêmica, juntamente com a Coordenação de curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), realizará uma semana de planejamento na qual serão definidos, conjuntamente pela equipe responsável, os objetivos e conteúdo a serem trabalhados em todas as disciplinas. Caberá à coletividade acadêmica a discussão, análise e elaboração de metodologias que atendam aos princípios norteadores, anteriormente citados, de atendimento à interdisciplinaridade e integração teoria/prática.

No decorrer dos semestres letivos, será acompanhado, sistematicamente, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem buscando garantir o cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos e a construção do conhecimento dos acadêmicos. Individualmente, cada membro do corpo docente ficará encarregado da sistematização da proposta de trabalho semestral, orientado pelos resultados das avaliações institucionais que também deverão avaliar os princípios metodológicos e suas aplicações.

A avaliação do curso dar-se-á em momentos distintos, envolvendo docentes e corpo discente, e tem como principais objetivos: Sensibilizar todos os sujeitos da

comunidade institucional, representada pelos acadêmicos, professores e funcionários, para a importância da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade do curso e como mecanismo de prestação de contas aos próprios alunos, comunidade acadêmica em geral e à sociedade como um todo; efetivar um diagnóstico permanente dos conteúdos e encaminhamentos curriculares e extracurriculares de cada período, como modo de subsidiar o planejamento da etapa subsequente; Proceder ao levantamento das condições da infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho acadêmico: espaço físico, materiais experimentais, laboratórios de informática, biblioteca e outros mais; Rever o projeto pedagógico do curso, junto ao NDE, e as formas de articulação das atividades curriculares, para incluir os avanços do conhecimento na área científica e tecnológica, as demandas sociais e as perspectivas de empregabilidade no mercado profissional.

Para tanto, variados mecanismos deverão ser utilizados, a exemplo de: verificação dos planos de ensino; acompanhamento do plano de aula dos docentes; análise das condições acadêmicas e de infraestrutura; entrevistas periódicas com os representantes de turma; análise da estrutura curricular, realizada nas reuniões do órgão colegiado, exame de questões suscitadas nas avaliações dos discentes durante o semestre. Caberá à Coordenação do Curso, fundamentada nos resultados observados, dar cabida às ações de caráter teórico-metodológico e desenvolver gestões acadêmico administrativas passíveis de aprimorar o projeto pedagógico do curso em apreço.

Soma a essas ações avaliativas a autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e análise futura dos resultados do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (ENADE) como indicativos de excelência para aferição da qualidade do curso.

Considerando a essencialidade do tema para a eficácia institucional e a efetividade do curso, a Coordenação do Curso, em conjunto com os docentes, buscará acompanhar permanentemente as orientações gerais do ENADE, bem como realizar a conjugação das diretrizes que definem as habilidades e competências profissionais para o exame das práticas curriculares e pedagógicas do curso.

Os resultados do exame servirão, ainda, para a redefinição pedagógica do curso, quando esse se mostrar aquém dos padrões de desempenho nacionais e da própria Instituição. A Instituição implementou ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE e outras). O processo anual de autoavaliação da FABASB possibilitará o levantamento de

informações e a análise crítica das atividades desenvolvidas na Instituição e no Curso que indicam as ações necessárias a serem desenvolvidas no planejamento.

Neste contexto, os resultados da autoavaliação do Curso irão identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica do curso, assim como sugerir propostas de intervenção para corrigir rumos, consolidar sua ação pedagógica e alcançar efetivamente maior qualidade no ensino-aprendizagem. A coordenação do curso, de posse dos relatórios estatísticos emitidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, além das informações próprias obtidas por meio de reuniões, contato com estudantes e docentes, reuniões de NDE e Colegiado, elaborará anualmente seu Plano de Ação, no qual busca estabelecer e cumprir compromissos relacionados às diversas melhorias e incrementos necessários às condições de oferta das diversas atividades acadêmicas do curso. Para tanto, os principais instrumentos são:

- RELATÓRIOS – utilização dos relatórios de avaliação do curso e dos docentes produzidos pela CPA.
- ANÁLISE DOS DADOS – tanto nos seus aspectos quantitativos (estatísticas, orçamentos, etc.), quanto nos qualitativos;
- ARTICULAÇÃO entre os instrumentos de avaliação externa e de autoavaliação. As ações acadêmico-administrativas resultantes das avaliações externas - avaliação de curso, ENADE, no âmbito do curso, serão implantadas gradativamente no Curso.

Ocorrerão reuniões com os docentes a fim de discutir o desempenho dos acadêmicos em cada questão de conhecimento geral e específica da prova do ENADE, assim como os resultados do questionário socioeconômico, que também indicarão ações que podem ser empreendidas pela Instituição e Curso em busca de melhorias.

Assim, entende-se que não se tratará apenas de levantar dados, elaborar questionários, aplicá-los, analisá-los, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida acadêmica. Esses aspectos são relevantes, mas o importante é ter clareza do que deve ser feito com os resultados levantados, com todos esses dados e informações obtidas.

O importante é saber de que modo o processo de autoavaliação e as avaliações externas poderão contribuir para o processo de mudança e melhoria, não só acadêmica, como também de gestão do Curso.

2.13.2. Avaliação Docente

A avaliação docente visa à melhoria da qualidade e reflexão da atividade docente. É um processo de tomada de consciência, cujo objetivo é a conexão e o aperfeiçoamento do rumo, não se constituindo, portanto, num instrumento de punição. A importância deste instrumento no processo ensino-aprendizagem se encontra em detectar fatores em dissonância e firmar valores que levem à melhoria da qualidade de ensino, tendo em vista o interesse de seus alunos, uma vez que a instituição não progride nem sobrevive se deixar de avaliar de forma sistemática e contínua cada uma de suas partes para alcançar os objetivos que a distingue e lhe condiciona a existência.

Observa-se, que além da avaliação do aluno quanto ao docente, existe a necessidade de o professor fazer uma análise de seu próprio desempenho e de sua prática pedagógica, bem como do desenvolvimento acadêmico do aluno. Analisa que com esta prática, o docente poderá enriquecer-se de informações que lhe possibilitem repensar suas atividades de ensino e conseqüentemente atingir os objetivos da aprendizagem.

Considera ainda que estes dados possibilitam ao departamento pedagógico refletir sobre o seu próprio desempenho no que se refere ao ensino, assim como encontrar alternativas que conduzam a um melhor desenvolvimento da atividade e uma constante melhoria da qualidade do ensino.

2.13.3. Avaliação do Curso

As ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas, no âmbito do curso, buscam ser implantadas. O processo de autoavaliação anual da FABASB, oportuniza o levantamento de dados e a análise crítica das atividades desenvolvidas que especificam as ações necessárias a serem desenvolvidas no planejamento estratégico da instituição. Neste contexto os resultados da autoavaliação do Curso de Graduação em Direito (Bacharelado) procuram identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica do curso, assim como sugerem estratégias de intervenção para corrigir rumos, consolidar sua ação pedagógica e alcançar efetivamente maior qualidade no ensino-aprendizagem. A coordenação do curso, de posse dos relatórios estatísticos emitidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da instituição e informações próprias (reuniões, formulários próprios, pesquisa-ação) redige anualmente seu Planejamento Estratégico Acadêmico, no qual busca estabelecer e cumprir

compromissos relacionados às diversas melhorias e incrementos necessários às condições de oferta das diversas atividades acadêmicas do curso.

Os resultados do questionário socioeconômico considerando as questões gerais e aquelas relacionadas ao CPC são analisadas e ações empreendidas em busca de melhorias. Assim, o Curso de Graduação em Direito (Bacharelado) entende que não se trata apenas de levantar dados, elaborar questionários, aplicá-los, analisá-los, utilizar técnicas sofisticadas, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida acadêmica. Esses aspectos são relevantes, mas o importante é ter clareza do que deve ser feito com os resultados levantados, com todos esses dados e informações colhidas.

O importante é saber de que modo o processo de autoavaliação institucional e as avaliações externas podem ser um efetivo e eficiente instrumento de mudança e melhoria de todos os processos acadêmicos e de gestão do curso.

2.14.TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estarão presente no processo de ensino-aprendizagem, como ferramentas tecnológicas que contribuem para a construção de conhecimentos, favorecendo a comunicação dos docentes e discentes além de facilitar a difusão de informações. A FABASB disponibilizará aos professores e alunos dos diversos cursos, laboratórios, com recursos áudio visuais, tais como Datashow e caixa de som. Assim, a FABASB garantirá acessibilidade nas comunicações e suas diversas modalidades: Acessibilidade Digital – dispõe de espaços físicos adequados, laboratórios de informática, serviço de redes wi-fi nos Campi, também disponibiliza o sistema operacional DOSVOX que permite que pessoas portadoras de deficiência visual utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, o que contribui com a independência no estudo.

Os Laboratórios de Computação e Informática - O laboratório de informática da FABASB foi planejado como espaços pedagógicos de modo a acolher diversas possibilidades de trabalho: aulas teóricas, oficinas e atividades que envolvam múltiplas práticas e que possam demandar a utilização de recursos da tecnologia da comunicação e informação. Apesar de priorizar atividades práticas do ensino, atendem a outras necessidades decorrentes da extensão, viabilizam iniciativas de redescoberta e, ainda, podem ser utilizadas para atividades voltadas à comunidade local.

A FABASB disponibilizará em sua página institucional informações pertinentes às atividades acadêmicas, como o Calendário semestral, documentação tal qual as Matrizes Curriculares, Atividades Complementares, Regimentos e Regulamentos, onde também são difundidos os principais eventos do curso e instituição. No processo ensino aprendizagem do curso de Direito e a comunicação contribuirá como novos ambientes propícios a aprendizagens e interações, que tornam o percurso formativo mais prazeroso e interessante, além de favorecer novas descobertas, bem como interação entre o ambiente interno (sala de aula) e externo, através do uso de ferramentas online de comunicação e dos recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como a própria internet, redes sociais e grupos online, blogs, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais e em suportes eletrônicos, entre outros. Para isso, a FABASB dispõe de recursos audiovisuais e de multimídia em quantidade adequada, atendendo aos docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo.

2.15.AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os critérios de avaliação/acompanhamento quantitativos das turmas em relação às disciplinas em curso, utilizados pela FABASB, encontram-se respaldadas na resolução FABASB 006/2022 que versam as orientações sobre as principais situações acadêmicas e sempre explicitados nos planos de curso de cada uma das disciplinas ofertadas ao longo da permanência das turmas na instituição, sendo o seu cumprimento obrigatório no semestre em que vigorarem.

Estes critérios quantitativos são discutidos e revistos por cada um dos professores responsáveis, juntamente com a Coordenação a cada semestre letivo do curso. Com isso pretende-se garantir uma linguagem comum em relação ao processo de avaliação do aluno por cada um dos professores. Objetiva-se assim, manter a maior homogeneidade possível na avaliação de todos, independentemente do semestre em que cada disciplina é oferecida.

A avaliação do aluno é realizada, a cada período letivo, e visa à mensuração progressiva do aproveitamento em cada disciplina. As avaliações são classificadas como oficiais - provas escritas, com data de aplicação fixadas no calendário acadêmico; e

parciais - definidas no plano de ensino das disciplinas e fixadas pelo professor responsável pela disciplina, tais como: testes, trabalhos, seminários, dentre outras.

Esta sistemática de avaliação se operacionaliza através da existência de pelo menos dois tipos diferentes de avaliação a cada bimestre, já que a FABASB trabalha o regime semestral, em termos de avaliação, com duas médias bimestrais obrigatórias. A definição do tipo de avaliação, bem como dos critérios de “pesos” utilizados será função das especificidades de cada uma das disciplinas.

Cabe ressaltar, que por se entender que a avaliação individual do aluno é muito importante, pelo menos uma das avaliações bimestrais será feita através de prova formal individual. As demais avaliações, geralmente, contemplam os aspectos de sociabilidade do aluno em relação não só a seu grupo de trabalho, como também em relação à comunidade, uma vez que normalmente serão feitas através da sistemática descrita anteriormente no quesito “Interdisciplinaridade” discutindo anteriormente.

Com esta prática de construção de notas, espera-se propiciar ao aluno as condições dele ter uma avaliação processual, não concentrada em um único resultado, o que no entender da Instituição, poderia vir a causar distorções em relação aos resultados individuais. Em contrapartida, não são perdidos de vista os aspectos referentes à aprendizagem individual, tão importantes na formação do profissional.

Os conteúdos das avaliações podem abranger os assuntos lecionados na disciplina até o momento da avaliação. As provas (Bimestrais, Substitutiva e Prova Final) são realizadas nos dias e horários constantes no calendário de provas, devidamente divulgado.

O aluno que se ausentar-se de uma ou das duas provas bimestrais terá direito a segunda chamada. No caso do estudante ausente nas duas provas bimestrais, terá direito a apenas uma prova substitutiva e terá atribuída a nota 0,0 (zero) à avaliação do 1º bimestre. Caso se faça necessária a realização de exame final pelo estudante, a ele será atribuída a nota obtida na prova substitutiva. Não há avaliações substitutivas para avaliações parciais previstas no Plano de Ensino, mas somente para as provas oficiais bimestrais.

A avaliação substitutiva é composta de questões de múltipla escolha e discursivas, abrangendo toda a matéria ministrada no semestre com conteúdos acumulativos. Nas avaliações oficiais, o professor escolhe um dia de aula para informar aos alunos os critérios adotados para a correção da prova bimestral. Neste dia, denominado de “Vista de prova”, o aluno tem acesso a sua prova e a oportunidade de observar o resultado obtido. As provas bimestrais são devolvidas aos alunos pelo professor, em sala de aula, após o

prazo máximo para solicitação de todos os recursos de revisão de nota. Após esse período, não será admitida nenhuma solicitação de recurso por parte do aluno. Salienta-se que não existe vista de prova para Prova Substitutiva ou Exame Final.

Atendida a frequência mínima exigida, é aprovado, sem exame final, o aluno que obtém, em cada uma das disciplinas, média igual ou superior a 7 (sete), correspondente à média aritmética das notas das avaliações no decorrer do semestre letivo. O aluno que não atinge média igual ou superior a 7 (sete) deve submeter-se ao Exame Final. Só está apto a realizar o Exame Final, o aluno com média igual ou superior a 4 (quatro), considerando-se reprovado direto o que não a obtiver.

É considerado aprovado neste exame o aluno que obtiver, em cada disciplina, média final igual ou superior a 5 (cinco), correspondente à média aritmética entre a média semestral e a nota do Exame Final. A prova final é cumulativa e contempla todo o programa. É promovido ao período letivo seguinte, o acadêmico aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se ainda a promoção com até 02 (duas) dependências.

O acadêmico promovido em regime de dependência matricula-se, obrigatoriamente, nas disciplinas das quais depende, aplicando-se a todas as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas no Regimento. O acadêmico retido na série cursada, por ter sido reprovado em mais de 02 (duas) disciplinas, deve se matricular na mesma série, devendo cursar obrigatoriamente as disciplinas em que não foi aprovado. Em relação a este item, também parece importante que seja reportada a legislação específica atualmente em vigor.

O acompanhamento dos resultados parciais (bimestrais) e finais das turmas são feitos ao término do lançamento das médias no sistema informatizado da IES, através de relatórios e gráficos discutidos pela Coordenação em reuniões com os professores responsáveis pelas disciplinas de cada semestre do curso. Quando da discussão das médias do primeiro bimestre letivo, procura-se identificar as razões para os bons e maus resultados, buscando-se fazer os ajustes necessários em relação à condução de disciplinas específicas ou da própria turma como um todo, quando for o caso.

Os resultados de cada turma servem como ponto de partida para a definição dos conteúdos que devam ser repensados e trabalhados de forma diferente no próximo semestre, em relação aos novos alunos daquela disciplina, e como indicativo de possíveis necessidades de resgate em semestres futuros para aqueles aprovados nas disciplinas.

2.15.1 Avaliação do Curso

As ações acadêmicas administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas, no âmbito do curso, buscam ser implantadas. O processo de autoavaliação anual da FABASB, oportuniza o levantamento de dados e a análise crítica das atividades desenvolvidas que especificam as ações necessárias a serem desenvolvidas no planejamento estratégico da instituição. Neste contexto os resultados da autoavaliação do curso de Direito procuram identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica do curso, assim como sugerem estratégias de intervenção para corrigir rumos, consolidar sua ação pedagógica e alcançar efetivamente maior qualidade no ensino e aprendizagem.

O curso de Direito possui um colegiado e um Núcleo Docente Estruturante (NDE) e através deles se faz a autoavaliação do curso, a cada reunião, onde os problemas são levantados e as soluções possíveis apresentadas e executadas, sempre que possível. Além disso, a Coordenação do Curso conta com a Comissão Própria de Avaliação - CPA - que semestralmente de forma processual aplica os formulários de avaliação com o objetivo de colher dados, pensar e (re)pensar o curso como um todo.

A avaliação institucional procura identificar os aspectos que dificultam e/ou facilitam a ação acadêmica/institucional, assim como implementar estratégias de intervenção, para corrigir rumos, consolidar a ação pedagógica e alcançar efetivamente maior qualidade institucional.

A coordenação do curso, de posse dos relatórios estatísticos emitidos pela Comissão Própria de Avaliação - CPA da instituição e informações próprias (reuniões, formulários próprios, pesquisa-ação.) redige anualmente seu Planejamento Estratégico Acadêmico, no qual busca estabelecer e cumprir compromissos relacionados às diversas melhorias e incrementos necessários às condições de oferta das diversas atividades acadêmicas do curso.

O conceito de qualidade vai além das relações de custo-benefício e eficiência e eficácia, buscando outras variáveis que permitam sinalizar o desempenho da FABASB. A qualidade é vista no inter relacionamento de suas ações, nos resultados efetivos que produzem, quando referenciadas nos objetivos éticos, sociopolíticos e pedagógicos que a norteiam.

A avaliação institucional implica pensar a IES como uma unidade que se constrói na relação e/ou na indissociabilidade das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Os cursos de graduação e as atividades de iniciação científica e extensão são avaliados no contexto em que são desenvolvidos, considerando principalmente seus objetivos, estrutura, corpo docente e discente envolvidos, infraestrutura oferecida para seu funcionamento e suas peculiaridades.

Com sua proposta de avaliação a FABASB juntamente com a Comissão de Avaliação Institucional, espera potencializar e desenvolver a instituição através de sua comunidade, de modo a facilitar e viabilizar o cumprimento de sua missão.

3. CORPO DOCENTE

3.1.NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O NDE do curso bacharelado em Direito é composto por 5 docentes do curso, seus integrantes foram contratados em regime de tempo integral, sendo que 100% possui titulação *stricto sensu* e o coordenador atua como integrante do NDE e acompanha todas as atividades. O Núcleo Docente Estruturante - NDE, é o órgão de coordenação e assessoramento em matéria didático - científico-pedagógico. O Núcleo Docente Estruturante do Curso bacharelado em Direito desenvolve as atividades, de acordo com o que está preconizado no Projeto Pedagógico do Curso - PPC, e Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI. O Núcleo Docente Estruturante – NDE possui Regulamento próprio, é constituído pelo Coordenador do Curso, seu Presidente e por 4 (quatro) docentes que ministram disciplinas do currículo do Curso.

A cada período letivo, a Coordenação Acadêmica, juntamente com as Coordenação do curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE), realizará uma semana de planejamento quando serão definidos, conjuntamente pela equipe responsável, os objetivos e conteúdos a serem trabalhados em todas as disciplinas. Caberá coletividade acadêmica a discussão, análise e elaboração de metodologias que atendam os princípios norteadores, anteriormente citados, de atendimento a interdisciplinaridade e integração teoria/prática.

No decorrer dos semestres letivos, NDE, Direção Acadêmica e coordenação do curso acompanharão sistematicamente o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem buscando garantir o cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos e a construção do conhecimento dos acadêmicos. Individualmente, cada membro do corpo docente ficará encarregado da sistematização da proposta de trabalho semestral, orientado pelos resultados das avaliações institucionais que também deverão avaliar os princípios metodológicos das suas aplicações. Dessa forma, o planejamento de ensino contemplará:

- vínculos entre o posicionamento filosófico, político-pedagógico e as ações efetivas que o professor irá realizar em sala de aula, traduzidas em objetivos, conteúdos e abordagens organizadoras da prática pedagógica;
- a racionalização das ações pedagógicas, a previsão de situações que propiciem a aprendizagem, evitando-se os improvisos desnecessários e a rotina cansativa em sala;
- a previsão de objetivos, conteúdos e estratégias a partir das exigências do projeto pedagógico do curso: socioculturais, profissionais (impostos pela sociedade) e dos alunos;
- o exercício permanente da abstração e da objetivação que perfazem e caracterizam o conteúdo de cada disciplina;
- a congruência entre os objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas possibilidades (a quem ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e a avaliação, está intimamente relacionada aos demais; e
- o inter-relacionamento entre estes, possibilitando, a concretização de um trabalho pedagógico que se configure com uma natureza interdisciplinar. Portanto, o NDE tem participação relevante na elaboração, definição e aprovação do PPC, bem como nas discussões para mudanças e atualizações dos currículos dos cursos. O PPC utiliza, também, como referencial, os resultados da Auto avaliação, para a implementação de melhorias nos processos de ensino e formação, a partir de atualizações curriculares e metodológicas, quando necessárias. As competências e regulamentação dos NDE's estão previstas em Regulamento específico da FABASB.

DOCENTE	Titulação	Regime de Trabalho
Juarez Moraes Ramos Junior	Mestre	Integral
Ana Carolina C. Ventura de Carvalho	Especialista	Integral
Mateus Costa Pinheiro	Mestre	Parcial
Luís Antônio N. Fonseca	Mestre	Parcial
Franklin da Silva Peixinho	Mestre	Parcial

Composição do Núcleo Docente Estruturante

3.2. ATUAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR

O curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB tem como coordenador a **Juarez Moraes Ramos Júnior**, Mestre em Gestão Educacional pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) Possui especialização em Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor (UNESA) ,Análise de Sistemas pela Universidade Veiga de Almeida (1991) ,MBA EXECUTIVO EM ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (1998) ,Doutorando em ciências jurídicas pela Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa María de Los Buenos Aires, atuando como gestor, advogado e como docente, cuja formação acadêmica, titulação e experiência profissional, capacitaram-o a implementar e acompanhar o desenvolvimento deste projeto pedagógico, enquadrando-se plenamente nos requisitos das funções que desempenhar.

No desempenho de suas atribuições, o Coordenador do Curso é apoiado pelo conjunto de docentes que atuam no curso, especialmente os que integram o NDE e Colegiado, além de poder contar com setores específicos como a Secretaria Acadêmica, a Biblioteca e outros, no suporte ao processo de ensino-aprendizagem. O desenvolvimento das atividades do curso se dará mediante duas reuniões semestrais com NDE e Colegiado e reuniões semestrais com todos os professores, tutores e equipe multidisciplinar. Serão discutidos assuntos pertinentes às ações de interesse do curso, dos docentes e discentes, bem como os procedimentos e atividades que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

Serão também apresentadas a partir das orientações do NDE necessidades de ajustes e atualização dos conteúdos e outros aspectos que resultarão, por certo, em indicadores de acompanhamento e avaliação do curso e da própria Instituição. O Regimento da FABASB explicita, com maiores desdobramentos, as competências e atribuições dos

órgãos de sua estrutura acadêmica, bem como do corpo docente, discente e do pessoal técnico administrativo.

O Regime de Trabalho da Coordenadora do curso de Direito da FABASB é Integral e possibilita o atendimento da demanda de suas atividades. A Coordenação de Curso executa as deliberações oriundas das instâncias superiores, e tem como principais atribuições, contempladas no Regimento e/ou Manual do Coordenador:

- Garantir, permanentemente, a qualidade do curso; Elaborar, semestralmente, o Plano de Ação relativo ao curso;
- Constituir e coordenar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso; Gerenciar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), junto ao NDE;
- Distribuir encargos de ensino, e extensão entre os seus professores, respeitadas as especialidades, e coordenar lhes as atividades;
- Opinar sobre os projetos de ensino, e de extensão e acompanhar a execução dos mesmos, depois de aprovados pelo CONSUP;
- Analisar o histórico escolar quando dos pedidos de transferência externa e de matrícula especial, encaminhando-o à Secretaria Acadêmica;
- Acompanhar as atividades complementares e demais atividades desenvolvidas pelos cursos;
- Acompanhar o desempenho dos estudantes do curso; Promover maior integração das atividades entre cursos e das atividades de ensino e extensão;
- Manter aproximação com a sociedade; Buscar outras fontes alternativas de recursos para a Instituição, no âmbito do curso; Apoiar a Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo de auto avaliação;
- Cumprir as exigências do MEC/INEP, quando necessário; Acompanhar e apoiar Corpo Discente, estudantes e egressos;
- Responsabilizar-se pela operacionalização do Curso; Acompanhar e supervisionar a Infraestrutura do curso;
- Apoiar as atividades da Biblioteca e atender às demandas da Secretaria Geral; Pronunciar se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos e

diplomados; Acompanhar o processo de matrícula, transferência, aproveitamento de estudos dentre outros; Garantir o cumprimento de todas as outras funções e atribuições previstas no Manual do Coordenador. No desempenho de suas atribuições.

3.3.CORPO DOCENTE E COMPONENTES CURRICULARES

Os procedimentos concernentes à seleção, admissão, promoção e dispensa do professor, seus direitos e deveres estão disciplinados no Plano de Carreira Docente, estando sujeito ainda às normas do Regimento da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB. O valor da remuneração da hora-aula é compatível aos praticados nos municípios circunvizinhos. Na distribuição da jornada de trabalho estão incluídas as tarefas próprias do docente: preparação e ministração de aulas, aplicação e correção de provas e testes, também o tempo para orientação discente, participação em projetos de pesquisa, extensão e atividades culturais, de orientação de trabalhos acadêmicos, além de participação em programas de capacitação docente.

Além desses aspectos, o plano de carreira prevê mecanismos de estímulo à atualização, capacitação e aperfeiçoamento do docente, seja mediante Ajuda de Custo para participação em eventos de natureza técnico-científica ou cultural, seja pela concessão de Bolsas de Estudo para realização de cursos de pós-graduação em instituições reconhecidas e credenciadas, ou em programas de treinamento e reciclagem específicos.

Os docentes analisaram os conteúdos dos componentes curriculares para a realização do planejamento com objetivos, metodologias e avaliação pertinentes para o processo ensino e aprendizagem de forma efetiva e sistemática. O planejamento consta estratégias diferenciadas e a oferta de condições reais de acesso e uso de tecnologias sob a forma de acervo bibliográfico (livros, periódicos, entre outros) e recursos informatizados e laboratoriais específicos do curso, incluindo as principais redes de informação e comunicação virtual.

Todo este aparato propiciará a pesquisa e a construção do conhecimento com práticas pedagógicas construídas tanto em sala de aula e laboratórios, quanto em ambientes especializados da produção de saúde, com abrangência espaço-temporal que torne viável a diversificação dos encaminhamentos didáticos pelo docente. Dessa forma,

o Curso de Direito da FABASB faz uma relação direta das disciplinas com o perfil do egresso que tem como missão formar o bacharel em Direito com sólida formação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área do Direito, dotada de consciência ética, política, humanista, com visão crítica e global da conjuntura econômica social, política, ambiental e cultural da região onde atua, no Brasil ou no mundo.

3.4.CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO

O corpo docente selecionado para o curso constitui-se de 42% de doutores, 33% de mestres constituindo 75% dos docentes com formação em pós-graduação *Strictu Sensu*. Os professores serão contratados pela Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB, sob o regime da legislação trabalhista, para assunção de jornadas de trabalho, parcial, integral e horista. Para o funcionamento do curso, este quadro revela-se suficiente em número e reúne as devidas competências e habilidades relacionadas ao conjunto de conhecimentos curriculares propostos, e sua dedicação também se adequa à proposta pedagógica como garantia de um bom nível de interação entre discentes e docentes.

O corpo docente possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão. Além disso, possuem experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

Relação de Disciplina por Docente

DISCIPLINAS	DOCENTE
Introdução ao Estudo do Direito	Jorge Luís Azevedo Nunes
História do Direito Brasileiro	Luís Antônio N. Fonseca
Economia Regional e Conjuntura	Bartholomeu Rebouças
Ciência Política	Franklin Da Silva Peixinho
Filosofia, Ética e Cidadania	Joana D'Arc Silva G. De Carvalho
Leitura e Produção de Textos	Américo Ferreira De Aragão Jr
2º SEMESTRE	
Direito Civil - Parte Geral	Juarez Moraes Ramos Junior
Direito Penal - Teoria do Crime	Franklin Da Silva Peixinho
Teoria Geral do Processo	Luís Antônio N. Fonseca
Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	Mateus Costa Pinheiro
Antropologia e Sociedade	Paula Odilon Dos Santos
Metodologia do Estudo e Pesquisa	Liliana M. Onoro Acosta
3º SEMESTRE	
Direito Civil - Obrigações	Juarez Moraes Ramos Junior
Direito Penal- Teoria da Pena	Franklin Da Silva Peixinho
Direito Processual Civil - Procedimento Comum	Joana D'Arc Silva G. De Carvalho
Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	Mateus Costa Pinheiro
Legislação e Ética Profissional	Ana Carolina C. Ventura De Carvalho
Empreendedorismo e Planejamento de Carreira	Bartolomeu Rebouças
Prática Jurídica Simulada I- Letramento Digital	Luís Antônio N. Fonseca
4º SEMESTRE	
Direito Civil - Contratos	Juarez Moraes Ramos Junior
Direito Penal- Parte Especial	Franklin Da Silva Peixinho
Direito Processual Civil - Recursos	Joana D'Arc Silva G. De Carvalho
Direito do Trabalho Individual	Ana Carolina C. Ventura De Carvalho
Direitos Humanos	Jorge Luís Azevedo Nunes
Direito do Consumidor	Mateus Costa Pinheiro
Prática Jurídica Simulada II: Apoio e Atuação em Escritórios e Empresas Públicas	Luís Antônio N. Fonseca
7º SEMESTRE	
Psicologia Aplicada	Shimênia Vieira de O. Cruz Coordenadora NAD

Fonte: Coordenação de Curso

	DOCENTE	FORMAÇÃO	Titulação	Regime de Trabalho
1	Américo Ferreira de Aragão Júnior	Letras	Especialista	Parcial
2	Ana Carolina C. Ventura de Carvalho	Direito	Especialista	Integral
3	Bartholomeu Rebouças	Administração	Doutor	Parcial

4	Franklin da Silva Peixinho	Direito	Mestre	Parcial
5	Joana D'Arc Silva G. De Carvalho	Direito	Doutor	Parcial
6	Jorge Luís Azevedo Nunes	Direito	Especialista	Integral
7	Juarez Moraes Ramos Junior	Direito	Mestre	Integral
8	Liliana M. Onoro Acosta	Administração	Doutora	Parcial
9	Luís Antônio N. Fonseca	Direito	Mestre	Parcial
10	Mateus Costa Pinheiro	Direito	Mestre	Parcial
11	Paula Odilon dos Santos	Pedagogia	Doutora	Parcial
12	Shimênia Vieira de O. Cruz	Psicologia	Doutora	Parcial

TITULAÇÃO	Nº	%
Doutor	05	42%
Mestre	04	33%
Especialista	03	25%
	12	100%

REGIME DE TRABALHO	Nº	%
Tempo integral	03	25%
Tempo parcial	09	75%
Horista	00	0,0,%
TOTAL	12	100%

3.5. CORPO DOCENTE: EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE E NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Docente	Experiência Profissional	EXP. PROFISSIONAL	EXP. ACADÊMICA
Américo Ferreira de Aragão Júnior	Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2002). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2004). Está em fase final do estágio do Curso Livre em Psicanálise Clínica pela Sociedade de Estudos Psicanalíticos e Hipnose Aplicada. Possui Curso Livre de Hipnose pela Sociedade de Estudos Psicanalíticos e Hipnose Aplicada. Graduado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas Respectives Literaturas - Faculdade Cenecista de Senhor do Bonfim (2012). Associado Efetivo da Associação Brasileira de Psicopedagogia - Seção Bahia - ABPp-Ba Membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Psicopedagogia - Seção Bahia (Gestão 2017-2019) Associado Titular da Associação Brasileira de Psicopedagogia - ABPp Especialista em Docência na Educação Básica (CNEC) - (2015) Especialista em Neuropsicopedagogia e Psicomotricidade (Universidade Cândido Mendes) Graduando no Curso de Licenciatura em Filosofia (UNINTER). Mestrando em Neurociências (FICS)	10 ANOS	10 ANOS
Ana Carolina C. Ventura de	Coordenadora e Professora Ana Carolina Custodio Ventura de Carvalho, que possui Graduação em Direito pela Universidade Paulista - UNIP (1992),	11 ANOS	2 ANOS

Carvalho	Especialização em Ciências Criminais, Especialização em Direito Civil e Processo Civil, Especialização em Direito das Mulheres, Mestranda em Direito. Tem experiência na área do Direito atuando como advogada e como docente. Experiência profissional Advogada inscrita na OAB/BA 37.260, exercendo a função inerente à advocacia ininterruptamente desde 2012. Advogada Dativa do Juizado Especial Criminal da Comarca de Senhor do Bonfim – BA – 2018. Advogada Dativa da Vara Criminal da Comarca de Campo Formoso – BA. Advogada Escritório de Advocacia Pedro Cordeiro Advogados e Associados – 2015 à 2019. Advogada Sócio Proprietária do Escritório de Advocacia Ana Carolina Ventura Advocacia e Assessoria Jurídica – 2019 aos dias atuais. Advogada e Diretora Jurídica ORCA ENGENHARIA. Advogada CRM- Centro de Referência da Mulher - Senhor do Bonfim. Advogada da RGS – Empreendimentos Educacionais. Coordenadora Técnica do CRH – Centro de Reeducação de Homens. Idealizadora do Projeto Rompendo Ciclos – Implantou CRH.		
Bartholomeu Rebouças	Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador UCSAL, título concedido em setembro de 2021. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia UFBA, concedido em fevereiro 2001 Ex-aluno especial do Doutorado em Educação na Faculdade de Educação FACED/UFBA. Pós-Graduado em Consultoria de Organizações (UFBA). Pós-Graduado em Radialismo, pela Fundação Visconde de Cairu FVC (BA). Administrador de Empresas (UNIFACS) graduado em 1979. Tutor em Educação a distância (ISP/UFBA), para Graduação e Pós-Graduação em Gestão Escolar, MEC/UFBA, UAB (Universidade Aberta do Brasil)/UNEB, com uso da Plataforma Moodle. Experiência na Administração de organizações locais, nacionais e internacionais, gerenciando áreas estratégicas e operacionais de Relações Institucionais, Sustentabilidade, Educação e Educação Corporativa, Gestão da Qualidade, Envolvimento Comunitário, Liderança e preparação de Sucessores. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM EVENTOS NO EXTERIOR: Título: An Alternative Model of Environmental Education: The Experiences of Participatory Methodology Applied to the EPA in the Northern Coast the State of Bahia. 12th Annual International Sustainable Development Research in Hong Kong Convention and Exhibition Centre, por convite da Hong Kong University, (abril 2006), com apoio FAPESB; Título: UCSAL Green Room: Sensibility to the Environmental Question, 17th Annual International Sustainable Development Research, in Columbia University NYC 2011; Título: Territorial Governance and Sustainable Development. 23th Annual International Sustainable Development Research Conference in Universidad Los Andes, Bogotá, Colômbia, 2017. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM EVENTOS NO BRASIL: Santa Catarina (Florianópolis) Título: A Indicação Geográfica (IG), sua dependência da Cooperação e sua relevância para a produção familiar inserida no mercado. VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica e VII Mostra de Produtos Tradicionais. Palácio da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Florianópolis, outubro de 2019. Bahia (Salvador) Título: Relatos de uma tese sobre Cooperação e IG. 32ª Feira Internacional da Agropecuária (FENAGRO). Parque de Exposições Agropecuárias da Bahia. Novembro de 2019. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ÁREA DOCENTE Professor colaborador da Faculdade Católica de Feira de Santana/ Bahia. Ex-Coordenador do curso de Administração de Empresas da UCSAL. Atuou como Coordenador/Gestor dos cursos de Graduação em Administração e Tecnologia em Recursos Humanos, respectivamente na Faculdade Hélio Rocha, UNICENID, Faculdade São Salvador e Universidade Católica do Salvador. Foi Vice-Diretor Executivo na Faculdade São Salvador, com responsabilidades nas Relações Institucionais. Foi Professor da UCSAL Universidade Católica do Salvador, de 1999 a 2017, tendo sido aprovado em concurso público vinculado à Escola de Administração de Empresas. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ÁREA GERENCIAL / CONSULTORIA Diretor Administrativo do Hospital Santa Izabel da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em Salvador/Bahia. Resultados: Após quatro anos como Diretor, (1987 a 1990) contemplado com o PRÊMIO DESEMPENHO pelo IMIC / ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA, por dois anos consecutivos. Elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano nos municípios de Camaçari e Paulo Afonso, convênio com a SEPLANTEC. Atuação junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA, com a montagem de Gestão pela Qualidade Total; Assessoria Especial e Diretoria de	20	22

	Planejamento da EMTURSA Empresa de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Salvador. Consultoria em Planejamento Estratégico, Desenvolvimento de Equipes e implantação de modelos colaborativos de trabalho, para as organizações: CETREL S/A Empresa de Proteção Ambiental, Jornal A TARDE, Torronny Delicatessen, CONSPLAN Construtora, Empresa Gráfica da Bahia, DERBA Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia. (Texto informado pelo autor)		
Franklin da Silva Peixinho	Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad do Museo Social Argentino (2019), Doutorando em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal do Estado da Bahia (2021), Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB (2014). Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (UFRB - 2019), pós-graduado em História e Cultura no Brasil (2017). Possui especialização em Ciências Criminais pela JUSPODIVM (2011), e em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá (2016). É bacharel em Direito pela Faculdade Baiana de Ciências (2009) e possui Licenciatura em História (2013) pela Fundação de Tecnologia e Ciências. Integra o Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação Brasileira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o grupo de Pesquisa "Quilombismo de Abdias Nascimento e Memórias da Plantação de Grada Kilomba" da Universidade Federal da Bahia. Professor e Coordenador pedagógico do projeto "Brocano no ENEM" do Instituto Hori. Professor da disciplina "Drogadição e Toxicologia" do curso de formação de servidores prisionais da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Bahia. É coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Brasileira do Recôncavo.	14 anos	9 anos
Jorge Luís Azevedo Nunes	Possui graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2005). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho, áreas em que possui título de especialista pelo Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais e pela Faculdade Baiana de Direito, respectivamente.	12 ANOS	1 ANO
Liliana M. Onoro Acosta	Possui graduação em Administração de Empresas - Universidade do Norte (1998) especialização em Marketing Internacional- Universidade do Norte (2000) , Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2003) e Doutora em Educação pela Universidad Americana (2016) face de revalidação pela UFRJ processo 23079.009303.2018:17. Possui experiência na área acadêmica de mais de 20 anos na Graduação e Pós-graduação. Participou de mais 200 processos de atos regulatórios mediante Visita in loco do MEC, Liderando como Coordenadora mais de 10 processos com conceito 4 (quatro). Foram Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves com vista à transformação universitária, Faculdade CNEC de Nova Petrópolis da Rede CNEC. Foi procuradora institucional da Faculdade CNEC Farroupilha, Faculdade CNEC UNAI, Faculdade CNEC Varginha, , Faculdade Cenecista de Sete Lagoas, Faculdade Cenecista de Uberaba e Faculdade Cenecista de Capivari também da Rede CNEC Exerceu funções relacionadas à Coordenação de Regulação dos processos institucionais do e-MEC da Rede UNIRB de Credenciamento, Recredenciamento, Autorização de Cursos, Reconhecimentos, Censos e Enade de processos institucionais desde 2011, composta pelas: Faculdade Regional da Bahia (Salvador), Fac.Regional de Alagoinhas, Fac. de Serigy (Aracaju), Fac. FBT(Aracajú) , Fac. Regional (Feira de Santana) e João Calvino(Barreiras). Fac. Castro Alves (Salvador) , Fac. MICKAEL ARCANJO DE ARAPIRACA (Arapiraca), Instituto Batista de Ensino Superior de Alagoas (Maceió), Fac. Regional Brasileira- Parnaíba, Fac. Dom Heitor Sales (Natal) e Master Christi (Mossoró) Foi Presidente da CPA e foi membro do Conselho Superior da Faculdade Regional da Bahia desde 2013. Esteve como Analista de Processos Tecnológicos do Senai Cimaterc-Salvador. Participou no Núcleo de Gestão Pedagógica da Faculdade Regional da Bahia. Desempenhou Funções de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Administração da Faculdade Regional da Bahia (Salvador). Liderando quatro processos de reconhecimento de cursos com conceito muito bom (4). e Autorização dos Cursos Superior de Tecnologia de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Comercial da Fac. Regional de Alagoinhas, Fac. de João Calvino, Fac.de Serigy (Aracaju) todos com conceito muito bom (4). Desempenhou também funções de Coordenadora do Curso de Administração com quatro Habilitações: Geral, Recursos Humanos, Marketing e Agronegócios na Faculdade Tecnologia e Ciência-FTC- Feira de Santana. Tem experiência na área de Administração, Marketing, Logística, Gestão de Pessoas e Comércio Exterior, atuando principalmente nos seguintes temas: Competência, Desenvolvimento Gerencial, Empreendedorismo, Teoria Geral, Distribuição Física e Integração Latino- Americana.	15 ANOS	20 ANOS
Joana D'Arc Silva G. De Carvalho	DOUTORA pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAI CIMATEC -PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELAGEM COMPUTACIONAL E TECNOLOGIA INDUSTRIAL - 2021.2. Mestre em Contabilidade pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa da Fundação Visconde de Cairu (2001). Graduação em Direito pelo Centro Universitário da Bahia (2008). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1992). Pós-graduada em Direito Tributário -IBET-BA(2012.1), Pós -graduada pela ESCOLA DE MAGISTRADOS DA BAHIA - EMAB(2012.1), Pós-graduada em Auditoria pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa da	29 ANOS	22 ANOS

	Fundação Visconde de Cairu(1998 a 1999), Pós-graduada em Direito Administrativo na Faculdade Integrada.(2015-2016). Pós- graduada em Especialização em Coaching - Faculdade Unyleya(2017.1) Sócia gerente da Galvão e Galvão Advogados Associados.Atuando na área jurídica e contábil. Docente na área jurídica e contábil. Avaliadora do INEP.		
Juarez Moraes Ramos Junior	Mestre em Gestão Educacional pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) Possui especialização em Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor(UNESA) ,Análise de Sistemas pela Universidade Veiga de Almeida (1991) , MBA EXECUTIVO EM ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (1998) ,Doutorando em ciências jurídicas pela Pontificia Universidad Católica Argentina Santa Maria de Los Buenos Aires.	30 ANOS	22 ANOS
Luis Antônio N. Fonseca	O pesquisador é Graduado em Direito pela Faculdade Baiana de Ciências (2009), Mestre em Segurança Pública Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (2021) e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad Del Museo Argentino -UMSAL(2019). Obteve títulos de Especialista em Segurança Pública pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Especialista em Direito Público pela Faculdade da Cidade do Salvador. É servidor público concursado desde 1990. Atuou como Superintendente de Assuntos Penais da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Na Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia atuou nos seguintes cargos: Superintendente de Ressocialização Sustentável, Secretário de Estado em exercício e Chefe de Gabinete. Atualmente é Presidente da Comissão Permanente de Estudo e Pesquisa de Ações de Ressocialização da SEAP/BA. Tem experiência e desenvolve pesquisa nas áreas de Estudos Prisionais e Segurança Pública com vários artigos publicados.	33 ANOS	14 ANO
Mateus Costa Pinheiro	Professor Universitário há quinze anos e com larga experiência em Cursos de Graduação, de Pós-Graduação e Preparatório para Concurso Público. Leciona as disciplinas Direito Constitucional, Direitos Humanos, Teoria Geral do Estado (Ciência Política), Introdução ao Estudo do Direito, Direito Internacional, Direito e Movimentos Sociais e Seminários Interdisciplinares. Coordenador Universitário de Atividades Complementares e de Extensão. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa, Especialista em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa e Graduado em Direito pela Universidade Salvador- UNIFACS. Pesquisador, Orientador, Autor de Artigos Científicos, Palestrante e Ativista Social.	17 ANOS	15 ANOS
Paula Odilon dos Santos	Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia - CEAO/UFBA. Mestra em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB e graduada em Pedagogia pela UNEB. Desenvolve pesquisa na área das Ciências Humanas, com interesse nas seguintes temáticas: Comunidades Quilombolas, identidades, Educação Escolar Quilombola, Umbanda Sertaneja e Religiosidades Sertanejas.	27 ANOS	27 ANOS
Shimênia Vieira de O. Cruz	Doutora pela Universidade Federal da Bahia, no eixo de Psicologia do Desenvolvimento, abordando, com a Psicanálise, o tema da constituição subjetiva e processos subjetivantes na vertente contemporânea da Psicologia como aprofundamento dos estudos na linha de família e adoção. Possui mestrado no qual abordou a temática da devolução de crianças na linha de adoção e Psicanálise no eixo de Psicologia da Intersubjetividade pela Universidade Federal de Uberlândia (2011). Possui graduação em psicologia pela Universidade de Fortaleza (2006), onde atuou em grupo de pesquisa na linha fenomenológica existencial. Desenvolve trabalhos em Psicologia nas áreas: clínica, social e comunitária, incluindo educação, com ênfase em situação de risco e psicopatologia. Temas de estudo e atuação: infância, constituição subjetiva, adoção, psicanálise, adolescência e família.	12 ANOS	16 ANOS

3.6. COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso Bacharelado em Direito é um órgão deliberativo que compõe a administração básica e cabe acompanhar a sua coordenação didática pedagógica. Possui Regulamento próprio, é constituído pelo Coordenador do Curso, seu Presidente; por docentes ativos que, preferencialmente, ministram disciplinas do currículo do Curso; e um discente. Portanto, possui representatividade, se reunirá duas vezes a cada semestre, as decisões serão registradas em Atas e encaminhadas para o Colegiado Superior, sempre que necessário.

Conforme dispositivo regimental, o **Colegiado do Curso** é o órgão responsável pelas gestões técnico-pedagógicas atinentes ao ensino e extensão.

O Regimento da FABASB define as competências e atribuições dos órgãos da estrutura acadêmica, dos corpos docente e discente e do pessoal técnico-administrativo no processo de governança institucional.

DOCENTE	Titulação	Regime de Trabalho
Juarez Moraes Ramos Junior	Mestre	Integral
Ana Carolina C. Ventura de Carvalho	Especialista	Integral
Liliana M. Onoro Acosta	Doutora	Parcial
Jorge Luís Azevedo Nunes	Especialista	Integral
Joana D'Arc Silva G. De Carvalho	Doutora	Parcial
Shimênia Vieira de O. Cruz	Doutora	Parcial

3.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A produção do corpo docente lotado no curso de Bacharelado em Direito, destacada no quadro abaixo, considerou os seguintes trabalhos: livros; capítulos de livros; material didático institucional; artigos em periódicos especializados; textos completos em anais de eventos científicos; resumos publicados em anais de eventos; propriedade intelectual depositada ou registrada; produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes:

Docente	Total
Américo Ferreira de Aragão Júnior	00
Ana Carolina C. Ventura de Carvalho	02
Bartholomeu Rebouças	03
Franklin da Silva Peixinho	09
Joana D'Arc Silva G. de Carvalho	05
Juarez Moraes Ramos Junior	03
Jorge Luís Azevedo Nunes	03
Liliana M. Onoro Acosta	07
Luís Antônio N. Fonseca	06
Mateus Costa Pinheiro	00
Paula Odilon dos Santos	07
Shimênia Vieira de O. Cruz	00

4. INFRAESTRUTURA FÍSICA GERAL

A Faculdade Baiana Senhor do Bonfim - FABASB está situada no endereço Rua Visconde do Rio Branco, nº 42, Centro – Senhor do Bonfim – Bahia, CEP: 48.970-000, a 376 km da capital do estado da Bahia (Salvador).

As dependências estão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas curriculares de todos os cursos.

As especificações de serventias obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências são de uso privativo dos docentes, discentes e técnicos-administrativos e egressos, permitirá o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção e identificação de visitantes.

A infraestrutura física estará à disposição dos alunos para atividades extraclases, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

A FABASB prima pelo asseio e limpeza e manterá as áreas em condições adequadas aos fins que se destinam. Os depósitos de lixo, de coleta seletiva, estarão

colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca, nas salas de estudo e na área de convivência. As instalações sanitárias gozam de adequadas condições de higiene e acessibilidade. Para isso, a instituição manterá pessoal adequado e material de limpeza disponível.

Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem disponibilizando recursos audiovisuais e equipamentos específicos, para cada curso. Os locais de trabalho para os docentes são adequados às necessidades propostas, tanto em termos de espaço, quanto em recursos técnicos, mobiliários e equipamentos.

As instalações possuem nível de informatização adequado, com suas dependências administrativas e acadêmicas servidas com equipamentos apropriados. O corpo docente terá livre acesso às informações de secretaria, biblioteca e Internet.

Com relação ao atendimento às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, trabalhará constantemente para que suas instalações estejam livres de barreiras que impeçam a circulação.

No que concerne aos portadores de deficiência física, visual e auditiva, disponibiliza infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas até a conclusão do curso.

A FABASB, no sentido de buscar a melhoria e qualificação de toda a sua infraestrutura, estabelecerá as seguintes diretrizes para as instalações gerais:

Será de responsabilidade da Coordenação Administrativa da instituição a observação e manutenção das diretrizes acima listadas. Será de responsabilidade de todo o corpo social da IES o zelo pela infraestrutura física disponibilizada pela instituição. Será vedada a saída, movimentação, empréstimo/cessão e/ou venda de equipamentos da instituição sem a autorização expressa da Coordenação Administrativa ou da Direção da instituição.

Será de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação criar ferramentas de pesquisa de satisfação da infraestrutura geral e específica da IES.

Será de responsabilidade das Coordenações de Curso o apontamento das necessidades gerais de aquisição, modernização, expansão de espaços, equipamentos, acervo e insumos para os cursos oferecidos e oferecidos pela instituição.

Será de competência da Coordenação Administrativa realizar cotações de produtos e serviços para atendimento das necessidades da instituição.

Será de competência da Direção proceder a defesa orçamentária das necessidades institucionais. É de competência da Mantenedora o deferimento dos investimentos da faculdade.

4.1.INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

Em atendimento à legislação pertinente, a FABASB apresentou suas instalações ao Corpo de Bombeiros através de requerimento protocolado sob o no 9 GBM-18227/2022 em 23 de Novembro de 2022, – em operação no Município de Senhor do Bonfim/ba, que após inspecionada pelo órgão lhe foi fornecido o ALVARÁ em que o estabelecimento onde funciona a sede da IES está em conformidade com as exigências da Lei Estadual no 12.929/2013, Decreto no 16.302/2015, Normas Brasileiras Registradas (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Instruções Técnicas (IT) do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

A FABASB, tem devidamente elaborado e certificado por profissional habilitado e qualificado:

a) plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes,

Conforme pressuposto basilar no qual se sustenta o PLANO DE GARANTIA E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE da FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM-FABASB, está no reconhecimento e respeito de que educação é direito de todos, assim como a igualdade de oportunidades para o acesso e permanência nos processos sistemáticos e organizados de ensino formal.

Na realidade, a questão da acessibilidade dessa forma estendida, somente se dará com a definição de uma política institucional de inclusão que deve ser prioridade no cumprimento da responsabilidade social da Instituição de Ensino Superior. Dessa forma, ciente da complexidade e da amplitude da questão da acessibilidade hoje, este Plano é constituído de vários subprogramas, projetos, ações coletivas, vivências e/ou atividades de natureza teórica e prática, dentre outras, nas dimensões inerentes ao sujeito histórico, humano, técnico, político e ético, que buscam atender ao princípio referenciado e ao

disposto no Decreto nº 5.296 de 2/12/2004 e nos referenciais vigentes de acessibilidade na educação superior

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim- FABSB tem o compromisso com a Educação em direitos humanos e a construção de uma sociedade baseada no respeito e na promoção de todos. E assegura aos seus alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais o acesso e as adaptações individuais necessárias ao bom termo dos seus cursos.

A presente versão do Plano de Garantia de Acessibilidade (PGA) da FABASB consolida a descrição das ações das principais unidades da universidade responsáveis por questões de acessibilidade, atualiza os resultados alcançados, e reafirma ações para o período de 2023 a 2027.

O PGA baseia-se na legislação listada no Anexo e segue eixos de acessibilidade estabelecidos em (BRASIL, 2016):

- **Acessibilidade Atitudinal:** visa proporcionar interação adequada, sem se preocupar com as limitações e estereótipos.
 - **Acessibilidade Arquitetônica:** visa proporcionar mobilidade e autonomia para o aluno com deficiência motora.
 - **Acessibilidade Metodológica:** trata da eliminação de barreiras nas metodologias e técnicas de ensino.
 - **Acessibilidade Instrumental:** refere-se à superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, e de lazer e recreação.
 - **Acessibilidade Comunicacional:** visa eliminar barreiras comunicacionais.
- Acessibilidade Digital:** visa eliminar barreiras no uso de plataformas digitais. Este documento está estruturado da seguinte forma.

A Seção 2 do Plano apresenta a estrutura organizacional da FABASB e os principais responsáveis por questões de acessibilidade.

b) A FABASB atenta às condições de segurança aos seus usuários, atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente, tendo em vista que as instalações serão espaços destinados às funções acadêmicas,

planejou suas edificações para atenderem todas as condições de segurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos, conforme demonstra a seguir:

- Combate a Incêndio – Treinamento com funcionários;
- Extintores – Classe A, B, C e D, com o selo do INMETRO e manutenção anual;
- Alarme de incêndio;
- Luz de emergência – em todos os pontos da instituição;
- Saída de emergência – com sinalização;
- Ar condicionado – manutenção preventiva;

A FABASB, atenta às condições de segurança aos seus usuários, tendo em vista que as instalações serão espaços destinados às funções acadêmicas, planejou suas edificações para atenderem todas as condições de segurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos, conforme segue:

4.2.MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

A política de infraestrutura que a Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB adotará, é a da manutenção preventiva, a qual ocorrerá todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade. Também adotará a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, em qualquer necessidade de reparo, adequação ou instalação que necessitem implantação, a FABASB a faz de imediato. Todos profissionais envolvidos com manutenção e conservação dos ambientes físicos serão contratados pela instituição, o que garantirá a devida qualidade e agilidade no serviço.

4.3.MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPANSÃO DOS EQUIPAMENTOS

Os procedimentos e fluxos para manutenção, conservação, aquisição, estoque estão definidos no Programa de Manutenção e Conservação Infraestrutura da Instituição.

As atualizações e novas aquisições serão feitas conforme a necessidade dos alunos e professores pelo menos duas vezes ao ano. As manutenções preventivas serão realizadas diariamente visando o perfeito funcionamento dos equipamentos.

Com vista a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios, a FABASB estabelecerá um conjunto de orientações abaixo enunciadas.

A manutenção e conservação dos laboratórios serão executadas por funcionários dos próprios cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, este será encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos.

Os procedimentos de manutenção serão divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- Reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- Reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- Reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- Consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- Reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

Os responsáveis providenciarão a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes;
- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;

- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

Com relação aos insumos utilizados nos laboratórios, o professor responsável pela disciplina caberá informar aos alunos, pelo menos, até 24 horas antes da aula prática, quais os materiais que serão disponibilizados pela Instituição e quais serão necessários o aluno trazer. Aqueles de responsabilidade da FABASB estarão disponíveis nos laboratórios, onde o pessoal de apoio técnico deverá colocar nas respectivas bancadas/mesas e, no final da aula, cabe também à equipe de apoio guardar os insumos remanescentes e reutilizáveis.

A sistematização das atividades nos laboratórios será efetivada em dois momentos distintos, por curso e por computador, em atendimento ao universo de alunos. Sendo assim, os equipamentos e mobiliários disponibilizados nos laboratórios da instituição atendem a proporção de alunos por equipamento para a execução das aulas práticas de cada curso, bem como a política de acessibilidade.

4.4.ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Visando uma convivência harmônica, a FABASB criou espaços específicos para garantir o bom relacionamento pessoal e didático-pedagógico de seus docentes. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à acessibilidade, dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

4.4.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

Os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas e atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias

da informação e comunicação apropriados e garantem a privacidade para o uso destes recursos, para atendimento a discentes e orientadores, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

As edificações foram planejadas especialmente para abrigar atividades educacionais, e distinguem-se pela ótima localização, de fácil acesso e a qualidade de suas instalações. As dependências de serventia acadêmica e administrativa contam com ambiente climatizado, sistema de iluminação natural e artificial, ar condicionado, proporcionando condições de pleno conforto e atendem perfeitamente às suas especificidades.

4.4.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador

Temos a sala da coordenação para que o coordenador possa atender os alunos, bem como as demandas do curso. Tem disponível um computador com internet e outros recursos necessários à atividade do coordenador. A coordenação conta com o apoio compartilhado para o atendimento aos alunos e aos professores. A sala possui boa iluminação, higienização e ventilação adequada.

4.4.3 Sala Coletiva de Professores

A sala dos professores viabiliza o trabalho docente, possui equipamentos de informática e outros recursos necessários e apropriados para o quantitativo de docentes, iluminação adequada, climatizada, apresenta boa acústica e higienização, equipamentos e mobiliário adequados, utensílios de escritório, acessibilidade, serviço de manutenção regular e comodidade. Sala dos professores tem uma metragem de 43 m²

A sala dos professores dispõe de computadores com acesso à internet e os principais softwares de produtividade do pacote Office, com rede wifi, impressora, mesas e cadeiras e utensílios de escritório.

4.4.4 Salas de Aula

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, é realizada manutenção periodicamente, dispõe de conforto necessário, recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, é realizada manutenção periodicamente, dispõe de conforto necessário, recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. As salas de aula totalizam 9 (nove) e estão equipadas com quadros brancos, carteiras escolares individuais (mesa e cadeira para docente), quadros para anúncios nos corredores informes para montagem de painéis, projetor de slides e multimídia (datashow), todas as salas são climatizadas, possuem quantitativo suficiente de cadeiras e são de uso exclusivo do Ensino Superior.

Destas, grande parte possui projetores instalados fixo. e em condições de proporcionar ao discente e ao professor um ambiente de apropriação conceitual e vivencial, distribuídas assim:

Sala 01 – 20,40 m²

Sala 02 – 19,63 m²

Sala 03 – 19,88 m²

Sala 04 – 41,54 m²

Sala 05 – 40,17 m²

Sala 06 – 16,92 m²

2o PAVIMENTO:

Sala 7 – 43,27 m²

Sala 8 – 37,92 m²

Sala 9 – 36,0 m²

4.4.5 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

Os Laboratórios de Informática atende às necessidades institucionais e do curso de Direito, dispõe de equipamentos, ambiente confortável e acesso à Internet wifi com velocidade de 1 giga. A instituição prima pela atualização constante dos equipamentos e software que são realizados pela equipe de Tecnologia da Informação da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB. A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB disponibilizará inovações tecnológicas significativas ao corpo discente, docente e técnico administrativo da Instituição, que operacionalizam suas atividades de ensino e extensão, bem como suas funções administrativas, tais como:

- . Computadores permanentemente conectados a internet e em número suficiente para serem utilizados enquanto ferramentas didáticas em diversas disciplinas, que não às aulas relativas a área de Informática;
- . Biblioteca informatizada com acervo integrado por sistemas gerenciais conectados permanentemente à Internet, facilitando o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Laboratórios de Informática de ponta, com os computadores ligados em rede e permanentemente conectados à Internet; e
- . Projetores multimídia e acessórios audiovisuais, em número suficiente à disposição de alunos e professores, para sua utilização na apresentação de trabalhos e dinamização das atividades em sala de aula.

A FABASB também oferece sistema de leitura eletrônica para deficiência visual – DOSVOX e V-LIBRAS, teclado audiovisual.

Nos computadores estão instalados softwares necessários ao bom funcionamento das atividades inerentes à ação pedagógica do FABASB, bem como ao atendimento à acessibilidade digital.

Nos laboratórios são feitas atualizações conforme a necessidade dos discentes e professores. As manutenções preventivas são realizadas periodicamente visando o adequado funcionamento de todas as máquinas.

A manutenção e conservação do laboratório são executadas por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, é encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos.

Os laboratórios de informática ou outro meio de acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico

Eis as especificações dos equipamentos disponíveis nos ambientes destacados acima, os quais obedecem às normas de acessibilidade, acústica, conservação, comodidade, iluminação, limpeza, segurança e ventilação

São dois laboratórios de Informática, um com 20 máquinas e outro com 10 máquinas.

4.5 BIBLIOTECA

A Biblioteca conta com um acervo composto por material atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para o uso do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e de mais bem resultados para a satisfação de seus usuários. A Instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

Atualmente, o acervo da Biblioteca está estimado em 305 títulos e 931 exemplares. A política de atualização do acervo será a de aquisição contínua de obras que estiverem sendo publicadas, bem como as que forem indicadas para aquisição por professores, alunos e colaboradores e a de doação de outras instituições.

A FABASB conta com Biblioteca Virtual da Minha Biblioteca – plataformas de livros digitais – contam com milhares de títulos de diversas editoras e áreas do conhecimento, que facilita e potencializa a busca dos alunos em um acervo totalmente online, com a opção de personalizar o uso de ferramentas, permitindo assim, a seleção de seus livros favoritos, realizando anotações eletrônicas com vários recursos visuais.

Nos títulos virtuais, é garantido o acesso simultâneo para consulta pelo estudante. O acervo bibliográfico virtual é atualizado online, conforme contrato com minha Biblioteca. O acesso dos estudantes aos títulos virtuais ocorre por meio da Internet, seja no interior da Biblioteca, dos laboratórios ou de seus próprios equipamentos eletrônicos em qualquer área da instituição, a partir de rede sem fio, ou de qualquer lugar onde esteja o aluno com acesso à Internet.

A Biblioteca Virtual dispõe de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, para atender estudantes com deficiências ou necessidades especiais. Além disso, o acervo inclui títulos de periódicos de importantes repositórios, de acervo aberto com conteúdo avaliado por especialistas.

A Biblioteca adota procedimentos de contingência para acesso aos acervos virtuais, disponibilizando estrutura tecnológica para suportar o sistema de gestão e demais recursos tecnológicos adotados. Assim, há computadores alocados para acesso a

plataformas de e-books e bases de dados, bem como rede sem fio, que permite o uso de dispositivos próprios.

4.5.1 Espaço Físico

A Biblioteca conta com o acervo de livros, periódicos, em adequadas condições de armazenagem e preservação, mais a área de administração da própria biblioteca haverá espaço comum, reservado para leitura em estudo em grupo e individual. O mobiliário da Biblioteca é adequado, de acordo com os princípios recomendados para as bibliotecas acadêmicas. O acervo está acomodado em estantes, devidamente distribuído. Os periódicos especializados contam com estantes expositoras para os títulos correntes.

A Biblioteca é adequada aos fins a que se destinará e obedecerá aos critérios de salubridade, ou seja, é climatizada, bem iluminada, limpa e segura. Além disso, este ambiente é adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais e possui nas suas proximidades equipamentos de proteção contra incêndio.

As instalações para estudos individuais e em grupo possuem espaços e mobiliários adequados, atendendo às necessidades dos alunos e professores.

4.5.2 Horário de Funcionamento

A Biblioteca funcionará em todos os dias letivos e estará aberta à comunidade acadêmica das 8h00 às 22h00, respeitando as condições estabelecidas no regulamento da Biblioteca.

4.5.3 Política de Aquisição, Expansão e Atualização

A renovação permanente do acervo bibliográfico terá por objetivo atender à demanda de novas obras disponíveis para os cursos a serem implantados e atualizar o editorial das obras já existentes. Com elevado comprometimento, a Biblioteca será equipada para atender às necessidades e exigências da comunidade acadêmica, considerando as sugestões e recomendações dos usuários.

A política de aquisição de livros e periódicos atenderá a um cronograma elaborado pela Instituição por meio do levantamento das necessidades dos usuários e

elaboração de dotação orçamentária em consonância à projeção de compras estipulada pela Direção da Instituição. Sob esse direcionamento, a Instituição contemplará para os projetos de implantação dos programas dos novos cursos e manutenção dos programas de cursos já existentes à adequação do orçamento elaborado no ano anterior, projetando para atender às necessidades identificadas.

Os planos de expansão dos acervos, físicos e virtuais, são definidos de acordo com a Política de Desenvolvimento e Avaliação de Acervos com base no volume do acervo, crescimento do número de alunos, abertura de novas unidades e ampliação dos cursos.

Esta instituição conta, ainda, com plano de atualização dos acervos com viabilidade para sua execução, bem como alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento, avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e dispositivos inovadores.

A Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB possui uma estrutura física e material, adequada para o funcionamento de seus cursos, a qual vem sendo ampliada e constantemente atualizada, tendo como parâmetro a infraestrutura recomendada pelos órgãos regulamentadores.

Dispõe de núcleo Administrativo, Pedagógico, Atendimento ao discente, Salas de Aulas climatizadas e dotadas de recursos tecnológicos, Laboratórios de informática e multidisciplinar que abrange as áreas de Direito, Biblioteca, Sala dos Professores, Lanchonete, Almoxarifado, entre outros. Toda a instalação física permite o acesso de portadores de necessidades especiais, desde banheiros adaptados, rampas de acesso, piso tátil e identificação de setores em braile.

Diante do exposto, ressalta-se que o acervo da bibliografia básica e complementar do curso de Direito (bacharelado) está adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos, estando atualizado, considerando-se a natureza das unidades curriculares. Todo esse trabalho é documentado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre o número de vagas autorizadas do curso. Há garantia de acesso ininterrupto, do uso de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

4.6 AUDITÓRIO

Para apresentações acadêmicas, culturais, artísticas e recreativas, a FABASB oferece um auditório com parceria Diocese de Bonfim com capacidade para acomodar 312 pessoas, com palco, sistema de som e condições de ventilação e iluminação adequadas e demais recursos.

Um anfiteatro ou espaço, ao ar livre ou não, circular, oval ou semicircular, com arquibancadas e palco, estrado ou arena para encenações teatrais, aulas, palestras, mediação, atividade interativa, extensionista.

4.7 SALA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Temos a sala do Núcleo Docente Estruturante - NDE para que possam realizar as reuniões e encontros. Tem disponível um computador com internet e outros recursos necessários à atividade dos membros. A sala possui boa iluminação, higienização e ventilação adequada. A sala destinada está instalada numa área de 24 m.

4.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA

A CPA conta com ambiente próprio, estando isenta para realizar seu trabalho e reunir seus membros.

Conta com excelente iluminação, conservação, climatização e com janelas amplas. Dispõe de mesa para reuniões com 6 cadeiras, 1 quadro branco, 1 ramal telefônico. Esta sala também dispõe de acústica, segurança, acessível aos diversos públicos.

A limpeza será realizada diariamente e periodicamente, ampla entrada que facilita a locomoção de cadeirantes, todos os ambientes estão sinalizados e dispõe de recursos de acessibilidade.

A Sala da CPA conta com computador com acesso à internet banda larga, Wi-fi para os membros da comissão, conta ainda com data show portátil que é utilizado nas

reuniões de explanação de análises diagnósticas de seu processo de autoavaliação para os membros da CPA e convidados.

Impressora colorida, recursos tecnológicos e suporte de TI para realização dos levantamentos de informações que são necessárias ao processo avaliativo, desta forma atendendo de maneira excelente o indicador.

4.9 ESPAÇO DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A IES disponibiliza diversos espaços para atendimento aos discentes:

- Salas para orientação para atendimento individual ou em grupo,
- Núcleo de Apoio ao discente,
- Central de estágio,
- Coordenações de curso,
- Sala de docentes para orientações,
- Central de atendimento ao Aluno,
- Secretaria Geral,
- CPA,
- Biblioteca, dentre outros.

Os espaços físicos são todos limpos, dimensionados para os devidos atendimentos, iluminados, estão todos identificados, ventilados, seguros, conservados e com acessibilidade.

Contam ainda com rede wi-fi espalhada pelo campus atendendo de maneira excelente sua comunidade acadêmica. A política de infraestrutura que a instituição adota, é a da manutenção preventiva, a qual ocorre todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade, e também adota a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, em qualquer necessidade de reparo, adequação ou instalação que necessitem rápida implantação, a Instituição realiza de imediato.

Os procedimentos e fluxos para manutenção, conservação, aquisição e estoque estão definidos no Programa de Manutenção e Conservação Infraestrutural da Instituição.

4.10 SECRETARIA ACADÊMICA

A sala possui área de 48 m², possui climatização e ventilação natural, dispendo também de excelente iluminação natural e artificial composta por luminárias, dispõe de uma estação de trabalho com 5 lugares, 5 microcomputadores, 01 mesa para secretária, 3 ramais telefônicos, e armários para arquivos.

Esta sala também dispõe de excelente acústica. A limpeza é realizada diariamente e a acessibilidade é favorecida pela localização e sinalização do ambiente e por suas amplas portas de entrada.

5. LABORATÓRIOS

5.1. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

A FABASB disponibilizará 2 (dois) laboratórios nas dependências, os laboratórios de informática constam com 20 máquinas e outro pequeno com 10 máquinas. O laboratório possui equipamentos de ar condicionado, quadro branco, acesso à internet e projetor. Os softwares são atualizados constantemente a fim de propiciar o que há de mais moderno aos estudantes, incluindo software para atender alunos com deficiência física. O espaço é amplo e arejado com boa iluminação, ventilação e comodidade. Laboratório de informática apresenta uma metragem de 20,64 m²

O laboratório de informática atende de maneira excelente às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, e possui hardware e software atualizados.

A FABASB conta ainda com rede *wireless* em todas as instalações, sendo que os acadêmicos poderão acessar por meio dos seus equipamentos notebook, *netbook*, *tablet*, *ipad*, celular, etc. A partir de acesso com sua matrícula e senha.

5.2. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

O Núcleo de Prática Jurídica fica localizado na *Rua Conêgo Hugo 30* da FABASB, é o setor encarregado de organizar, coordenar e supervisionar as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório, atividades reais e simuladas de prática jurídica.

O perfil desejado do aluno-estagiário do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito está pautado em uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania, com vistas a sua inserção no mercado de trabalho.

Para alcançar o perfil desejado do egresso cabe ao Núcleo de Prática Jurídica também propiciar aos seus alunos-estagiários, o desenvolvimento e a prática pedagógica, ao menos, das seguintes habilidades:

- leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos;
- Interpretação e aplicação do Direito; pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito na prática;
- Correta utilização da linguagem, com clareza, precisão e propriedade, fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; o julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente DIREITO compreensão e aplicação do Direito;
- Aplicação adequada da teoria aprendida em sala de aula para a prática cotidiana.

O Núcleo de Prática Jurídica é composto pelo coordenador de estágio; pelos professores supervisores de estágio; pelos auxiliares jurídicos/advogados; pela secretaria de estágio; por monitores - alunos bolsistas; por alunos-estagiários, regularmente matriculados nas disciplinas de estágio supervisionado e Práticas Jurídicas Simuladas.

Será coordenado pela Professora Ana Carolina Custodio Ventura de Carvalho, que possui graduação em DIREITO pela Universidade Paulista (2008). Advogada Mestranda

em Direito pela FUNIBER. Especialista em Ciências Criminais, pela Faculdade Cers - SP, Especialista em Direito Civil e Processual Civil com Ênfase em Empreendedorismo Jurídico, pela Faculdade Arnaldo - MG, Especialista em Direito das Mulheres, pelo Centro Universitário UNIDOMBOSCO. Idealizadora do Projeto Rompendo Ciclos que Implantou em Senhor do Bonfim - BA, o CRH - Centro de Reeducação de Homens. Atualmente é advogada Centro de Referência da Mulher - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SENHOR DO BONFIM - BA. Diretora Jurídica da empresa Orca Engenharia. Será Coordenadora do NPJ do Curso de Direito FABASB - Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim, Professora.Palestrante.Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito (Texto informado pelo autor)Graduação em Direito pela Universidade Paulista - UNIP (1992), Especialização em Ciências Criminais, Especialização em Direito Civil e Processo Civil, Especialização em Direito das Mulheres, Mestranda em Direito.

O Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito é responsável por diversas atividades, dentre elas, a supervisão e controle de todas as atividades de Estágio; a supervisão e controle das Atividades de Prática Jurídica, em diversas áreas práticas:

- Ética Profissional, Empresarial, Tributário, Trabalhista, Penal, Gestão, Previdenciário, Civil, dentre outras áreas de interesse e relevância prática);
- Supervisão e controle das Atividades de Mediação, Arbitragem e Conciliação;
- Supervisão e controle das Atividades Jurídicas Simuladas (audiências nas áreas cível, penal e trabalhista); Supervisão e controle dos Relatórios de

Acompanhamento de Audiências realizados pelos discentes, em formulários próprios;

- Supervisão e controle das Oficinas Jurídicas realizadas, envolvendo várias áreas (penal, empresarial, família, consumidor, tributário, processo eletrônico, dentre outras de interesse e relevância prática)
- Supervisão e controle das Visitas Técnicas Monitoradas (Tribunais Superiores, Cartórios, Feiras Jurídicas, Órgãos Judiciais e Extrajudiciais, dentre outros de interesse e relevância prática);
- Supervisão e controle de atividades práticas de extensão, como participação dos discentes e professores supervisores de estágio em projetos e eventos comunitários.

Destarte, o Núcleo de Prática Jurídica deve proporcionar condições para que o discente possa, ao menos, atingir as seguintes características em sua futura vida profissional: permanente formação humanística, técnico jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais; possuir conduta ética associada à responsabilidade social e profissional; adquirir a capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação; a capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais; a capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos; a capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional; o domínio dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; e a consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

6. AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO

Os ambientes profissionais estão articulados com a sede onde haverá oferta do curso e atendem aos objetivos constantes no PPC, considerando a função de espaços complementares para práticas laboratoriais e/ou profissionais que possibilitaram experiências diferenciadas de aprendizagem, as quais passarão por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultarão em ações de melhoria contínua.

8. ANEXOS

- ❖ Ementário
- ❖ Regulamento de Estágio Supervisionado
- ❖ Regulamento de Atividades Complementares
- ❖ Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso
- ❖ Projetos Extensionistas

ANEXO 1-EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito Carga Horária: 60h Semestre: 1
Ementa	
<p>Noção de direito: definição e elementos. Direito e moral. Direito natural e direito positivo. Direito, equidade e justiça. Direito objetivo: direito público e direito privado. Direito subjetivo. Fontes do direito. Princípios gerais do direito. Norma jurídica. Validade, vigência e eficácia. Da norma ao ordenamento jurídico: unidade, coerência e completude do ordenamento jurídico. Tutela da relação jurídica. Tendências contemporâneas do direito. Tipos de interpretação e efeitos. Interpretação e hermenêutica jurídica. As escolas do direito. Os modos de produção do direito. A teoria pura do direito de Hans Kelsen. O positivismo suave de Herbert Hart. Direito e justiça: articulações. Direito e sociologia. Os tópicos interpretativos. A lógica jurídica e a nova retórica de Perelman. A interpretação integrativa de Ronald Dworkin.. Aplicabilidade das normas constitucionais.</p>	
Bibliografia básica	
<p>GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao Estudo do Direito. Forense, 2018, ISBN 9788530979768. (Minha biblioteca)</p> <p>JUSTEN FILHO, Marçal. Introdução ao Estudo do Direito, Forense, 2021, ISBN 9786559640577. (Minha biblioteca)</p> <p>NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Forense, 2019, ISBN 9788530988876. (Minha biblioteca)</p>	
Bibliografia complementar	
<p>BITTAR, Eduardo C. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça, Saraiva, 2018, ISBN 9788553608133. (Minha biblioteca)</p> <p>FERRAZ Jr., Tercio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. Atlas, 2019, ISBN 9788597021417. (Minha biblioteca)</p> <p>KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Forense Universitária, 2021, 9788530994198. (Minha biblioteca)</p> <p>MASCARO, Alysson Leandro. Introdução ao Estudo do Direito. Atlas, 2020, ISBN 9788597026160. (Minha biblioteca)</p> <p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito. 6ª edição. Atlas, 2018, 9788597018592. (Minha biblioteca)</p>	



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: História do Direito Brasileiro
Carga horária: 60h
Semestre: 1

Ementa

Síntese da história do Direito romano e dos povos germânicos; Síntese da formação de Portugal e do Direito português; O direito no Brasil colonial; O direito no Brasil Imperial; O direito na República Velha; O direito na Era Vargas; O direito brasileiro no pós-Guerra em um contexto de ascensão e decadência democrática; A ordem jurídica na ditadura militar: da radicalização à distensão do regime de força; O direito brasileiro no contexto da reconstrução democrática.

Bibliografia básica

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de História do Direito**. Atlas, 2021, ISBN 9788597027563. (Minha biblioteca)
SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **Lições Sistematizadas de História do Direito**. Grupo Almedina, 2020, ISBN 9788584935758. (Minha biblioteca)
WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil - Tradição no Ocidente e no Brasil**. Forense, 2019, ISBN 9788530987305. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

BARROSO, Luiz Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro** :exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. Editora Saraiva, 2019, ISBN 9788553611959. (Minha biblioteca)
BITTAR, Eduardo C. B. **História do Direito Brasileiro - Leituras da Ordem Jurídica Nacional**. Atlas, 2017, ISBN 9788597013597. (Minha biblioteca)
LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**, Atlas, 2018, ISBN 9788597019247. (Minha biblioteca)
MACIEL, José Fábio Rodrigues. **Manual de história do direito**. Editora Saraiva, 2019, ISBN 9788553611355. (Minha biblioteca)
PALMA, Rodrigo Freitas. **História do direito**. Editora Saraiva, 2018, ISBN 9788553610259. (Minha biblioteca)

Ementa

Princípios Básicos da Economia; Escassez, Escolha e Custo de Oportunidade; Noções de Microeconomia; Noções de Macroeconomia; Políticas Macroeconômicas; Economia política brasileira; As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional; Economia das Políticas públicas brasileiras: educação, habitação, saneamento, saúde e segurança; Estabilização e Desenvolvimento – PAEG e o Milagre econômico; Política de Rendas; Desenvolvimento econômico e sustentabilidade local e Regional

Bibliografia básica

VASCONCELOS, M.A.S. de. **Fundamentos de Economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha biblioteca)

MANKIW, NG. **Princípios de microeconomia** . Disponível em: Minha Biblioteca, (4ª edição). Cengage Learning Brasil, 2021. (Minha biblioteca)

LOPES, L.M; **Macroeconomia**: teoria e aplicações de política econômica, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

CALLAN, S.J; THOMAS, J.M. **Economia ambiental**: aplicações, políticas e teoria 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. (Minha biblioteca)

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária**. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha biblioteca)

NEVES, M.F; ZYLBERSZTAJN, D.C. **Gestão de Sistemas de Agronegócios**: São Paulo: Atlas, 2015. (Minha biblioteca)

GREMAUD, Amaury, P. et al. **Manual de economia**: equipe de professores da USP . Disponível em: Minha Biblioteca, (7ª edição). Editora Saraiva, 2017. (Minha biblioteca)

PINHO, D.B. **Manual de economia**: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha biblioteca)

LACERDA, Antônio Corrêa D. **Economia brasileira**. (6ª edição). Editora Saraiva, 2018. (Minha biblioteca)

Ementa

Especificidade da política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ciência política e teoria do estado. Evolução histórica e clássicos do pensamento político: Grécia, Roma, idade média e modernidade. Principais correntes do pensamento político contemporâneo. Origem e evolução do estado. Estado moderno. Estado contemporâneo. Função social do estado contemporâneo. Governo: suas formas (monarquia e república); seus sistemas (presidencialista e parlamentarista); seus regimes (democráticos e autocráticos). Estado Constitucional: evolução; realidade; atuais desafios elementos do estado. Formas de governo: parlamentarismo e presidencialismo. Formas de estado e federalismo. Regimes de governo e democracia. Declaração de direitos, separação de poderes e funções do estado. Colonialidade do poder. Estado

Bibliografia básica

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria geral do Estado e ciência política**. Editora Saraiva, 2018, ISBN 9788553601912. (Minha Biblioteca)
MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. Editora Saraiva, 2018, ISBN 9788553610020. (Minha Biblioteca)
GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. Atlas, 2019, ISBN 9788597021707. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

AMARAL JÚNIOR, Alberto. **Teoria do Estado: Sentidos contemporâneos**. Editora Saraiva, ISBN 9788553602247. (Minha Biblioteca)
MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Forense, 2018, ISBN 9788530982768. (Minha Biblioteca)
PINTO, Kleber Couto. **Curso de teoria geral do estado: fundamento do direito constitucional positivo**, Grupo GEN, 2013, ISBN 9788522480616. (Minha Biblioteca)
RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de filosofia política: para os cursos de teoria do Estado e ciência política, filosofia e ciências sociais**. Editora Saraiva, 2017, ISBN 9788553600878. (Minha Biblioteca)
RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Teoria do Estado: do Estado do Direito ao Estado Democrático do Direito**. Manole, 2013, ISBN 9788520457245. (Minha Biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Filosofia, Ética e Cidadania

Carga horária: 80h

Semestre: 1

Ementa

Filosofia: Origem e fundamentos. Conceito, objeto, tarefa histórica. O homem: sujeito da ação e do discurso. A constituição do mundo humano pela linguagem. A lógica: fundamentação e argumentos. As bases filosóficas da ciência moderna. O fenômeno moral e a filosofia ética. Ética e cultura. A ordem moral objetiva: a lei natural.

Bibliografia básica

GONZAGA, A.A. **Ética Profissional:** sintetizado. São Paulo: Método, 2019. (Minha biblioteca)

CAMOZZATO, Bruna, K. et al. **Filosofia da educação** . Grupo A, 2018. (Minha biblioteca)

STEGMULLER, Wolfgang. **A Filosofia Contemporânea - Introdução Crítica**, 2ª edição . Grupo GEN, 2012. (Minha biblioteca)

FILHO, Artur RI, L. et al. **Ética e Cidadania**. 2ª edição. Grupo A, 2018. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

FAINTUCH.J. **Ética em pesquisa:** em medicina, ciências humanas e da saúde. São Paulo: Editora Manole, 2021. (Minha Biblioteca)

SÁ, Antônio Lopes D. **Ética Profissional**. 10ª edição. Grupo GEN, 2019. (Minha biblioteca)

BARSANO, P.R. **Ética profissional**. São José dos Campos: Érica, 2014. (Minha biblioteca)

CANO, M.R.O. **Filosofia**. São Paulo: Blucher, 2016. (Minha biblioteca)

DWIGHT, F. **Ética**. Porto Alegre: Artmed, 2017. (Minha biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Leitura e Produção de Texto

Carga horária: 60h

Semestre: 1

Ementa

Teoria da Comunicação. Funções da linguagem. Leitura crítica e interpretativa. Produção de textos orais e escritos. Desenvolver habilidades da leitura e da escrita em diferentes tipos e gêneros textuais adequados às suas condições de produção e recepção. Identificar os aspectos discursivos no processo de produção de sentido dos textos estudados. Conhecer e compreender os elementos de coesão e coerência no período, bem como a estruturação de textos, sequência lógica, clareza e correção.

Bibliografia básica

MEDEIROS, João B. **Português Instrumental**. 11th edição. Grupo GEN, 2021.(Minha Biblioteca)
LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. 368p. (Minha biblioteca)
BRASILEIRO, Ada M. M. **Leitura e produção textual**. UniA.Grupo A, 2016.(Minha biblioteca)
MEDEIROS, J.B; TOMASI, C. **Como escrever textos: gêneros e sequências textuais**. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

MARTINO, A. **Esquematizado português: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. (Minha biblioteca)
MASIP, V. **Gramática Sucinta de Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. (Minha biblioteca)
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica - Guia Prático para Trabalhos Científicos**. 13ed. São Paulo: Atlas, 2019. (minha biblioteca)
MARTINS, Dileta, S. e Lúbia Seliar ZILBERKNOP. **Português Instrumental**. 30th edição. Grupo GEN, 2019.(Minha biblioteca)
VIERA, S.R. **Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas**. São Paulo: Blucher, 2018. (Minha biblioteca)

2º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Direito Civil - Parte Geral Carga horária: 60h Semestre: 2
Ementa	
Código Civil Brasileiro. Pessoa Natural. Direitos da Personalidade. Pessoa Jurídica. Bens. Fatos Jurídicos. Atos Jurídicos. Negócios Jurídicos: estrutura, elementos e planos de existência, validade e eficácia, defeitos, invalidade, nulidade e anulabilidade. Prescrição e Decadência. Atos ilícitos e Responsabilidade Civil.	
Bibliografia básica	
GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO PAMPLONA, Rodolfo. Manual de Direito Civil - Volume único. Saraiva, 2021, ISBN 9786553621404. (Minha Biblioteca) LÔBO, Paulo. Direito Civil Parte Geral (Volume 1) , Saraiva Jur, 2021, ISBN 9788553605149. (Minha Biblioteca) MIRAGEM, Bruno. Teoria Geral do Direito Civil. Forense, 2021, ISBN 9786559640782. (Minha Biblioteca)	
Bibliografia complementar	
GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO PAMPLONA, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Parte Geral , Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595659. (Minha Biblioteca) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro v 1 - Parte geral , Saraiva Jur, 2020, ISBN 9786555592849. (Minha Biblioteca) TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil - Volume Único , Método, 2020, ISBN 9788530993115. (Minha Biblioteca) TEPEDINO, Gustavo. Fundamentos do Direito Civil - Teoria Geral do Direito Civil - Vol. 1 , Forense, 2020, ISBN 9788530992361. (Minha Biblioteca) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1 , Atlas, 2021, ISBN 9788597027181. (Minha Biblioteca)	



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Penal- Teoria da Pena

Carga horária: 60h

Semestre: 2

Ementa

Conceito e princípios do direito penal. Finalidade. Modelo garantista do direito penal. Privatização do direito penal. Direito penal moderno. Evolução histórica do Direito penal. Escolas. Fontes, interpretação e princípios. Criminologia e demais ciências que dialogam com o direito penal. Limites. Norma penal e classificação. Concurso ou conflito aparente de normas. Aplicação da lei penal – Lei penal no tempo e espaço. Teoria do crime. Conceito de crime. Classificação dos delitos. Conduta punível. Tipo penal – Fato típico e seus elementos. Dolo e Culpa. Relação de causalidade – causa absolutamente independente, causa relativamente independente. Iter criminis – consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Agravação pelo resultado. Erros. Fato ilícito e seus elementos. Excludentes de ilicitude. Co- culpabilidade. Co-Culpabilidade às avessas. Imputabilidade. Concurso de pessoas. Punibilidade no concurso. Circunstâncias incomunicáveis. Crimes multitudinários. Casos de impunibilidade. Direitos humanos e justiça.

Bibliografia básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal 1** - Parte Geral. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555590333. (Minha Biblioteca)
ESTEFAM, André. **Direito Penal V. 1** – Parte Geral. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555590159. (Minha Biblioteca)
PRADO, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro** - Parte Geral - Vol. 1. Forense, 2021, ISBN 9786559640447. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

COSTA, António Manuel de Almeida. **A Burla no Código Penal Português**. Grupo Almedina, ISBN 9789724084428. (Minha Biblioteca)
JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente. **Código Penal comentado: doutrina e jurisprudência**. Manole, 2020, ISBN 9786555763706. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. Forense, 2020, ISBN 9788530990138. (Minha Biblioteca)
PACELLI, Eugênio. **Manual de Direito Penal** - Parte Geral. Atlas, 2020, ISBN 9788597025132. (Minha Biblioteca)
REALE JR., Miguel. **Fundamentos de Direito Penal**. Forense, 2020, ISBN 9788530991609. (Minha Biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Carga horária: 60h

Semestre: 2

Ementa

Direito Processual Civil: Princípios e conceitos fundamentais. Constitucionalização do Direito Processual. Penal e do Trabalho. Tutela individual e coletiva. Meios adequados de solução de conflitos. O Direito e a Norma Processual. Interpretação da Lei Processual. Jurisdição. Competência. Ação. Processo e Procedimento. Relação Processual. Atos e Prazos Processuais. O Poder Judiciário. Serviços Auxiliares da Justiça. Sujeitos do processo. Deveres das Partes e dos Procuradores. Gratuidade da justiça. Negócio jurídico. Litisconsórcio e intervenção de terceiros.

Bibliografia básica

ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria Geral do Processo**. Teoria Geral do Processo. Forense, 2019, ISBN 9788530987800. (Minha Biblioteca)

KRUEGER, Rennan Thamay; TESHEINER, José Maria Rosa. **Teoria Geral do Processo**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555594744. (Minha Biblioteca)

SOUZA, André Pagani de. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo**. Atlas, 2021, ISBN 9786559770052. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

BARBERINO, Liliane da Silva. **Teoria Geral do Processo**. SAGAH, 2018, ISBN 9788595024946. (Minha Biblioteca)

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Teoria Geral do Processo**. Forense, 2018, ISBN 9788530980788. (Minha Biblioteca)

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria Geral do Processo**. Atlas, 2019, ISBN 9788597021073. (Minha Biblioteca)

GOMES, Marcos Vinicius Manso Lopes. **Defensoria pública – ponto a ponto – direito processual civil – teoria geral do processo civil**. Editora Saraiva, 2019, ISBN 9788597021073. (Minha Biblioteca)

MATTOS, Barroso Carlos Eduardo Ferraz de. **Sinopses Jurídicas v 11 - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9788553615636. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais

Carga horária: 60

Semestre: 2

Ementa

O Constitucionalismo. O Direito Constitucional. A Constituição. Classificação das Constituições. Objeto. Elementos. Poder Constituinte. Reforma Constitucional. Hermenêutica e interpretação constitucional. A norma constitucional. Controle de Constitucionalidade. Teoria dos direitos fundamentais. Os direitos de defesa e os direitos prestacionais. A efetividade dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais na constituição de 1988: os direitos e deveres individuais e coletivos, direitos difusos e transindividuais, os direitos sociais, os direitos à nacionalidade, os direitos políticos. As garantias processuais dos direitos fundamentais. Direito das minorias e ações afirmativas em questões étnico-raciais, culturais, de gênero, de terceira idade e de políticas ambientais. Educação em direitos humanos. Antropocentrismo e ecocentrismo

Bibliografia básica

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. Saraiva Jur, ISBN 9786555594928. (Minha Biblioteca)

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Atlas, 2021, ISBN 9788597027648. (Minha Biblioteca)

VASCONCELOS, Clever. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, ISBN 9786555591743. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Forense, 2020, ISBN 9788530989774. (Minha Biblioteca)

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. Editora Saraiva, São Paulo, 2019 ISBN 9788553617562. (Minha Biblioteca)

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Forense, 2020, ISBN 9788530991845. (Minha Biblioteca)

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional (Série IDP)**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9788553618088. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Metodologia do Estudo e Pesquisa

Carga horária: 60h

Semestre: 2

Ementa

Estuda os tipos de trabalhos acadêmicos e científicos. Normas técnicas da ABNT. Elaboração de resenhas, resumos, fichamentos e artigos. Projeto e relatório de pesquisa. Pesquisa científica. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa e seu significado; problemas de pesquisa e sua formulação; fases da pesquisa. Redação de textos científicos

Bibliografia básica

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4 edição. Grupo GEN, 2016.(Minha biblioteca)

ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN 9786555062236 (Minha biblioteca)

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026559 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. (Minha biblioteca)

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 978853670274 (minha biblioteca)

LOZADA, G; NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. (Minha biblioteca)

NETO, João Augusto M. **Metodologia Científica na Era da Informática - 3ª Edição**. Editora Saraiva, 2017. (Minha biblioteca)

MEDEIROS, J.B. **Redação científica**. A prática de fichamento, resumo, resenha. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788597020328. (Minha biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: antropologia e sociedade
Carga horária: 80h
Semestre: 2

Ementa

Fundamentos das Ciências Sociais e suas especificidades; Sociologia, Antropologia e Direito. Cultura e sociedade. Abordagens sociológicas da relação entre indivíduo e sociedade. A sociedade como realidade subjetiva. O indivíduo na sociedade. Relações Étnico-Raciais. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Tendências da sociologia e antropologia contemporânea e suas relações com o Direito. A prática etnográfica.

Bibliografia básica

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Portugal: Almedina, 2018. ISBN 9789724422534 (minha biblioteca)

OLIVEIRA, C. B. F. de.; MELO, D. S. da S.; ARAÚJO, S. A. de. **Fundamentos de sociologia e antropologia**. Porto Alegre: Sagah, 2018. ISBN 9788595023826 (minha biblioteca)

KOTTAK, Conrad P. **Um Espelho para a Humanidade: Uma Introdução à Antropologia Cultural**. Porto Alegre: AMGH, 2013. ISBN 9788580551914 (minha biblioteca)

Bibliografia complementar

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia**. Saraiva, 2020. ISBN 9788553618101 (minha biblioteca)

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia – Uma Introdução**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 9788597022681 (minha biblioteca)

SCHAEFER, Richard T. **Fundamentos de sociologia**. 6ª edição. Grupo A, 2016. ISBN 9788580555714. (Minha biblioteca)

LAKATOS, Eva, M. e Marina de Andrade Marconi. **Sociologia Geral**, 8ª edição. Grupo GEN, 2019. ISBN 9788597019971 (Minha Biblioteca)

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e Antropologia do Direito**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786553622098 (minha biblioteca)

3º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Direito Civil - Obrigações Carga horária: 80h Semestre: 3
Ementa	
Constitucionalização do direito civil. Conceito e princípios do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perspectivas do direito das obrigações.	
Bibliografia básica	
LÔBO, Paulo. Direito Civil: Obrigações (Volume 2). Saraiva Jur, 2021, ISBN 978655593464. (Minha Biblioteca)	
TARTUCE, Flávio. Direito Civil - Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2 , Forense, 2021, ISBN 9788530993757. (Minha Biblioteca)	
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2 . Atlas, 2021, ISBN 9788597026696. (Minha Biblioteca)	
Bibliografia complementar	
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes; SANTOS, Romualdo Baptista dos. (Coords.) Direito civil – estudos – Coletânea do XV Encontro do grupo de pesquisa Ibdcivil . São Paulo: Blucher, 2018. ISBN 9788580393477 (Minha Biblioteca)	
MIRAGEM, Bruno. Direito Civil - Direito das Obrigações . Forense, 2021. ISBN 9788530994259 (Minha Biblioteca)	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro v 2 - teoria geral das obrigações . Editora Saraiva, 2019. ISBN 9788553614110 (Minha Biblioteca)	
RIZZARDO, Arnaldo. Direitos das Obrigações, 9ª edição . Forense, 2018. ISBN 9788530980825 (Minha Biblioteca)	
AZEVEDO, Álvaro Villaça. Curso de direito civil: teoria geral das obrigações e responsabilidade civil . Editora Saraiva, 2018. ISBN 9788553605361 (Minha Biblioteca)	

Ementa

Concurso de Pessoas. Concurso de crimes. Teorias da Sanção Penal: Teorias da Pena. Transformações Históricas. Finalidade e Fundamento das Penas. Princípios norteadores. O sistema Penal Brasileiro. Individualização das Penas. Espécies de Penas. Medidas Alternativas às penas privativas de liberdade. Ação Penal. Suspensão Condicional da Pena e Livramento Condicional. Medida de Segurança. Dos Efeitos da Condenação. Da Reabilitação. Causas Extintivas de Punibilidade Concreta e Abstrata. A Prescrição Penal.

Bibliografia básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal 1 - Parte Geral**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555590333. (Minha Biblioteca)

ESTEFAM, André. **Direito Penal V. 1 – Parte Geral**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555590159. (Minha Biblioteca)

PRADO, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral - Vol. 1**. Forense, 2021, ISBN 9786559640447. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

COSTA, António Manuel de Almeida. **A Burla no Código Penal Português**. Grupo Almedina, ISBN 9789724084428. (Minha Biblioteca)

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente. **Código Penal comentado: doutrina e jurisprudência**. Manole, 2020, ISBN 9788520464458. (Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. Forense, 2020, ISBN 9788530990138. (Minha Biblioteca)

PACELLI, Eugênio. **Manual de Direito Penal - Parte Geral**, Atlas, 2020, ISBN 9788597025132. (Minha Biblioteca)

REALE JR., Miguel. **Fundamentos de Direito Penal**. Forense, 2020, ISBN 9788530991609. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Processual Civil -
Procedimento Comum

Carga horária: 60h

Semestre: 3

Ementa

Processo de Conhecimento. Procedimento Comum. Disposições Gerais. Adaptação do Procedimento. Negócio Processual. Petição Inicial. Pedido. Cumulação de Pedidos. Improcedência Liminar do Pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Respostas do réu. Providências Preliminares. Revelia. Efeitos da Revelia. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Teoria geral. Provas em espécie. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Remessa necessária. Homologação de sentença ou decisão estrangeira e Cumprimento. Coisa julgada. Ação Rescisória. Ação Anulatória. Tutela Provisória. Provas. Sentença. Coisa Julgada.

Bibliografia básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil** - volume único. Saraiva Jur, ISBN 9786555592597. (Minha Biblioteca)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592962. (Minha Biblioteca)

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592757. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 58 ed. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v.01. 1256 p. ISBN 978-85-309-7322-3. (Minha Biblioteca)

ANGHER, Anne Joyce. **Novo Código de Processo Civil Comparado**. 2ª. Ed. ver. E ampl. São Paulo: Editora Rideel, 2016.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Processo, 2019.

Sales, Fernando Augusto de Vita Borges. **Manual de Direito Processual Civil**. 2ª. Ed. São Paulo: Rideel, 2018.

SARRO, Luis Antônio Giampaulo; CAMARGO, Luiz Henrique Volpi; LUCON, Paulo Henrique. Dos Santos. **Código de Processo Civil Anotado e Comentado**. São Paulo: Editora Rideel, 2020.



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Constitucional - Organização Estatal

Carga horária: 60h

Semestre: 3

Ementa

Formação constitucional do Brasil. Colonialidade e Poder. A constituição de 1988: origem, princípios e objetivos fundamentais. Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Teoria da Tripartição do Poder. Organização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Defesa do Estado e Instituições Democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Políticas de Educação ambiental.

Bibliografia básica

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. Saraiva Jur, ISBN 978655594928. (Minha Biblioteca)

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. Atlas, 2021, ISBN 9788597027648. (Minha Biblioteca)

VASCONCELOS, Clever. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, ISBN 978655591743. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Forense, 2020, ISBN 9788530989774. (Minha Biblioteca)

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. Editora Saraiva, São Paulo, 2019 ISBN 9788553617562. (Minha Biblioteca)

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Forense, 2020, ISBN 9788530991845. (Minha Biblioteca)

MENDES, Gilmar Ferreira ; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional (Série IDP)**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9788553618088. (Minha Biblioteca)

SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9788553619344. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Empreendedorismo e Planejamento de Carreira

Carga horária: 60h

Semestre: 3

Ementa

A figura e a ação dos empreendedores no processo de criação de empresas. Etapas do processo de criação de empresas; a busca de oportunidades de negócio. Os fenômenos do crescimento do sistema de franquias, terceirização, parcerias entre pequenas e grandes empresas. Novas tendências. Os bens componentes de um projeto de criação de uma empresa. A criação e início das atividades. As características das pequenas empresas. Os problemas típicos de gestão de micro e pequenas empresas nascentes. A competitividade da pequena empresa. As peculiaridades da gestão das micro, pequenas e médias empresas. As entidades de apoio, a profissionalização da gestão das pequenas e médias empresas. Redes de pequenas empresas para operação conjunta. Ambientação na Vida Universitária. Métodos de Estudos no Ensino Superior. Diversidade e Inclusão. Sustentabilidade. Planejamento financeiro - orçamento doméstico. Habilidades e Competências para a Empregabilidade. Mercado de Trabalho. Empreendedorismo. Inovação e Criatividade

Bibliografia básica

BESSANT, John, e Joe Tidd. **Inovação e empreendedorismo**. 3rd edição. Grupo A, 2019. ISBN 9788582605189. (Minha biblioteca)

DORNELAS, José. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. 8th edição. Editora Empreende, 2021. ISBN 9786587052083. (Minha biblioteca)

XAVIER, R. A. P. **Sua carreira: planejamento e gestão**. São Paulo: Pearson, 2006a. Empreende, 2020. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

GALLI, Adriana, V. e Giancarlo Giacomelli. **Empreendedorismo**. 3rd edição. Grupo A, 2017. ISBN 9788595022492. (Minha biblioteca)

MAÇÃES, Manuel Alberto R. **Empreendedorismo, Inovação e Mudança Organizacional - Vol III.**, Grupo Almedina (Portugal), 2017. ISBN 9789896942236 (Minha biblioteca)

TAJRA, S.F. **Empreendedorismo: conceitos e aplicações**. São José dos Campos: Érica, 2019. (Minha biblioteca)

DORNELAS, José. **Empreendedorismo corporativo**. Editora Empreende, 2020. ISBN 9786587052045 (Minha biblioteca)

TAJRA, S.F. **Empreendedorismo: da ideia à ação**. Vilhena: Expressa, 2020. (Minha biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Legislação e Ética Profissional

Carga horária: 40h

Semestre: 3

Ementa

Estudo das dimensões e preceitos éticos no exercício das profissões jurídicas. Análise do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, Provimentos e Resoluções. Demonstração da constante preocupação que advogados, magistrados, promotores de justiça e demais profissionais do Direito devem ter com os valores éticos, morais e dos bons costumes.

Bibliografia básica

BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de Ética Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788553601066 (Minha Biblioteca)

LUZ, Valdemar P. **Manual do advogado**: advocacia prática civil, trabalhista e criminal. 33ed. São Paulo: Manole, 2021. ISBN 9786555763775 (Minha Biblioteca)

TELLES JUNIOR, Goffredo. **Ética**: do mundo da célula ao mundo dos valores, 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN 9788502209169 (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

Aristóteles. **Ética a Nicômaco, 2ª edição**. Forense, 2017. ISBN 9788530977467 (Minha Biblioteca)

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Comentários ao novo Código de ética dos Advogados, 2ª edição**. Editora Saraiva, 2017. ISBN 9788553601066 (Minha Biblioteca)

RACHID, Alysson. **Dominando a ética**. Editora Saraiva, 2019. ISBN 9788553617319 (Minha Biblioteca)

RODRIGUES, W. G.; SALVI, T. L.; SOUTO, F. R.; TEIXEIRA, J. K. M.; BONFADA, E. **Ética geral e jurídica**. Sagah, 2018. ISBN 9788595024564 (Minha Biblioteca)

GONZAGA, A. de A.; NEVES, KM. P.; BEIJATO JR., R. **Estatuto da Advocacia e Código de Ética e Disciplina da OAB - Comentados**. Método, 2018. ISBN 9786559642700 (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Prática Jurídica Simulada I - Letramento Digital

Carga horária: 40h

Semestre: 3

Ementa

Discussão das práticas letradas no meio digital e suas implicações sociais, cognitivas e epistemológicas para o ensino.

Bibliografia básica

TERRA, Ernani. **Leitura e escrita na era digital**. Expressa, 2020 ISBN 9786587958378 (Minha Biblioteca)

SIEBEL, Thomas M. **Transformação Digital**. Editora Alta Books, 2021. ISBN 9788550816876 (Minha biblioteca)

MENDES, L. S.; ALVES, S. G.; DONEDA, D. **Internet & Regulação - Série IDP**. Saraiva Jur, 2021 ISBN 9786555592160 (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

GÓMEZ, Ángel I. Pérez. **Educação na Era Digital: A Escola Educativa**. Penso, 2021 ISBN 9788584290246 (Minha Biblioteca)

ROCHA, D. G. da; OTA, M. A.; HOFFMANN, G. **Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional**. Penso, 2021 ISBN 9788584290246 (Minha Biblioteca)

ABRAHÃO, J. I.; MONTEDO, U. B.; MASCIA, F. L.; et al.. **Ergonomia e Usabilidade em Ambiente Virtual de Aprendizagem**. Blucher, 2013. ISBN 9788521206392 (Minha Biblioteca)

LONGO, Walter. **Trilema Digital**. Alta Books, 2021. ISBN 9786555204346 (Minha Biblioteca)

MORAIS, Luís Felipe Magalhães D. **Transformação digital: como a inovação digital pode ajudar no seu negócio para os próximos anos**. Editora Saraiva, 2020. ISBN 9788571440739 (Minha biblioteca)

4º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Direito Civil - Contratos Carga horária: 60h Semestre: 4
Ementa	
Conceito e princípios do Direito dos Contratos. Teoria geral dos contratos. Formação dos contratos. Classificação dos contratos. Contratos atípicos. Cessão de contratos. Efeitos dos contratos. Extinção dos contratos. Institutos conexos aos contratos. Contratos em espécie. Atos unilaterais. Perspectivas do Direito dos Contratos.	
Bibliografia básica	
GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO PAMPLONA, Rodolfo. Manual de Direito Civil - Volume único. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595987. (Minha Biblioteca)	
LÔBO, Paulo. Direito Civil V 3 – Contratos. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555593495. (Minha Biblioteca)	
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil - Vol. Único. Método, 2019, ISBN 978853098904. (Minha Biblioteca)	
Bibliografia complementar	
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes; SANTOS, Romualdo Baptista dos. (coords.) Direito civil – estudos – coletânea do XV encontro do grupo de pesquisa IBDCIVIL. São Paulo: Blucher, 2018. ISBN 9788580393477. (Minha Biblioteca)	
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Contratos - Vol. 3. Atlas, 2021, ISBN 9788597027129. (Minha Biblioteca)	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Esquematizado - Direito civil 1: parte geral - obrigações - contratos. Saraiva Jur, 2020, ISBN 9786555590463. (Minha Biblioteca)	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro v 3-contratos e atos unilaterais. Saraiva Jur, 2020, ISBN 9786555594058. (Minha Biblioteca)	
CASSETTARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555596243. (Minha Biblioteca)	



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Penal- Parte Especial
Carga horária: 60h
Semestre: 4

Ementa

Crimes em espécie. Crimes contra a Pessoa. Crimes contra a Vida. Crimes contra a Honra. Crimes contra a Liberdade Individual. Crimes contra o Patrimônio. Crimes contra a Dignidade Sexual. Crimes contra a Família: Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Saúde Pública; Crimes contra a Paz Pública. Crimes contra a Fé Pública.

Bibliografia básica

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. Forense, 2021, ISBN 9788530993566. (Minha Biblioteca)
PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume Único**. Forense, 2021, ISBN 9788530994136. (Minha Biblioteca)
SOUZA, Artur de Brito Gueiros. **Direito Penal - Vol. Único**. Atlas, 2020, ISBN 9788597023749. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente. **Código Penal comentado: doutrina e jurisprudência**. Manole, 2020, ISBN 9786555763713. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. Forense, 2020, ISBN 9788530990138. (Minha Biblioteca)
GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Atlas, 2021, ISBN 9786559770700. (Minha Biblioteca)
ESTEFAM, André. **DIREITO PENAL V 2 - PARTE ESPECIAL (ARTS. 121 A 234-B)**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555590180. (Minha Biblioteca)
ESTEFAM, André. **DIREITO PENAL V 3 - PARTE ESPECIAL (ARTS. 235 A 359-H)**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555590111. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Processual Civil - Recursos

Carga horária: 60h

Semestre: 4

Ementa

Processo de Conhecimento. Procedimento Comum. Disposições Gerais. Adaptação do Procedimento. Negócio Processual. Petição Inicial. Pedido. Cumulação de Pedidos. Improcedência Liminar do Pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Respostas do réu. Providências Preliminares. Revelia. Efeitos da Revelia. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Teoria geral. Provas em espécie. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Remessa necessária. Homologação de sentença ou decisão estrangeira e Cumprimento. Coisa julgada. Ação Rescisória. Ação Anulatória

Bibliografia básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único**. Saraiva Jur, ISBN 9786555592603. (Minha Biblioteca)
PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592962. (Minha Biblioteca)
SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592757. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 2 - Procedimento comum, processos nos tribunais e recursos**. Saraiva Jur, 2021. ISBN . 9788553617746. (Minha Biblioteca)
ARAUJO JR.; Gediel Claudino de. **Código de Processo Civil Anotado**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597027891. (Minha Biblioteca)
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Atlas, 2022. (Minha Biblioteca)
CARNEIRO, P. C. P.; PINHO, H. D. B. **Novo Código de Processo Civil Comparado**. 2ª. Ed. Forense, 2016. (Minha Biblioteca)
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL V 3 - execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões**. Saraiva Jur, 2021. ISBN. 9786555593839 (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito do Trabalho Individual
Carga horária: 60h
Semestre: 4

Ementa

Conceito e princípios do Direito do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Contrato individual de trabalho. Empregado e empregador. Salário e remuneração. Jornada de trabalho, repouso intra e inter jornada de trabalho. Banco de horas. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Adicionais de hora extra, noturno, insalubridade, periculosidade e transferência. Formas de estabilidade. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Formas de extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio, férias e décimo terceiro salário. Prescrição e decadência. Cálculos trabalhistas.

Bibliografia básica

LEITE Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595680. (Minha Biblioteca)

RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho**. Método, 2021, ISBN 9786559641079. (Minha Biblioteca)

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. Saraiva Jur, 2021, ISBN9786555594768. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MACHADO, Costa (org.) e FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Constituição Federal interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2021. ISBN 9786555763751. (Minha Biblioteca)

MACHADO, Costa (org.) e ZAINAGHI, Domingos Sávio (coord.). **CLT Interpretada: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo**. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2021. ISBN 9786555761511. (Minha Biblioteca)

PIMENTA, Adriana Calvo. **Manual de Direito do Trabalho**. Editora Saraiva, 2020. ISBN 9788553617944. (Minha Biblioteca)

FALCÃO, Susana Ferreira dos Santos David. **Casos Práticos de Direito do Trabalho**. Almedina, 2020. ISBN 9789724084367. (Minha Biblioteca)

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. Método, 2020. ISBN 9788530989552. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direitos Humanos
Carga horária: 60h
Semestre: 4

Ementa

Noções, pressupostos, classificação (histórica e dimensional) e desafio dos direitos humanos. Dignidade da pessoa humana. Universalização dos direitos humanos na comunidade internacional multicultural. Mínimo existencial. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Proteção internacional dos direitos humanos. Os direitos humanos na Constituição Federal brasileira de 1988. Direitos humanos e segurança pública no Brasil.

Bibliografia básica

MONDAINI, M. **Direitos Humanos**. Coimbra: Grupo Almedina, 2020. (Minha biblioteca)

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 9th edição. Editora Saraiva, 2019. ISBN 9788553610198 (Minha biblioteca)

SANTOS, B.S.; MARTINS, B.S. **O pluriverso dos direitos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

ARAKAKI, F.F.S.; VIERO, G.M. **Direitos Humanos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha biblioteca)

COMPARATO, Fábio K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12th edição. Editora Saraiva, 2019. ISBN 9788553607884 (Minha Biblioteca)

BRASIL. **Leis e Decretos**. Constituição Federativa do Brasil 1988. Disponível em? http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

BARROS, Maria Betânia do Nascimento Santiago, Ana Maria D. **Direitos humanos em tempos de pandemia de coronavírus**. Cortez, 2020. ISBN 9786555550429 (Minha biblioteca)

MALHEIRO, E. **Curso de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Minha biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito do Consumidor
Carga horária: 60h
Semestre: 4

Ementa

Direito do Consumidor: origem e finalidade; Aspectos constitucionais; Princípios do Código de Defesa do Consumidor; Relação de consumo: teorias finalista e maximalista; Conceito de consumidor e fornecedor; Consumidor equiparado; Direitos básicos do consumidor: art. 6º do CDC; Contratos no CDC e influência na nova concepção dos contratos; Proteção do consumidor nas fase pré contratual, formação contratual, execução e pós-contratual; Práticas abusivas e cláusulas abusivas; Contratos submetidos às regras do Código de Defesa do Consumidor: bancários, cartão de crédito, eletrônicos, planos de saúde, seguro e transporte; A defesa do consumidor em Juízo: tutela individual e coletivo.

Bibliografia básica

BESSA, Leonardo Roscoe. **Código de Defesa do Consumidor Comentado**. Forense, 2020, ISBN 9788530991821. (Minha Biblioteca)

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor - Direito Material e Processual - Volume Único**. Método, 2021, ISBN 9786559640270. (Minha Biblioteca)

THEODORO Jr., Humberto. **Direitos do Consumidor**. Forense, 2020, ISBN 9788530992941. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MACHADO, Costa (org.). **Código de defesa do consumidor interpretado**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 4 ed. Barueri, SP: Manole, 2021. ISBN 9786555763614. (Minha Biblioteca)

MARQUES, Cláudia Lima. **Direito do Consumidor - 30 anos de CDC**. Forense, 2020. ISBN 9788530992156. (Minha Biblioteca)

NUNES, Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555593525. (Minha Biblioteca)

LIMA, A. P. L. de; REIS, L. B.; TREVISAN, N. M.; et al.. **Comportamento do consumidor**. Sagah, 2020. ISBN 9786581492144. (Minha Biblioteca)

BLUM, Rita Peixoto Ferreira. **O Direito à Privacidade e à Proteção dos Dados do Consumidor**. Almedina, 2018. ISBN 9788584933181. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Prática Jurídica Simulada II: Apoio e Atuação em Escritórios e Empresas Públicas

Carga horária: 60h

Semestre: 4

Ementa

Tratamento e preparação de documentos (procurações, petições simples, contratos-formulário); Preparação e compreensão de relatórios, formulários e planilhas; Acompanhamento de procedimentos internos do escritório; Atendimento ao clientes. Distribuição de documentos; Conferência de dados e datas; Verificação e classificação de documentos; noções de procedimento eletrônico. Noções de ética, hierarquia e sanções jurídicas

Bibliografia básica

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Gestão para advogados:** gestão de carreira e gestão de escritórios — métodos simples para alcançar sucesso profissional. Saraiva, 2019, ISBN 9788502220010. (Minha Biblioteca)

ESEQUIEL, Mario Leandro Campos. **Gestão Eficiente de Escritórios de Advocacia.** Sain Paul Editora, 2019, ISBN 9788580041248. (Minha Biblioteca)

Boranga, Ana Luiza. **Série GVLAW - Direito, Gestão e Prática - Administração Legal para Advogados.** Saraiva, 2019, ISBN 9788502141933. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. **Processo administrativo :** Lei nº 9.784/99 comentada. Grupo GEN, 2019, ISBN 9788522467211. (Minha Biblioteca)

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico.** Editora Saraiva, 2020, ISBN 9786555591484. (Minha Biblioteca)

LUZ, Valdemar P. **Manual do advogado:** advocacia prática civil, trabalhista e criminal 33a ed. 2021. Manole, 2020, ISBN 978655576376. (Minha Biblioteca)

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo CPC para Advogados,** 2ª edição. Forense, 2018, ISBN 9788530981716. (Minha Biblioteca)

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Comentários ao novo Código de ética dos Advogados,** 2ª edição. Editora Saraiva, 2017, ISBN 9788547219659. (Minha Biblioteca)

5º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Direito Civil - Responsabilidade Civil Carga horária: 60h Semestre: 5
Ementa	
Constitucionalização do direito civil. Conceitos e elementos de responsabilidade civil. Princípios fundamentais da responsabilidade civil. Sujeitos. Efeitos do julgamento criminal na ação civil. Teorias. Classificações. Teoria de culpa. Teoria da responsabilidade objetiva. Responsabilidade contratual. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade civil do estado. Teorias. Exceções. Ônus da prova. Dolo e culpa. Meios de defesa. Dano e sua liquidação. Dano patrimonial. Dano moral. Enriquecimento ilícito ou sem causa. A responsabilidade social.	
Bibliografia básica	
GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO PAMPLONA, Rodolfo. Manual de Direito Civil - Volume único. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786553620711. (Minha Biblioteca)	
TARTUCE, Flávio. Direito Civil - Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2. Forense, 2021, ISBN 9788530993757. (Minha Biblioteca)	
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2. Atlas, 2021, ISBN 9788597026696, (Minha Biblioteca)	
Bibliografia complementar	
KUHN, Maria Leonor de Souza. Responsabilidade civil: a natureza jurídica da relação médico paciente. Barueri, SP: Manole, 2012. ISBN 9788520442104 (Minha Biblioteca)	
PAULSEN, Leandro;MELLO, Omar. ISS: Constituição Federal e LC 116 Comentadas. Barueri, SP: Manole, 2020. ISBN 9786555590876 (Minha Biblioteca)	
ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga. Novo tratado de responsabilidade civil. Editora Saraiva, 2019. ISBN 9788553612086 (Minha Biblioteca)	
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil v. 3 - Responsabilidade Civil esquematizado. Editora Saraiva, 2017. ISBN 9788553600410 (Minha Biblioteca)	
CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. Atlas, 2021. ISBN 9786559770823 (Minha Biblioteca)	



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Legislação Penal Extravagante
Carga horária: 60h
Semestre: 5

Ementa

Direito penal complementar. Direito penal complementar: conceito e distinção com o direito penal especial. Leis penais extravagantes, especiais, extraordinárias e temporárias: distinção. Contravenções penais: conceito, distinção em face do crime, aspectos gerais e classificação como de menor potencial ofensivo. Principais contravenções penais. Abuso de autoridade (lei no. 4.898, de 09.12.1965). Entorpecentes (lei no. 11.343, de 23.08.2006). Armas de fogo (lei no. 10.826, de 22.12.2003). Delitos de circulação viária (lei no. 9.503, de 23.09.1997). Crimes contra as relações de consumo (leis no. 8.078, de 11.09.1990 e 8.137, de 27.12.1990). Proteção a criança e ao adolescente (lei no. 8.069 de 13.07.1990). Racismo (lei no. 7.716, de 05.01.1989). Tortura (lei no. 9.455, de 07.04.1997). Meio ambiente (lei no. 9.605, 12.12.1998). Crimes de "colarinho branco" (leis no. 8.137, de 27.12.1990, 7.492, de 16.06.1986, 4.729, de 14.07.65 e 9.613, de 03.03.1998). Crimes cometidos contra idosos (lei no. 10.741, de 01.10.2003).

Bibliografia básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal V. 4 – Legislação Penal Especial**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9788553619245. (Minha Biblioteca)

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal Econômico**. Forense, 2021, ISBN 9786559641192. (Minha Biblioteca)

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume Único**. Forense, 2021, ISBN 978853099413. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Manual de Direito Penal**. Editora Saraiva, 2019, ISBN 9788553616329. (Minha Biblioteca)

JALIL, Mauricio Schaun; GRECO FILHO, Vicente. **Código Penal comentado: doutrina e jurisprudência**. Manole, 2020, ISBN 9788520464458. (Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**, Forense, 2020, ISBN 9788530993443. (Minha Biblioteca)

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista Novos Paradigmas**. Saraiva, 2019, ISBN 9788547221706. (Minha Biblioteca)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal comentado**. Editora Saraiva, 2019, ISBN 9788553615704. (Minha Biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Processual Civil-
Execução e Cumprimento de Sentença
Carga horária: 60h
Semestre: 5

Ementa

Execução. Regras gerais. Princípios informadores da execução. Responsabilidade patrimonial. Sujeitos do processo de execução. Cumprimento de sentença. Espécies de execução: entrega de coisa, quantia certa, obrigação de fazer, alimentos, fazenda pública. Petição inicial. Citação. Arresto. Penhora. Avaliação. Arrematação. Pagamento: adjudicação, usufruto de imóvel ou empresa, dinheiro. Suspensão da execução. Remição da execução, remição de bens e remissão. Insolvência. Execuções especiais. Teoria geral dos recursos. Espécies de recursos. Recursos excepcionais para o STJ e o STF. Processo nos Tribunais. Incidentes processuais nos Tribunais. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Reclamação. Precedentes judiciais e sua modulação temporal. Procedimentos Especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos Especiais de jurisdição voluntária.

Bibliografia básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único**. Saraiva Jur, ISBN 9786555592603. (Minha Biblioteca)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**, Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592962. (Minha Biblioteca)

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**, Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592757. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MACHADO, Costa (org.). **Código de Processo Civil interpretado**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2013. ISBN 9788520446287. (Minha Biblioteca)

VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri, SP: Manole, 2016. ISBN 978852044795. (Minha Biblioteca)

THEODORO JR. Humberto. **Curso de Direito Processual Civil - Vol. 3**. Forense, 2021. ISBN 9786559642373. (Minha Biblioteca)

BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana. **Prática no processo civil**. Saraiva, 2019. ISBN 9788553611935. (Minha Biblioteca)

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 3 - Tutela Jurisdicional Executiva**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555593877. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito do Trabalho Coletivo

Carga horária: 60h

Semestre: 5

Ementa

Conceito e princípios do Direito do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Contrato individual de trabalho. Empregado e empregador. Salário e remuneração. Jornada de trabalho, repouso intra e inter jornada de trabalho. Banco de horas. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Adicionais de hora extra, noturno, insalubridade, periculosidade e transferência. Formas de estabilidade. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Formas de extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio, Férias e décimo terceiro salário. Prescrição e decadência. Cálculos trabalhistas.

Bibliografia básica

LEITE Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595680. (Minha Biblioteca)

RENZETTI, Rogério. **Manual de Direito do Trabalho**. Método, 2021, ISBN 9786559641079. (Minha Biblioteca)

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho**. Saraiva Jur, 2021, ISBN9786555594768. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MACHADO, Costa (org.) e FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Constituição Federal interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2021. ISBN 9786555763751. (Minha Biblioteca)

MACHADO, Costa (org.) e ZAINAGHI, Domingos Sávio (coord.). **CLT Interpretada: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo**. 12. ed. Barueri, SP: Manole, 2021. ISBN 9786555761511. (Minha Biblioteca)

PIMENTA, Adriana Calvo. **Manual de Direito do Trabalho**. Editora Saraiva, 2020. ISBN 9788553617944. (Minha Biblioteca)

FALCÃO, Susana Ferreira dos Santos David. **Casos Práticos de Direito do Trabalho**. Almedina, 2020. ISBN 9789724084367. (Minha Biblioteca)

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. Método, 2020. ISBN 9788530989552. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Biodireito

Carga horária: 40h

Semestre: 5

Ementa

Biodireito e suas fontes imediatas (Bioética e Biogenética), aspectos referentes a microbiodireito e macrobiodireito, respeito à dignidade humana como paradigma do Estado Democrático de Direito, questões ético-jurídicas, aborto, esterilização humana artificial, saúde física e mental, direito sanitário, Aids e as relações com o direito, transfusão de sangue, transplante de órgãos e tecidos humanos, direito à morte digna. Experimentação em seres humanos, engenharia genética, clonagem, manipulação genética e seus limites, reprodução assistida, necessidade de um novo estatuto jurídico-penal voltado à criminalidade genética, relação médico e paciente, erro médico numa perspectiva bioética e do direito, comitês de ética e pesquisa. Macrobioética e meio ambiente

Bibliografia básica

GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo. **Bioética e direitos fundamentais, 1ª Edição**. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN 9788502163126. (Minha Biblioteca)
COHEN, Claudio; OLIVEIRA, Reinaldo Ayer de. **Bioética, direito e medicina**. São Paulo: Manole, 2019. ISBN 9788520458587. (Minha Biblioteca)
COSTA, Judith Martins; MOLLER, Leticia Ludwig. **Bioética e Responsabilidade**. Forense, 2008. ISBN 978-85-309-5606-6. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

SCHLINK, Bernhard; MARTINS, Leonardo. **Bioética à Luz da Liberdade Científica**. Atlas, 2014. ISBN 9788522489787. (Minha Biblioteca)
SILVA, José Vitor da. **Bioética: Visão Multidimensional**. Iátria, 2010. ISBN 9788576140863. (Minha Biblioteca)
TAILLE, Yves de La. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Artmed, 2011. ISBN 9788536318707 (Minha Biblioteca)
CRISOSTOMO, A. L.; VARANI, G.; PEREIRA, P. dos S.; OST, S. B. **Ética**. Sagah, 2018. ISBN 788595024557. (Minha Biblioteca)
ALMEIDA, G. A. de; CHRISTMANM, M. O. **Ética e Direito: Uma Perspectiva Integrada, 2ª edição**. Grupo GEN, 2009. ISBN 9788522467150. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Responsabilidade Social e Ambiental

Carga horária: 80h

Semestre: 5

Ementa

Aspectos sócio-históricos da questão ambiental, crise da contemporaneidade e os problemas socioambientais; movimentos sociais e preservação ambiental; Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento sustentável; Sustentabilidade; conceito e dimensão, atores e propostas. Discutindo o conceito de sustentabilidade na prática: em busca de projetos sustentáveis; Responsabilidade Social: conceituação, principais estratégias e estudos de caso. Estudos exploratórios de problemas ambientais locais.

Bibliografia básica

BARBIERI, J.C. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha biblioteca)

MACHADO FILHO, C.P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as Implicações**. São Paulo: Cengage Learning, (s.d). (Minha biblioteca)

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental - Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3rd edição. Grupo GEN, 2017. ISBN 9788597011159 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

TELLES, Dirceu D. **Resíduos sólidos: gestão responsável e sustentável**. Editora Blucher, 2022. ISBN 9786555061055 (Minha biblioteca)

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel, R. e José Carlos Barbieri. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável** - 3ª edição. Editora Saraiva, 2016. ISBN 9788547208325 (Minha biblioteca)

BARSANO, Paulo, R. e Rildo Pereira Barbosa. **Gestão Ambiental**. Editora Saraiva, 2017. ISBN 9788536521596 (Minha biblioteca)

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Minha biblioteca)

ARAÚJO, José Rubens Morato/Ayala Leite Patryck D. **Dano Ambiental**. 8th edição. Grupo GEN, 2019. ISBN 9788530988531 (Minha biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Processos Digitais e Práticas Forense
Carga horária: 40h
Semestre: 5

Ementa

Processo Judicial Eletrônico (PJE). Sistemas de Busca de Jurisprudência. Documentos eletrônicos. Direito Digital: panorama das transformações do Direito na sociedade digital e a mudança no paradigma probatório; História, arquitetura e evolução da Internet: Dados pessoais, privacidade, estudo de fontes abertas, Criptomoedas e Deepweb; Direito do Consumidor e Contratos Eletrônicos na Internet. Direito para Startups: o pensamento disruptivo na área jurídica; Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: implementação e simulação de Programas Corporativos de Governança de Proteção de Dados; Crimes Cibernéticos: visão geral, evolução e crimes em espécie; Crimes Cibernéticos: Técnicas na produção da prova e a competência processual nos ilícitos cibernéticos; Fundamentos de *Compliance*; Avaliação de riscos, investigações internas, due diligence, monitoramento e auditoria. Estudos de casos de *compliance* nos diversos ramos jurídicos

Bibliografia básica

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9786555591484. (Minha Biblioteca)
HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria Geral do Direito Digital**. Forense, 2020, ISBN 9788530992262. (Minha Biblioteca)
PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555598438. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

KLEINDIENST, Ana Cristina. **Grandes Temas do Direito Brasileiro: Compliance**. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9788584935178. (Minha Biblioteca)

SCHAPIRO Mario G. **Compliance Concorrencial**. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9788584933990. (Minha Biblioteca)

SCHREIBER, A.; TARTUCE, F.; SIMÃO, J. F.; et al. **Código Civil Comentado: Doutrina E Jurisprudência**. Forense, 2021. ISBN 978655964072. (Minha Biblioteca)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Segurança Digital - Proteção de Dados nas Empresas**. Atlas, 2020. ISBN 9788597026405. (Minha Biblioteca)

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutelajurídica do meio ambiente digital**, 1ª edição. Saraiva, 2014. ISBN 9788502230644. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Prática Jurídica Simulada III: Aplicação Prática Forense I

Carga horária: 40h

Semestre: 5

Ementa

Aplicabilidade das práticas forense

Bibliografia básica

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9786555591484. (Minha Biblioteca)

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria Geral do Direito Digital**. Forense, 2020, ISBN 9788530992262. (Minha Biblioteca)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555598438. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

KLEINDIENST, Ana Cristina. **Grandes Temas do Direito Brasileiro: Compliance**. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9788584935178. (Minha Biblioteca)

SCHAPIRO Mario G. **Compliance Concorrencial**. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9788584933990. (Minha Biblioteca)

SCHREIBER, A.; TARTUCE, F.; SIMÃO, J. F.; et al. **Código Civil Comentado: Doutrina E Jurisprudência**. Forense, 2021. ISBN 978655964072. (Minha Biblioteca)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Segurança Digital - Proteção de Dados nas Empresas**. Atlas, 2020. ISBN 9788597026405. (Minha Biblioteca)

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutela jurídica do meio ambiente digital**, 1ª edição. Saraiva, 2014. ISBN 9788502230644. (Minha Biblioteca)

6º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Direito Civil - Direito das Coisas Carga horária: 60h Semestre: 6
Ementa	
Constitucionalização do direito civil. Conceito e princípios do direito das coisas. Teoria geral. Posse. Classificação dos direitos reais. Propriedade. Propriedade imóvel e móvel. Direitos de vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor, hipoteca e anticrese. Perspectivas do direito das coisas.	
Bibliografia básica	
GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO PAMPLONA, Rodolfo. Manual de Direito Civil - Volume único . Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555595987. (Minha Biblioteca) TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil - Vol. Único . Método, 2019, ISBN 9788530989040. (Minha Biblioteca) VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Direitos Reais - Vol. 4 . Atlas, 2021. ISBN 9788597027211. (Minha Biblioteca)	
Bibliografia complementar	
PELUSO, Cezar (Coord) Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência . 4ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2021. ISBN 9786555763799. (Minha Biblioteca) NOVELINO, Marcelo. Manual de Direito Constitucional . 9ª Ed. Método, 2014. ISBN 978-85-309-5496-3. (Minha Biblioteca) NADER, Paulo. Curso de Direito Civil - Vol. 4 - Direito das Coisas, 7ª edição . Forense, 2014. ISBN 9788530968700. (Minha Biblioteca) RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas . Forense, 2021. ISBN 9788530990886. (Minha Biblioteca) GONÇALVES, Carlos Roberto. Esquematizado - Direito Civil 2 - Contratos em Espécie - Direito das Coisas . Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786553622869. (Minha Biblioteca)	



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Processual Penal -
Fundamentos e Relação Extrajudicial
Carga horária: 60h
Semestre: 6

Ementa

Desenvolvimento histórico do Processo Penal. Jus puniendi. Unidade ou dualidade do Processo Penal. Princípios Constitucionais de Direito Processual Penal. Eficácia da lei no tempo e no espaço. A interpretação da lei. Fontes da matéria. Persecutio Criminis. Inquérito Policial. Ação Penal. Condições da ação. Rejeição da denúncia ou queixa. Ação civil ex delicto. Jurisdição e Competência. Organização Judiciária. Os Juízes, os auxiliares da justiça, o Ministério Público, os Sujeitos Processuais, o imputado, o defensor, o assistente. Processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Conflito de jurisdição. Teoria Geral da Prova e provas em espécie. Prisões e liberdade provisória. Atos de Comunicação processual.

Bibliografia básica

JUNIOR, Aury Lopes. **PRISÕES CAUTELARES**. Saraiva, 2021. ISBN 9786555595253. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. Forense, 2021. ISBN 9788530993627. (Minha Biblioteca)
RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Atlas, 2021. ISBN 9786559770526. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MARTY, Mireille Delmas. **A imprecisão do direito: do código penal aos Direitos Humanos**. Barueri, SP: Manole, 2016. ISBN 9788520449653. (Minha Biblioteca)

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Habeas corpus: antecedentes históricos, hipóteses de impetração, processo, competência e recursos, modelos de petição, jurisprudência atualizada.**, 14ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2018. ISBN 9788520444757. (Minha Biblioteca)

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Comentários ao código de processo penal: à luz da doutrina e jurisprudência**. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2017. ISBN 9788520444702 (Minha Biblioteca)

MESSA, Ana Flávia. **Prisão e Liberdade**. Grupo Almedina, 2020. ISBN 9788584935765 (Minha Biblioteca)

DELMANTO JR, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal - as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração**. Saraiva, 2019. ISBN 9788553612956. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Processual Civil-Precedentes e Súmulas

Carga horária: 60h

Semestre: 6

Ementa

Introdução aos sistemas de busca de jurisprudência; sistemas e classificação dos casos; a jurisprudência como fontes do direito; conceito - noções gerais sobre os precedentes; digressões teóricas sobre os precedentes; comparativos com outros sistemas jurídicos - os precedentes em sistemas jurídicos, razões históricas, teóricas e levantamento funcional em outros sistemas; o precedente no sistema brasileiro, precedentes e funções sistêmicas no Brasil; metodologia de inserção dos Precedentes em casos concretos. Procedimentos executivos especiais. Procedimentos Especiais na Legislação Esparsa. Tutela Coletiva. Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública.

Bibliografia básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único**. Saraiva Jur, ISBN 9786555592603. (Minha Biblioteca)

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**, Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592962. (Minha Biblioteca)

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**, Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592757. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MACHADO, Costa (org.). **Código de Processo Civil interpretado**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2013. ISBN 9788520446287. (Minha Biblioteca)

VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri, SP: Manole, 2016. ISBN 978852044795. (Minha Biblioteca)

THEODORO JR. Humberto. **Curso de Direito Processual Civil - Vol. 3**. Forense, 2021. ISBN 9786559642373. (Minha Biblioteca)

THAMAY, Rennan; GARCIA JUNIOR, Vanderlei; FROTA JR.; Clóvis Smith. **Precedentes Judiciais**. Saraiva Jur, 2019. ISBN 9786555598469. (Minha Biblioteca)

MONNERAT, Fabio Victor Fonte. **Súmulas e precedentes qualificados**. Saraiva Jur, 2019. ISBN 9788553615612. (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Processual do Trabalho

Carga horária: 60h

Semestre: 6

Ementa

Introdução ao Direito Processual do Trabalho; Conflitos Trabalhistas e formas de solução dos conflitos; Do Judiciário Trabalhista: organização e funcionamento da Justiça do Trabalho; Jurisdição e Competência da Justiça do Trabalho; Partes e Procuradores; Atos, termos, prazos, Pje-JT- Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho e nulidades processuais; Dissídios Individuais: procedimentos comuns: sumário, sumaríssimo e ordinário; Recursos no processo do trabalho; Execução trabalhista; Procedimentos especiais: Inquérito Para Apuração da Falta Grave, Ação de Consignação em Pagamento, Mandado de Segurança e Ação Rescisória; Dissídios Coletivos e Ação de Cumprimento

Bibliografia básica

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN 9786555593983. (Minha Biblioteca)

PINHEIRO, Paulo Sousa. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Grupo Almedina, 2020, ISBN 9789724085432. (Minha Biblioteca)

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Atlas, 2020, ISBN: 9788597025040. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MACHADO, Antonio Claudio da Costa (Org). **Código de Processo Civil Interpretado**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 14ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2015. ISBN 9788520446287. (Minha Biblioteca)

GONZAGA, Alvaro de Azevedo; NEVES, Karina Penna; BEIJATO JR., Roberto. **Estatuto da Advocacia e Código de Ética e Disciplina da OAB - Comentados**. Método, 2021. (Minha Biblioteca)

ROMAR, C. T. M. **Esquematizado - direito processual do trabalho**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555595321 (Minha Biblioteca)

REIS, A. C. G. Dos; ARAÚJO, K. S. de; OLIVEIRA, E. C. de; et al. **Direito Processual do Trabalho**. Sagah, 2021. ISBN 9786556901510 (Minha Biblioteca)

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Saraiva, 2019. ISBN 9788553616213 (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Empresarial Aplicado -
Institutos Fundamentais

Carga horária: 60h

Semestre: 6

Ementa

Evolução histórica do Direito Empresarial; Teoria subjetiva, Teoria dos Atos do Comércio e Teoria da Empresa; Direito Empresarial: conceito, características, autonomia e fontes; Empresário: conceito, condições para o exercício e proibições. Teoria Geral do Direito Societário: personalidade jurídica e efeitos. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Nome Empresarial; Ponto Empresarial; Estabelecimento Empresarial; Administração da Sociedade; Sociedades no Código Civil não personificadas e personificadas; Sociedade Limitada: conceito, quotas, sócios e administração; Sociedade Anônima: conceito, constituição, ações, sócios e administração; Sociedade Anônima de capital aberto e fechado; Comissão de Valores Mobiliários; Conselhos da Sociedade Anônima; Reorganização e Extinção das Sociedades.

Bibliografia básica

MAMEDE, Gladston. **Empresa e Atuação Empresarial** - Direito Empresarial Brasileiro. Atlas, 2020, ISBN 9788597024173. (Minha Biblioteca)

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de Direito Empresarial**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595949. (Minha Biblioteca)

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555598452. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial v 1 - teoria geral e direito societário**. Saraiva, 2019, ISBN 9788553616671. (Minha Biblioteca)

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Empresarial**. Atlas, 2020, ISBN 9788597024791. (Minha Biblioteca)

MAGALHÃES, Giovani. **Direito Empresarial Facilitado**. Método, 2020, ISBN 9788530990732. (Minha Biblioteca)

FRAPORTI, S.; GIACOMELLI, C. L. F.; VIERO, G. M.; et al.. **Direito Empresarial I**. SAGAH, 2020, ISBN 9788595025608. (Minha Biblioteca)

CHAGAS, E. E. das. **ESQUEMATIZADO - DIREITO EMPRESARIAL**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595499. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Tecnologia e Inovação

Carga horária: 60h

Semestre: 6

Ementa

Inovação e tecnologia. Sistemas nacionais de inovação e estímulos governamentais. Inovação para competir, desenvolver e crescer. Estímulos e fomento à inovação no Brasil e indicadores de inovação. Inovação radicais, incrementais e disruptivas. *Open Innovation*. Propriedade intelectual. Patentes. Startups e tecnologia.

Bibliografia básica

AHLERT, Ivan B.; CAMARA JR, Eduardo G. **Patentes - Série Soluções Jurídicas**. Atlas, 2019. ISBN 9788597021127.(Minha Biblioteca)

SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual:** propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes 6a ed. Manole, 2019. ISBN 9788520457535.(Minha Biblioteca)

NEVES JUNIOR, Paulo Cezar. **Judiciário 5.0 :** inovação, governança, usucentrismo, sustentabilidade e segurança jurídica. Blucher, 2020. ISBN 9786555500479.(Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

FASCIONI,Ligia. **Atitude Pró-Inovação**. Alta Books, 2021. ISBN 9786555200485.(Minha Biblioteca)

COUTINHO, D. R.; FOSS, M. C.; MOUALLEM, P. S. B. **Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais**. Blucher, 2017. ISBN 9788580392821.(Minha Biblioteca)

AKABANE, Getulio K. **INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE - histórico, conceitos e aplicações**. Blucher, 2017. ISBN 9788580392821.(Minha Biblioteca)

TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. **Startups e inovação: direito no empreendedorismo 2a ed**. Manole, 2020. ISBN 9788520461976.(Minha Biblioteca)

BRUNO-FARIA, M. de F.; VARGAS, E.R. de; MARTINEZ, A. M. **Criatividade e inovação nas organizações :** desafios para a competitividade. Grupo GEN, 2013. ISBN 9788522480937.(Minha Biblioteca)

7º SEMESTRE

 <p>FABASB FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM</p>	<p>CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS Disciplina: Direito da Sucessões e Família Contemporâneas Carga horária: 60h Semestre: 7</p>
<p>Ementa</p>	
<p>Constitucionalização do Direito Civil. A terceira idade e as questões sucessórias. Conceito e princípios do direito das sucessões. Sucessão em geral. Herança e administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente e vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Inventário. Sonegados. Pagamento das dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha. Perspectivas do direito das sucessões na contemporaneidade: questões de gênero e de direitos humanos. Costelação familiar</p>	
<p>Bibliografia básica</p>	
<p>GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO PAMPLONA, Rodolfo. Manual de Direito Civil - Volume único. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595987. (Minha Biblioteca)</p>	
<p>LÔBO, Paulo. Direito Civil: Sucessões (Vol. 6). Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555593686. (Minha Biblioteca)</p>	
<p>TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil - Vol. Único, Método, 2019, ISBN 9788530989040. (Minha Biblioteca)</p>	
<p>Bibliografia complementar</p>	
<p>VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil - Família e Sucessões - Vol. 5. Atlas, 2009. ISBN 9788597027150. (Minha Biblioteca)</p>	
<p>LUZ, Valdemar P. da. Manual de direito de família. Barueri, SP: Manole, 2009. ISBN 9788520446591. (Minha Biblioteca)</p>	
<p>PELUSO, Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 15. ed. Barueri, SP: Manole, 2021. ISBN 9786555763799. (Minha Biblioteca)</p>	
<p>MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento. 29 rev e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. ISBN 978-85-309-4385-1. (Minha Biblioteca)</p>	



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Processual Penal -Pena
Execução de Regime
Carga horária: 60h
Semestre: 7

Ementa

Procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo: Juizados Especiais Criminais. Tribunal do Júri. Sentença. Teoria Geral dos Recursos e Recursos em espécie. Nulidades. Ações autônomas de Impugnação.

Bibliografia básica

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. Forense, 2021. ISBN 9788530993627. (Minha Biblioteca)

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Atlas, 2021. ISBN 9786559770526. (Minha Biblioteca)

JUNIOR, Aury Lopes. **Direito Processual Penal**. Saraiva Jur, 2019. ISBN 978655590005. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MARTY, Mireille Delmas. **A imprecisão do direito: do código penal aos Direitos Humanos**. Barueri, SP: Manole, 2016. ISBN 9788520449653. (Minha Biblioteca)

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Habeas corpus: antecedentes históricos, hipóteses de impetração, processo, competência e recursos, modelos de petição, jurisprudência atualizada.**, 14ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2018. ISBN 9788520444757. (Minha Biblioteca)

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Comentários ao código de processo penal: à luz da doutrina e jurisprudência**. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2017. ISBN 9788520444702 (Minha Biblioteca)

REIS, A. C. G. dos; MARINO, A. M.; GIACOMELLI, C. L. F. **Direito Processual Penal: Procedimentos e Recursos**. Sagah, 2021. ISBN 9786556901336. (Minha Biblioteca)

REIS, A. C. A.; GONÇALVES, V. Ed. R. **Esquematizado - Direito Processual Penal**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 978655593143. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Formas Consensuais de Resolução de Conflitos

Carga horária: 40h

Semestre: 7

Ementa

Técnicas aplicáveis às Formas Consensuais de Solução de Conflitos. Constelações Familiares, Justiça Restaurativa, Negociação, Mediação, Conciliação, Modelo Multiportas, Escuta estratégica e psicológica.

Bibliografia básica

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual Dos MESC**s – Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos. 1.^a Ed. Manole, 2016. ISBN 9788520461457. (Minha Biblioteca)

JÚNIOR, Luiz Antonio Scavone. **Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação**. Forense, 2020. ISBN 9788530990152. (Minha Biblioteca)

SALLES, Carlos Alberto de Silva, Paulo Eduardo Alves da; Garcia Lopes Lorencini, Marco Antônio. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem** - Curso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. Forense, 2021. ISBN 9786559640089. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de conflitos**. Expressa, 2020. ISBN 9786558110477. (Minha Biblioteca)

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. Método, 2020. ISBN 9788530991463. (Minha Biblioteca)

TARTUCE, Fernanda. **Mediação de conflitos Civis**. Método, 2020. ISBN 9788530992330. (Minha Biblioteca)

MARTINS, Alessandra Negrão Elias. **Mediação Familiar para Idosos em Situação de Risco**. Blucher, 2018. ISBN 9788580392456. (Minha Biblioteca)

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (org). **Mediação de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN 9788522478866. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Psicologia Aplicada

Carga horária: 60h

Semestre: 7

Ementa

Conceitos e funções da Psicologia; Personalidade, caráter e ética; Personalidade e comportamento; Fatores determinantes do comportamento; dinâmica de equipe; A Psicologia Social, dos grupos; Conflitos intergrupais e entre grupos; Funções Psicológicas Básicas: sensação e percepção; Funções Psicológicas Básicas: memória e cognição; Pensamento, Linguagem e Inteligência; Motivação e emoção; Intervenções terapêuticas. A psicologia e as questões étnico-raciais, culturais africanas e indígenas. Psicologia e direito penal. Psicologia e os direitos humanos. Psicologia e estatuto da criança e do adolescente. Psicologia e questões de gênero e da terceira idade. Psicologia e resolução de conflitos

Bibliografia básica

COLETTA, Eliane, D. et al. **Psicologia e criminologia**. Grupo A, 2018. ISBN 9788595024649 (Minha biblioteca)

SERAFIM, Antonio de, P. e Fabiana Saffi. **Psicologia e práticas forenses** 3a ed. Editora Manole, 2019. ISBN 9786555761344 (Minha biblioteca)

PINHEIRO, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2018. ISB 9788553610402 (minha biblioteca)

Bibliografia complementar

HUTZ, Claudio, S. et al. **Avaliação psicológica no contexto forense**. (Avaliação psicológica). Grupo A, 2020. ISBN 9788582715956 (Minha biblioteca)

FIGLIOLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. São Paulo: Atlas, 2015. ISBN 9788597027990 (minha biblioteca)

PUTHIN, S. R.; PIRES, L. R.; AMARAL, S. H. do; RODRIGUES, P. R. G. **Psicologia Jurídica**. Porto Alegre: Sagah, 2018. ISB 9788595025783 (minha biblioteca)

SERAFIM; Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. **Neuropsicologia Forense**. Porto Alegre: Artmed, 2015. ISBN 9788582711828 (minha biblioteca)

ÁLVARO, José Luís. **Psicologia Social**. Artmed, 2017. ISBN 9788580555998. (Minha biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Empresarial -
Recuperação Judicial
Carga horária: 60h
Semestre: 7

Ementa

Sociedades Anônimas. Valores Mobiliários. Mercado de Capitais. Sistema Financeiro Nacional. Instituições Financeiras. Contratos Mercantis. Títulos de Crédito. Classificação dos Títulos de Crédito. Operações Virtuais. Saque. Aceite. Endosso. Aval. Vencimento. Pagamento. Protesto. Ação Cambial. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Direito Concursal. Empresa em Crise. Instauração da Falência. Pressupostos da Falência. Pedido de Falência. Administração da Falência. Dissolução da Sociedade Falida. O Patrimônio da Sociedade Falida. Os Atos da Sociedade Falida. Os Contratos da Sociedade Falida. Processo de Falência. Encerramento da Falência. Recuperação da Empresa. Processo de Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial.

Bibliografia básica

MAMEDE, Gladston. **Empresa e Atuação Empresarial** - Direito Empresarial Brasileiro. Atlas, 2020, ISBN 9788597024173. (Minha Biblioteca)
SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de Direito Empresarial**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595949. (Minha Biblioteca)
VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555598452. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

TOMAZETTE, Marlon. **CURSO DE DIREITO EMPRESARIAL V 2 - TÍTULOS DE CRÉDITO**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555593112. (Minha Biblioteca)
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Empresarial**. Atlas, 2020, ISBN 9788597024791. (Minha Biblioteca)
MAGALHÃES, Giovani. **Direito Empresarial Facilitado**. Método, 2020, ISBN 9788530990732. (Minha Biblioteca)
TOMAZETTE, Marlon. **CURSO DE DIREITO EMPRESARIAL V 3 - FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595628. (Minha Biblioteca)
CHAGAS, E. E. das. **ESQUEMATIZADO - DIREITO EMPRESARIAL**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555595499. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Prática Jurídica Simulada V -
Formas Consensuais de Conflitos

Carga horária: 40h

Semestre: 7

Ementa

Técnicas aplicáveis às Formas Consensuais de Solução de Conflitos. Constelações Familiares, Justiça Restaurativa, Negociação, Mediação, Conciliação, Modelo Multiportas, Escuta estratégica e psicológica.

Bibliografia básica

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual Dos MESC**s – Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos. 1.^a Ed. Manole, 2016. ISBN 9788520461457. (Minha Biblioteca)

JÚNIOR, Luiz Antonio Scavone. **Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação**. Forense, 2020. ISBN 9788530990152. (Minha Biblioteca)

SALLES, Carlos Alberto de Silva, Paulo Eduardo Alves da; Garcia Lopes Lorencini, Marco Antônio. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem** - Curso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. Forense, 2021. ISBN 9786559640089. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de conflitos**. Expressa, 2020. ISBN 9786558110477. (Minha Biblioteca)

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. Método, 2020. ISBN 9788530991463. (Minha Biblioteca)

TARTUCE, Fernanda. **Mediação de conflitos Civis**. Método, 2020. ISBN 9788530992330. (Minha Biblioteca)

MARTINS, Alessandra Negrão Elias. **Mediação Familiar para Idosos em Situação de Risco**. Blucher, 2018. ISBN 9788580392456. (Minha Biblioteca)

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (org). **Mediação de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2013. ISBN 9788522478866. (Minha Biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Estágio Supervisionado I
Carga Horária: 80
Semestre: 7

Ementa

Exercício de atividades típicas do profissional junto a órgão habilitado pela coordenação de graduação. O estagiário deverá possuir um orientador no local do estágio, além de um professor orientador da Faculdade. O estagiário apresentará ao professor-orientador um relatório final de atividades.

Bibliografia básica

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522478392. (Minha biblioteca)
ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN 9786555062236 (Minha biblioteca)
MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026559 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. (Minha biblioteca)
ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 978853670274 (minha biblioteca)
LOZADA, G; NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. (Minha biblioteca)
MEDEIROS, J.B; TOMASI, C. **Redação Técnica: elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual: teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos**. Grupo GEN, 2010. ISBN 9788522471461. (Minha biblioteca)
MEDEIROS, J.B. **Redação científica**. A prática de fichamento, resumo, resenha. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788597020328. (Minha biblioteca)

8º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Direito financeiro e tributário Carga horária: 60h Semestre: 8
Ementa	
<p>O fenômeno financeiro. O Direito financeiro e patrimônio do Estado. Atividade Financeira do Estado. A Moeda. O Sistema Financeiro Nacional. A Ação Governamental. Direito Orçamentário. Leis Orçamentárias. Execução da Lei do Orçamento Anual. Controle da Execução Orçamentária. O Estado e o poder de tributar. O direito tributário: taxonomia (ramo do direito público) noção histórica e relação com as demais disciplinas. Tributo: conceito e espécies. Princípios constitucionais tributários e as Limitações constitucionais ao poder de tributar. Competência tributária. Legislação tributária. Obrigação e crédito tributários. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário.</p>	
Bibliografia básica	
<p>AMARO Luciano da Silva. Direito Tributário Brasileiro. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592993. (Minha Biblioteca)</p> <p>MAZZA Alexandre. Manual de Direito Tributário. Saraiva Jur, 2021, ISBN, 9786555593204. (Minha Biblioteca)</p> <p>SCHOUERI Luis Eduardo. Direito Tributário. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592696. (Minha Biblioteca)</p>	
Bibliografia complementar	
<p>CARNEIRO, Cláudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro. Saraiva Jur, 2019, ISBN 9788553615872. (Minha Biblioteca)</p> <p>CARNEIRO, Cláudio. Direito Tributário Aplicado. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9786556270432. (Minha Biblioteca)</p> <p>SABBAG, Eduardo. Direito Tributário Essencial. Grupo Almedina, 2021, ISBN 9786559640317. (Minha Biblioteca)</p> <p>BASTOS, Ricardo Victor Ferreira; VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. Repercussão Geral no Direito Tributário. Grupo Almedina, 2020, ISBN 9788584936243. (Minha Biblioteca)</p> <p>PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro. Atlas, 2021, ISBN 9788597022728. (Minha Biblioteca)</p>	



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Constitucional

Carga horária: 60h

Semestre: 8

Ementa

Remédios Constitucionais: Habeas Data, Mandado de Injunção, Habeas Corpus, Ação Popular, Mandado de Segurança. Reclamação Constitucional.

Bibliografia básica

CHALITA, Sávio et al. **Coleção Prática Jurídica Forense Constitucional**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9788553618187. (Minha Biblioteca)

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. Forense, 2020, ISBN 9788530991845. (Minha Biblioteca)

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Prática Jurídica Constitucional**. Editora Saraiva, 2019, ISBN 9788553615896. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Forense, 2020, ISBN 9788530989774. (Minha Biblioteca)

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**, Editora Saraiva, São Paulo, 2019 ISBN 9788553617562. (Minha Biblioteca)

VASCONCELOS, Clever. **Curso de Direito Constitucional**. Saraiva, 2020, ISBN 978655591743. (Minha Biblioteca)

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. **Curso de Direito Constitucional (Série IDP)**, Editora Saraiva, 2020, ISBN 978655593952. (Minha Biblioteca)

SARLET, Ingo Wolfgang; MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9788553619344. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Autoral e Propriedade Intelectual

Carga horária: 40h

Semestre: 8

Ementa

Direitos Autorais: Introdução; Legislação e tratados internacionais; Direitos de autor e direitos conexos; Obras intelectuais; Aquisição, vigência e extinção do direito de autor; Direitos morais e patrimoniais; A proteção do software; O direito de autor na esfera administrativa; O direito de autor na esfera judicial; Propriedade Industrial: Introdução; Legislação e tratados internacionais; Patentes e desenhos industriais; Marcas, indicações geográficas e concorrência desleal; Transferência de tecnologia e franquia; O direito de propriedade industrial na esfera administrativa; O direito de propriedade industrial.

Bibliografia básica

SANTOS, M. J. P. dos; Wilson Pinheiro Jabus; José de Oliveira Ascensão. **Direito autoral**. Saraiva Jur, São Paulo, 2020 ISBN 978655591521. (Minha Biblioteca)
AHLERT, Ivan B.; CAMARA JR, Eduardo G. **Patentes - Série Soluções Jurídicas**. Atlas, São Paulo, 2020 ISBN 978655591521. (Minha Biblioteca)
AFONSO, Otávio. **Direito Autoral: Conceitos Essenciais**. Manole, 2009 ISBN 9788520442791. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

SANTOS, Manoel J. Pereira dos. **Série GVlaw: propriedade intelectual: Direito autoral, 1ª Edição**. Saraiva, 2013. ISBN 9788502205345. (Minha Biblioteca)
AFONSO, Otávio. **Direito Autoral: Conceitos Essenciais**. Manole, 2009 ISBN 9788520442791. (Minha Biblioteca)
SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes 6a ed.** Manole, 2018 ISBN 9788520457535. (Minha Biblioteca)
Nathalia Mazzanetto. **Arbitragem e Propriedade intelectual, 1ª edição**. Saraiva, 2018 ISBN 9788547219437. (Minha Biblioteca)
AFONSO, Otávio. **Direito Autoral: Conceitos Essenciais**. Manole, 2009 ISBN 9788520442791. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Prática Jurídica Simulada VI
- Práticas Tribunal do Júri

Carga Horária: 40h

Semestre: 8

Ementa

Práticas sobre o Tribunal do Júri.

Bibliografia básica

GOULART, Fábio Rodrigues. **Tribunal do júri: aspectos críticos relacionados à prova. 10. ed.** Grupo GEN, 2008. ISBN 9788522472512. (Minha biblioteca)

SILVEIRA, Daniel Barile da. **O poder contramajoritário do Supremo Tribunal Federal.** Atlas, 2013. ISBN 9788522485451. (Minha biblioteca)

CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do Júri: Teoria e Prática, 4ª edição.** Atlas, 2013. ISBN 9788522492565. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

RANGEL, Paulo. **Tribunal do Júri - Visão Linguística, Histórica, Social e Jurídica, 6ª edição.** Atlas, 2018. ISBN 9788597016598. (Minha biblioteca)

PEIXOTO, Paulo Henrique Lêdo. **A Mutação Constitucional e o Supremo Tribunal Federal: Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais.** Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555597882. (Minha biblioteca)

BONFIM, Edilson Mougenot. **No tribunal do júri.** Saraiva, 2018. ISBN 9788553601615. (Minha biblioteca)

PAULO, Beatrice Marinho Paulo. **Psicologia na prática jurídica, 2ª edição.** Saraiva, 2012. ISBN 9788502175907. (Minha biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: História de povos indígenas e afro descendentes
Carga horária: 80h
Semestre: 5

Ementa

Estudo da história do negro no Brasil. As relações étnico-raciais, políticas e práticas culturais. As desigualdades raciais e a educação no Brasil. A Lei 10639/03 e as ações afirmativas.

Bibliografia básica

BOCK, A. M. B.; TEIXEIRA, M. de L. T.; FURTADO, Odair. **Relações sociais e a vida coletiva:** aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. São Paulo: Expressa, 2021.(minha biblioteca)
REZENDE, Claudia B. e MAGGIE, Yvonne(org). **Raça como retórica:** a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais.** São Paulo: Autêntica, 2007.(minha biblioteca)

Bibliografia complementar

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,** Brasília, SEPP/IR/SECAD/INEP, junho de 2005.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos:** Constituição, racismo e relações internacionais. São Paulo: Manole, 2005.(minha biblioteca)

CORRÊA, Laura Guimarães. **Vozes Negras em Comunicação Mídia, racismos, resistências.** São Paulo: Autêntica, 2019.(minha biblioteca)

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia Social do Preconceito e do Racismo** São Paulo: Blucher, 2020.(minha biblioteca)

SILVA, Ana Célia. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** 2 ed.Salvador: EDUFBA, 2010.

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/212/1/Infancia%20afrodescendente.pdf>



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Administrativo - Estatuto Jurídico da Organização Administrativa
Carga horária: 60h
Semestre: 5

Ementa

Direito administrativo: premissas iniciais; Princípios administrativos constitucionais I; Princípios administrativos constitucionais II; Organização Administrativa I; Organização Administrativa II; Organização Administrativa III; Atos administrativos I; Atos administrativos II; Poderes administrativos I, Poderes administrativos II; Bens Públicos; Responsabilidade civil do Estado; Licitação I; Licitação II, Contratos Administrativos I; Contratos administrativos II.

Bibliografia básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Atlas, 2020, ISBN 9788597027259. (Minha Biblioteca)
MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555593266. (Minha Biblioteca)
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. Método, 2021, ISBN 978853099396. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo**. Saraiva, 2019, ISBN 9788553615919. (Minha Biblioteca)
SPITZCOVSKY, Celso. **ESQUEMATIZADO - DIREITO ADMINISTRATIVO**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592870. (Minha Biblioteca)
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. Forense, 2021, ISBN 9788530993351. (Minha Biblioteca)
DIAS, Maria Tereza Fonseca. **O Direito Administrativo Social e Econômico**. Grupo Almedina, 2021, ISBN 9786556271699. (Minha Biblioteca)
CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito Administrativo Facilitado**. Método, 2021, ISBN 9786559641536. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Estágio Supervisionado II

Carga horária: 80h

Semestre: 8

Ementa

Exercício de atividades típicas do profissional junto a órgão habilitado pela coordenação de graduação. O estagiário deverá possuir um orientador no local do estágio, além de um professor orientador da Faculdade. O estagiário apresentará ao professor-orientador um relatório final de atividades.

Bibliografia básica

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522478392. (Minha biblioteca)

ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN 9786555062236 (Minha biblioteca)

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M.; **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026559 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. (Minha biblioteca)

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 978853670274 (minha biblioteca)

LOZADA, G; NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. (Minha biblioteca)

MEDEIROS, J.B; TOMASI, C. **Redação Técnica: elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual: teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos**. Grupo GEN, 2010. ISBN 9788522471461. (Minha biblioteca)

MEDEIROS, J.B. **Redação científica**. A prática de fichamento, resumo, resenha. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788597020328. (Minha biblioteca) ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga. **Novo tratado de responsabilidade civil**. Saraiva, 2019. ISBN 9788584936410. (Minha Biblioteca)

9º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Responsabilidade civil Carga Horária: 40h Semestre : 9
Ementa	
Responsabilidade: conceito e pressupostos; Conduta: comissiva e omissiva; Nexo causal: teorias; Dano: material e moral; Responsabilidade civil subjetiva: elementos da culpa; Responsabilidade civil objetiva: teoria do risco; Responsabilidade civil pelo fato de outrem; Responsabilidade civil pelo fato da coisa; Responsabilidade civil da Administração Pública; Responsabilidade civil nas relações de consumo; Responsabilidade contratual; Responsabilidade nos contratos de transporte; Responsabilidade nos contratos de seguro	
Bibliografia básica	
NADER, Paulo. Curso de direito civil . Rio de Janeiro: Forense, 2010. v.7. ISBN 9788530986650. (Minha Biblioteca) TEPEDINO, Gustavo; TERRA, Aline de Miranda Valverde. Fundamentos do Direito Civil: responsabilidade civil . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 9788530992453. (Minha Biblioteca) STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Fundamentos do Direito Civil: responsabilidade civil . 3.ed. São Paulo: Atlas, 2022. ISBN 9788530992453. (Minha Biblioteca)	
Bibliografia complementar	
CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade Civil . São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788597025422 (Minha Biblioteca) GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil Brasileiro - Responsabilidade Civil . São Paulo: Saraiva Jur, 2020. ISBN 9786555590500. (Minha Biblioteca) DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro . Grupo Almedina, 2020. ISBN 9788584936410. (Minha Biblioteca) RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil, 8ª edição . Forense, 2019. ISBN 9788530986087. (Minha Biblioteca) ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga. Novo tratado de responsabilidade civil . Saraiva, 2019. ISBN 9788584936410. (Minha Biblioteca)	



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Previdenciário

Carga horária: 40h

Semestre: 9

Ementa

Seguridade social. Previdência Social no Brasil. Assistência social. Saúde. Acidentes do trabalho. Direito processual previdenciário: procedimento administrativo e judicial

Bibliografia básica

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** Método, 2021. ISBN 9788530990756 (Minha Biblioteca)

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **ESQUEMATIZADO - DIREITO PREVIDENCIÁRIO.** Saraiva Jur, 2021. ISBN 978655593303 (Minha Biblioteca)

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário.** Método, 2020. ISBN 9788530990800 (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

AGOSTINHO, T. **Manual de Direito Previdenciário.** Saraiva, 2020. ISBN 9788553618613 (Minha Biblioteca)

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Sinopses Jurídicas v 25 - Direito previdenciário - verificado.** Saraiva, 2020. ISBN 978655592429 (Minha Biblioteca)

ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social - Lei 8.213/1991.** Atlas, 2021. ISBN 9788597026993 (Minha Biblioteca)

MARTINEZ, Luciano. **Reforma da previdência - entenda o que mudou.** Saraiva, 2019. ISBN 9788553616800 (Minha Biblioteca)

MELLO, Flaviana A. de; FERREIRA, Thaís F.; SOUZA, Aline L. de.; et al.. **O Sistema Previdenciário e o Trabalho do Assistente Social.** Sagah, 2021. ISBN 9786556902418 (Minha Biblioteca)



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Estudos Avançados em Impostos
Carga horária: 40h
Semestre: 9

Ementa

Normas gerais de direito tributário. tributos: federais, estaduais e municipais. administração tributária. evolução do processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. perspectivas dos direitos financeiro e tributário. empreendedorismo e ética.

Bibliografia básica

AMARO Luciano da Silva. **Direito Tributário Brasileiro**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592993. (Minha Biblioteca)

MAZZA Alexandre. **Manual de Direito Tributário**. Saraiva Jur, 2021, ISBN, 9786555593204. (Minha Biblioteca)

SCHOUERI Luis Eduardo. **Direito Tributário**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592696. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

CARNEIRO, Cláudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro**. Saraiva Jur, 2019, ISBN 9788553615872. (Minha Biblioteca)

CARNEIRO, Cláudio. **Direito Tributário Aplicado**. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9786556270432. (Minha Biblioteca)

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. Grupo Almedina, 2021, ISBN 9786559640317. (Minha Biblioteca)

BASTOS, Ricardo Victor Ferreira; VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. **Repercussão Geral no Direito Tributário: Impostos**. Grupo Almedina, 2020, ISBN 9788584936243. (Minha Biblioteca)

CARNEIRO, Cláudio. **Impostos federais, estaduais e municipais**. Saraiva, 2019, ISBN 9788553612123. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso
Carga horária: 40h
Semestre: 6

Ementa

Direito da Criança e do Adolescente: fontes, princípios e conceitos fundamentais; Problemas e Temas Relevantes; Fundamentos Históricos e Constitucionais. Doutrinas Jurídicas de Proteção. O Estatuto da Criança e do Adolescente: dos direitos fundamentais. A Justiça da Infância e da Juventude. Perda e Suspensão do Poder Familiar. A Família Substituta. Conselhos. Comunicação Compulsória de Maus tratos ao Conselho Tutelar. Produtos de Venda Proibida a Crianças e Adolescentes. A Criança, o Adolescente e o Ato Infracional. A atuação do Ministério Público. Intervenção e Prevenção. Abuso e Negligência na Infância e Adolescência. A Criança e o Direito Alternativo. Educação não violenta. Aspecto sociológico do Idoso na sociedade de Ontem e de Hoje. Estatuto do Idoso. Entidades de Proteção do Idoso. Proteção Judicial do Idoso

Bibliografia básica

BRAGA, Pérola Melissa V. **Curso de Direito do Idoso**. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN 9788522480142. (Minha Biblioteca)
NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Comentado**. Forense, 2011. ISBN 9788530992798. (Minha Biblioteca)
MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 978655592726. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

ISHIDA, Valter Kenji. **A infração administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788522493609. (Minha Biblioteca)
MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os Direitos Humanos**. Barueri: Manole, 2003. ISBN 9788520443477. (Minha Biblioteca)
ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do Adolescente**. Saraiva, 2019. ISBN 9788553613106. (Minha Biblioteca)
HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Silvia H. **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. Barueri: Manole, 2012. ISBN 9788536327167. (Minha Biblioteca)
DUARTE, Yeda. **Família, Rede de Suporte Social e Idosos: Instrumentos de Avaliação**. Blucher, 2020. ISBN 9788580394344. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Agrário e Ambiental

Carga horária: 40h

Semestre: 9

Ementa

Conceito e princípios do direito ambiental. Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental e direitos humanos. Direito agrário. Estatuto da terra. Função socioambiental da propriedade. Usucapião. Reforma agrária. Educação ambiental.

Bibliografia básica

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Atlas, 2021, ISBN 9788597027402. (Minha Biblioteca)
CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do Urbanismo e do Ambiente**. Grupo Almedina, 2020, ISBN 9789724084701. (Minha Biblioteca)
OPITZ, Sílvia C. B.; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788547217044. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 978655590692. (Minha Biblioteca)
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Comentários ao código florestal: lei n. 12.651/2012**. Saraiva Jur, 2018. ISBN 9788553601905. (Minha Biblioteca)
MARQUES, Renata; FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Estatuto da Cidade comentado: Lei n. 10.257/2001 – Lei do Meio Ambiente Artificial**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9788553613069. (Minha Biblioteca)
MARQUES, Benedito Ferreira; SILVA MARQUES, Carla Regina. **Direito Agrário Brasileiro, 12ª edição**. Atlas, 2016. ISBN 9788597009118 2. (Minha Biblioteca)
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFE, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. Forense, 2021. ISBN 9786559641161. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Estágio III

Carga horária: 80

Semestre: 9

Ementa

Exercício de atividades típicas do profissional junto a órgão habilitado pela coordenação de graduação. O estagiário deverá possuir um orientador no local do estágio, além de um professor orientador da Faculdade. O estagiário apresentará ao professor-orientador um relatório final de atividades.

Bibliografia básica

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522478392. (Minha biblioteca)

ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN 9786555062236 (Minha biblioteca)

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M.; **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026559 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. (Minha biblioteca)

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 978853670274 (minha biblioteca)

LOZADA, G; NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. (Minha biblioteca)

MEDEIROS, J.B; TOMASI, C. **Redação Técnica: elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual: teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos**. Grupo GEN, 2010. ISBN 9788522471461. (Minha biblioteca)

MEDEIROS, J.B. **Redação científica. A prática de fichamento, resumo, resenha**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788597020328. (Minha biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Trabalho de Curso I
Carga horária: 40
Semestre: 9

Ementa

Desenvolvimento do TCC, com ênfase teórica e/ou tecnológica de forma a englobar conhecimentos adquiridos em diversas disciplinas do CURSO DE DIREITO. Ao final do trabalho o aluno apresentará uma monografia escrita, além da apresentação final a uma banca examinadora constituída por professores/profissionais da área.

Bibliografia básica

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522478392. (Minha biblioteca)
ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica**: princípios e fundamentos. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN 9786555062236 (Minha biblioteca)
MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M.; **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026559 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. (Minha biblioteca)
ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 978853670274 (minha biblioteca)
LOZADA, G; NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. (Minha biblioteca)
MEDEIROS, J.B; TOMASI, C. **Redação Técnica**: elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual: teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos. Grupo GEN, 2010. ISBN 9788522471461. (Minha biblioteca)
MEDEIROS, J.B. **Redação científica**. A prática de fichamento, resumo, resenha. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788597020328. (Minha biblioteca)

10º SEMESTRE

	CURSO DE DIREITO
	EMENTA E REFERÊNCIAS
	Disciplina: Direito Administrativo - Licitações, Contratos e Controle da Administração Pública Carga horária: 60h Semestre: 10
Ementa	
Responsabilidade do Estado; Bens Públicos; Intervenção do Estado na Propriedade; Licitação; Contratos Administrativos; e Controle da Administração Pública.	
Bibliografia básica	
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo . Atlas, 2020, ISBN 9788597027259. (Minha Biblioteca)	
MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo . Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555593266. (Minha Biblioteca)	
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo . Método, 2021, ISBN 978853099396. (Minha Biblioteca)	
Bibliografia complementar	
COUTO, Reinaldo. Curso de Direito Administrativo . Saraiva, 2019, ISBN 9788553615919. (Minha Biblioteca)	
SPITZCOVSKY, Celso. ESQUEMATIZADO - DIREITO ADMINISTRATIVO . Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555592870. (Minha Biblioteca)	
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . Forense, 2021, ISBN 9788530993351. (Minha Biblioteca)	
DIAS, Maria Tereza Fonseca. O Direito Administrativo Social e Econômico . Grupo Almedina, 2021, ISBN 9786556271699. (Minha Biblioteca)	
CAMPOS, Ana Cláudia. Direito Administrativo Facilitado . Método, 2021, ISBN 9786559641536. (Minha Biblioteca)	



FABASB
FACULDADE BAIANA DE SENHOR DO BONFIM

CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Direito Internacional

Carga horária: 40h

Semestre: 10

Ementa

Conhecimento dos Direito Humanos, evolução histórica, conceituação e conteúdo, analisando as transformações e os dispositivos da Constituição Federal de 1988 a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as formas de organismos de proteção dos Direitos Humanos. Pluralismo, tolerância e cidadania. Direitos Humanos e gênero. Direitos humanos e terceira idade. Direitos humanos e práticas humanitárias. Noções Gerais do Direito Internacional Público e Privado; Evolução Histórica; Direito internacional e relações internacionais; Direito internacional e políticas públicas. A prática internacional dos direitos humanos.

Bibliografia básica

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN 9786555596403. (Minha Biblioteca)
RAMOS, A. de C. **CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555595352. (Minha Biblioteca)
GUERRA, Sidney Cesar Silva. **CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555594898. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

GIACOMELLI, C. L. F.; ZAFFARI, E. K.; FERREIRA, G. B.; et al.. **Direito internacional**. SAGAH, 2021. ISBN 9786556902753. (Minha Biblioteca)
RAMOS, A. de C. **Direito Internacional dos Refugiados**. Expressa, 2021. ISBN 9786555597578. (Minha Biblioteca)
DAL RI JÚNIOR, Arno. **Direito Internacional nos Julgamentos Internos**. Unijuí, 2021. ISBN 9786556902753. (Minha Biblioteca)
RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786553623217. (Minha Biblioteca)
TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de Direito Internacional Público e Privado**. Saraiva, 2019. ISBN 9788553616787. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Processos de Governança Corporativa e Compliance

Carga horária: 40h

Semestre: 10

Ementa

Sociedade da informação. As novas tecnologias de informação e comunicação. Introdução aos mecanismos de governança da internet no Brasil e no mundo. Regulação do ambiente online e o Marco Civil da Internet. Direitos e deveres no ciberespaço. Responsabilidade de usuários, provedores e governo. Inovação nas tecnologias de informação e comunicação. Propriedade intelectual na era digital. Lei Geral de Proteção de Dados. Acessibilidade, inclusão digital e ciberativismo.

Bibliografia básica

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. Editora Saraiva, 2020, ISBN 9786555591484. (Minha Biblioteca)

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria Geral do Direito Digital**. Forense, 2020, ISBN 9788530992262. (Minha Biblioteca)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. Saraiva Jur, 2021, ISBN 9786555598438. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

KLEINDIENST, Ana Cristina. **Grandes Temas do Direito Brasileiro: Compliance**. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9788584935178. (Minha Biblioteca)

SCHAPIRO Mario G. **Compliance Concorrencial**. Grupo Almedina, 2019, ISBN 9788584933990. (Minha Biblioteca)

SCHREIBER, A.; TARTUCE, F.; SIMÃO, J. F.; et al. **Código Civil Comentado: Doutrina E Jurisprudência**. Forense, 2021. ISBN 978655964072. (Minha Biblioteca)

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Segurança Digital - Proteção de Dados nas Empresas**. Atlas, 2020. ISBN 9788597026405. (Minha Biblioteca)

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação : a tutelajurídica do meio ambiente digital**, 1ª edição. Saraiva, 2014. ISBN 9788502230644. (Minha Biblioteca)



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Optativa I- Direito Portuário

Carga horária: 40h

Semestre: 10

Ementa

Direito Portuário. Portos e comércio exterior. Legislação portuária. Exploração de portos organizados e instalações portuárias: concessão, arrendamento e autorização. A administração do porto organizado. Estudo dos Terminais de Uso Privado (TUPs). Operação portuária. Trabalho portuário. Aspectos atinentes à atividade de dragagem. Licenciamento ambiental.

Bibliografia básica

PIMENTA, Matusalém Gonçalves. **Processo Marítimo: Formalidades e Tramitação**. Manole, 2013, ISBN 9788520444832. (Minha Biblioteca)
MAHMOUD, Mohamad Ale Hasan. **Série IDP - Direito Penal Marítimo: zona econômica exclusiva, soberania e extraterritorialidade**. Saraiva Jur, 2010, ISBN 9788502154957. (Minha Biblioteca)
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Licenciamento ambiental**. Saraiva, 2018, ISBN 9788553607471. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. Saraiva Jur, 2021. ISBN 9786555590692. (Minha Biblioteca)
ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Atlas, 2021, ISBN 9788597027402. (Minha Biblioteca)
CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do Urbanismo e do Ambiente**. Grupo Almedina, 2020, ISBN 9789724084701. (Minha Biblioteca)
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFE, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. Forense, 2021. ISBN 9786559641161. (Minha Biblioteca)
GIACOMELLI, C. L. F.; ZAFFARI, E. K.; FERREIRA, G. B.; et al.. **Direito internacional**. SAGAH, 2021. ISBN 9786556902753. (Minha Biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Direito Eleitoral

Carga horária: 40h

Semestre: 10

Ementa

Os regimes políticos e a participação popular. A teoria da representação. Os partidos políticos. Os partidos e a escolha do governante. Os partidos e a representação da opinião pública. Os sistemas eleitorais. O voto e as distorções. A igualdade eleitoral e o acesso ao poder. Direito eleitoral comparado. O direito eleitoral no Brasil. A justiça eleitoral. Os recursos em matéria eleitoral

Bibliografia básica

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Sinopses Jurídicas v 29 - Direito eleitoral**. Saraiva, 2020. ISBN 9788553620005. (Minha Biblioteca)
GOMES, José Jairo. **Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral**. Atlas, 2021. ISBN 9788597027372. (Minha Biblioteca)
VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. **Direito eleitoral - crimes eleitorais**. Expressa, 2020. ISBN 978655593228. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

BUCCI, Daniela. **Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão**. Almedina, 2014. ISBN 9788584933211. (Minha Biblioteca)
CHIMENTI, Ricardo Cunha. **O exercício da soberania popular e a Minirreforma Eleitoral de 2021**. Expressa, 2021. ISBN 9786553622906. (Minha Biblioteca)
GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Direito Eleitoral, 3ª edição**. Atlas, 2018. ISBN 9788597017540. (Minha Biblioteca)
TENÓRIO, Rodrigo. **Série Carreiras Federais - Direito Eleitoral**. Método, 2014. ISBN 9788530954932. (Minha Biblioteca)
KIMURA, Alexandre Issa. **Manual de Direito Eleitoral, 2ª edição**. Forense, 2012. ISBN 978-



CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS

Disciplina: Estágio IV

Carga horária: 80h

Semestre: 10

Ementa

Exercício de atividades típicas do profissional junto a órgão habilitado pela coordenação de graduação. O estagiário deverá possuir um orientador no local do estágio, além de um professor orientador da Faculdade. O estagiário apresentará ao professor-orientador um relatório final de atividades.

Bibliografia básica

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522478392. (Minha biblioteca)

ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN 9786555062236 (Minha biblioteca)

MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M.; **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026559 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. (Minha biblioteca)

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 978853670274 (minha biblioteca)

LOZADA, G; NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. (Minha biblioteca)

MEDEIROS, J.B; TOMASI, C. **Redação Técnica: elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual: teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos**. Grupo GEN, 2010. ISBN 9788522471461. (Minha biblioteca)

MEDEIROS, J.B. **Redação científica. A prática de fichamento, resumo, resenha**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788597020328. (Minha biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Trabalho de Curso II
Carga horária: 40h
Semestre: 10

Ementa

Conclusão do TCC, com ênfase teórica e/ou tecnológica de forma a englobar conhecimentos adquiridos em diversas disciplinas do curso de Engenharia. A orientação deverá ser feita por professor da FJC. Ao final do trabalho o aluno apresentará uma monografia escrita, além da apresentação final à uma banca examinadora constituída por professores/profissionais da área.

Bibliografia básica

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522478392. (Minha biblioteca)
ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021. ISBN 9786555062236 (Minha biblioteca)
MARCONI, M.A. LAKATOS, E.M.; **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026559 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. (Minha biblioteca)
ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 978853670274 (minha biblioteca)
LOZADA, G; NUNES, K.S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. (Minha biblioteca)
MEDEIROS, J.B; TOMASI, C. **Redação Técnica: elaboração de relatórios técnico-científicos e técnicas de normalização textual: teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos**. Grupo GEN, 2010. ISBN 9788522471461. (Minha biblioteca)
MEDEIROS, J.B. **Redação científica**. A prática de fichamento, resumo, resenha. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788597020328. (Minha biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: OPTATIVA
LIBRAS - Língua Brasileira de
Sinais
Carga horária:40h

Ementa

Considerações fundamentais sobre o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, apresentando a importância dessa dentro do processo educacional. Discutindo o embasamento teórico e sua contextualização no ensino aprendizagem

Bibliografia básica

BRASIL. Presidência da República. **Lei N° 10.436**, de 24 de abril de 2002.

_____. **Decreto N° 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

PLINSKI, R. R. K.; MORAIS, C. E. L. de; ALENCASTRO, M. I. de. **Libras**. Porto Alegre: Sagah, 2018.(minha biblioteca)

MORAIS, Carlos E., L. et al. **Libras**. 2 edição. Grupo A, 2019. ISBN 9788595027305 (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna S. **Libras em contexto: curso básico**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de; KAMOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.(minha biblioteca)

QUADROS, Ronice Muller de; KAMOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Instrumento de Avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.(minha biblioteca)

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Herança: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Penso, 2017.(minha biblioteca)

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. São Paulo: Autêntica, 2007.(minha biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Optativa
Direito Desportivo
Carga horária:40h

Ementa

Legislação Desportiva. Entidades Desportivas. Desporto Federado. Direito Desportivo e sua relação com os outros ramos do Direito. Justiça Desportiva e Arbitragem. Cultura e esporte. Esporte como fato social. Práticas desportivas e o processo de aprendizagem.

Bibliografia básica

CAÚS, Cristiana; GOÉS, Marcelo. **Direito aplicado à gestão do esporte, 1ª edição.** Trevisan, 2013. ISBN 9788599519561. (minha biblioteca)
FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. **Teoria Geral da Arbitragem.** Forense, 2018. ISBN 9788530982881. (minha biblioteca)
ARAUJO, Yuri Maciel. **Arbitragem e Devido Processo Legal.** Almedina, 2021. ISBN 9786556272849. (minha biblioteca)

Bibliografia complementar

MACHADO, Luiz Alberto; MACHADO, Guga. **Das quadras para a vida: lições do esporte nas relações pessoais e profissionais, 1ª edição.** Trevisan, 2018. ISBN 9788595450295. (minha biblioteca)
STIGGER, Marco Paulo. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Olhares e Experiências na Perspectiva do Direito Social.** Unijuí, 2019. ISBN 9788541902861. (minha biblioteca)
PALMA, D. D.; OLIVEIRA JUNIOR, L. L. de; ROMÃO, M. F.; et al.. **Gestão do Esporte e Lazer.** SAGAH, 2021. ISBN 9786556902432. (minha biblioteca)
MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini. **Viagens, Lazer e Esporte: O Espaço da Natureza.** Manole, 2006. ISBN 9788520442289. (minha biblioteca)
WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico - Fundamentos de uma nova cultura do direito, 4ª edição.** Saraiva, 2015. ISBN 9788502228375. (minha biblioteca)



**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Optativa
Direito de mineração
Carga horária:40h

Ementa

O tratamento jurídico da mineração. Princípios constitucionais do Direito Minerário. Política econômica para a atividade minerária. Contratos minerários. Direitos reais e mineração. Procedimentos administrativos para outorga de Títulos Minerários. Direito Ambiental aplicado à mineração. Tributação da atividade minerária. Responsabilidade civil decorrente da atividade minerária. Crimes.

Bibliografia básica

FEIGELSON, Bruno. **Curso de direito minerário**. Saraiva, 2018. ISBN 9788553602094. (Minha biblioteca)
GOMES, Orlando. **Direitos Reais, 21ª edição**. Forense, 2012. ISBN 978-85-309-4392-9. (Minha biblioteca)
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Licenciamento ambiental**. Saraiva, 2018, ISBN 9788553607471. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Atlas, 2021, ISBN 9788597027402. (Minha Biblioteca)
VENOSA, S. da S. **Direito Civil - Direitos Reais - Vol. 4**. Atlas, 2021, ISBN 9788597027211. (Minha Biblioteca)
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFE, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. Forense, 2021. ISBN 9786559641161. (Minha Biblioteca)
MIRAGEM, Bruno. **Responsabilidade Civil**. Forense, 2021. ISBN 9788530994228. (Minha Biblioteca)
TEPEDINO, Gustavo. **Fundamentos do Direito Civil - Direitos Reais - Vol. 5**. Forense, 2021. ISBN 9788530992545. (Minha Biblioteca)

**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Optativa
Plano de negócios
Carga horária:40h

Ementa

Conceito de Plano de Negócios. Benefícios. Aplicações. Estrutura. Sumário executivo. Descrição da empresa e características do empreendimento. Funções fundamentais do negócio. Planejamento estratégico. Análise do mercado e fatores de competitividade. Produtos e serviços. Estratégias competitivas. Marketing. Gestão e estrutura organizacional. Plano operacional. Plano financeiro de custeio e de investimentos. Fontes de financiamento.

Bibliografia básica

DORNELAS, José. **Plano de negócios com o modelo Canvas**. Empreende, 2020. ISBN 9786587052076. (Minha biblioteca)
HASHIMOTO, Marcos; BORGES, Candido. **Empreendedorismo - plano de negócios em 40 lições - 2ED**. Saraiva, 2018. ISBN 9788571440494. (Minha biblioteca)
LENZI, Fernando César. **A Nova Geração de Empreendedores: guia para elaboração de um plano de negócios**. Grupo GEN, 2018. ISBN 9788522470358. (Minha biblioteca)

Bibliografia complementar

DORNELAS, José. **Plano de negócios, seu guia definitivo - 2ª Edição**. Empreende, 2016. ISBN 9788566103090. (Minha biblioteca)
BIAGIO, Luiz Arnaldo. **Como Elaborar o Plano de Negócios**. Manole, 2018. ISBN 9788520447338. (Minha biblioteca)
SANTOS, Suênya Freire do M. **Modelos de negócios sustentáveis**. Editora Saraiva, 2021. ISBN 9786589881582 (Minha biblioteca)
MORAIS, Felipe. **Reflexões sobre planejamento estratégico digital**. Expressa, 2021. ISBN 9786587958316. (Minha biblioteca)
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico - Conceitos- Metodologia- Práticas, 34ª edição**. Atlas, 2016. ISBN 9788597016840. (Minha biblioteca)

**CURSO DE DIREITO
EMENTA E REFERÊNCIAS**

Disciplina: Atividades Extensionistas nas disciplinas elencadas
Carga horária: 400

Ementa

Ações de extensão incorporadas nas unidades curriculares (disciplinas), podendo ser as seguintes atividades: Projetos, cursos ou eventos, certificadas e validadas conforme os critérios estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso.

Bibliografia básica

Estabelecida de acordo com a atividade desenvolvida.

Bibliografia complementar

Estabelecida de acordo com a atividade desenvolvida.

ANEXO 2-REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Dispõe sobre o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim - FABASB.

TÍTULO I

ESTÁGIO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º- Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular.

§ 1º- Considera-se estágio as atividades supervisionadas de estudantes da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim (FABASB), desenvolvidas no ambiente de trabalho, que visem à preparação para o trabalho produtivo, sendo realizadas junto à parte concedente do estágio.

§ 2º Poderão ser concedentes de estágio pessoas jurídicas de direito privado, órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

I – A própria FABASB poderá tornar-se parte concedente de estágio a estudantes de seus cursos de graduação ou de outras instituições de ensino, desde que os setores onde se realizarão os estágios apresentem condições para o pleno desenvolvimento acadêmico do estudante, de acordo com o projeto pedagógico do curso ao qual está vinculado;

II – É facultado à FABASB celebrar com entes públicos e privados convênios de concessão de estágio; e

III – A intermediação para captação de partes concedentes é de responsabilidade das coordenações de curso, com a colaboração das coordenações acadêmica e pedagógica.

§ 3º- O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

§ 4º- O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares do curso e do projeto pedagógico do curso.

§ 5º- O estágio obrigatório é componente curricular do curso, sendo requisito para sua conclusão.

§ 6º- O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional e complementar, acrescida à carga horária regular e obrigatória, dependendo do projeto pedagógico e das normas complementares de estágio aprovadas pelo Colegiado de Curso e normas de atividades complementares de cada curso.

Parágrafo único. Caso previsto nas normas complementares de estágio do curso, o estágio não obrigatório, desde que cumpra os requisitos estabelecidos, poderá ser considerado como estágio obrigatório.

§ 7º- É vedado o exercício de atividade sob a denominação “estágio” que não tenha afinidade, de ordem prática e didática, com a área de formação do estudante, e que não atendam ao disposto nos artigos 16º a 19º desta Resolução.

§ 8º- O estágio não estabelece vínculo empregatício entre o estudante e a parte concedente do estágio.

§ 9º- Não se aplicam as disposições desta Resolução a outros tipos de estágios, que não os de graduação.

Art. 2º- O estágio requer planejamento, acompanhamento e avaliação constantes por parte da FABASB, por intermédio das coordenações de curso, com auxílio das coordenações acadêmica e pedagógica.

Art. 3º- O estágio deve obedecer, além da legislação vigente, ao Estatuto e ao Regimento Geral desta Faculdade, às Normas Gerais da Graduação da FABASB, a esta Resolução e aos critérios estabelecidos por cada curso de graduação por meio de normas complementares.

Art. 4º- Caso o estudante tenha vínculo empregatício em área correlata ao curso, o trabalho poderá ser considerado como estágio obrigatório.

Parágrafo único. Para o caso previsto no caput deste artigo, é necessário que a atividade profissional seja supervisionada, possua carga horária mínima e plano de atividades equivalentes à do estágio, e seja essa possibilidade prevista nas normas complementares de estágio aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Art. 5º- Caso o estudante participe de projeto de iniciação científica ou de iniciação à docência na área de seu curso, esta atividade poderá ser convalidada como estágio obrigatório desde que possua carga horária mínima equivalente e seja essa possibilidade prevista nas normas complementares de estágio aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Art. 6º- Não pode, sob nenhuma hipótese, ser considerado como estágio obrigatório trabalho voluntário de qualquer natureza.

Art. 7º- Para formalização e início da atividade de estágio, obrigatório ou não obrigatório, o estudante deverá estar devidamente matriculado em um dos cursos da FABASB, com a documentação atualizada e sem pendências.

Art. 8º- São requisitos indispensáveis para a formalização e início de atividades de estágio os documentos “Termo de Compromisso”, ou “Contrato de Trabalho” no caso previsto no art. 4º, e “Plano de Atividades”, além de outros conforme as normas de estágio de cada curso, em quatro vias impressas.

§ 1º- O Termo de Compromisso deve ser assinado pelo representante legal da parte concedente, pelo estudante e pela Faculdade, através de suas coordenações de curso.

§ 2º- O Plano de Atividades deve ser assinado pelo estudante, pelo supervisor de estágio da parte concedente, e pelo professor orientador do estágio ou pelo coordenador do curso ao qual se vincula o estudante.

§ 3º- Os documentos impressos poderão ser substituídos por versão eletrônica quando este recurso for implementado pela FABASB.

Art. 9º- É requisito indispensável para a formalização da conclusão de estágio a apresentação de relatório de atividades por parte do estagiário, em periodicidade nunca superior a seis meses, além de um relatório final, bem como a avaliação deste(s) relatório(s) por parte do professor orientador, do supervisor na parte concedente e da coordenação de curso.

Parágrafo único. A formalização da avaliação do(s) relatório(s) de estágio será definida pelas normas complementares de estágio de cada curso.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 10º- As coordenações de curso de Graduação desta Faculdade, assessoradas pelas coordenações acadêmica e pedagógica, é o órgão de execução responsável pela formalização e registro dos processos administrativos de estágios realizados pelos estudantes da FABASB, que deve manter contato permanente com os coordenadores de estágio das Unidades e, quando necessário, manifestar-se exarando pareceres e orientações.

Art. 11º- Os colegiados dos cursos de graduação deverão elaborar as suas normas complementares de estágio, conforme diretrizes do Capítulo III, Título II deste documento.

Art. 12º- Cada curso terá pelo menos uma coordenação de estágio, exercida pela coordenação de curso, cuja função é explicitada no Título II deste documento.

Parágrafo único. Cada curso deverá ter um coordenador de estágio, mas um coordenador de estágio poderá atender a mais de um curso.

Art. 13º- Para cada estagiário haverá um professor orientador indicado pelo coordenador de curso, conforme normas complementares de estágio do curso, seja o estágio obrigatório ou não obrigatório.

Art. 14º- Para cada estagiário haverá um supervisor indicado pela parte concedente do estágio, seja o estágio obrigatório ou não obrigatório.

Art. 15º- Todo candidato a estágio deverá atender aos requisitos mínimos exigidos pelas normas complementares de estágio de seu curso.

Art. 16º- Todo candidato a estágio deverá apresentar, antes do início das atividades de estágio, um plano de atividades a ser aprovado pela coordenação de curso, em

conformidade com as normas complementares de estágio e com o projeto pedagógico de seu curso.

Art. 17º- Todo candidato a estágio deverá assinar, juntamente com a parte cedente e a Faculdade, Termo de Compromisso, antes do início das atividades de estágio, onde deve haver comprovação da contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do candidato.

Art. 18º- Durante o estágio, o estudante deverá cumprir com o Plano de Atividades aprovado e com o disposto no art. 9º destas Normas.

Art. 19º- O estágio é considerado concluído após cumpridos todos os requisitos de tempo e atividades conforme o plano de trabalho de estágio e conforme as normas de estágio de seu curso, incluindo a entrega do relatório final de estágio.

TÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

Art. 20º- A parte concedente deverá:

I – Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estudante, para supervisioná-lo, sendo que esse funcionário não poderá supervisionar mais do que dez estagiários simultaneamente;

II – Contratar às suas expensas seguro contra acidentes pessoais para o estagiário; e

III – Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso II deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela FABASB.

CAPÍTULO II

DO SETOR DE ESTÁGIO

Art. 21º- Caberá à coordenação de estágio, função assumida pelas coordenações de curso, assessoradas pelas coordenações acadêmica e pedagógica da FABASB:

I – Formalizar convênios;

II – Elaborar os termos de compromissos de estágio;

III – Promover a tramitação de documentos, viabilizando agilidade no processo de formalização dos estágios;

IV – Manter contato, de forma permanente, com outras coordenações de curso, buscando a interação e a atualização de informações dos processos em desenvolvimento;

- V – Prestar apoio na divulgação de possíveis oportunidades de estágios;
- VI – Emitir certificado para os estudantes que realizaram estágio no âmbito da FABASB;
- VII – Formalizar eventuais desligamentos por meio de rescisão de estágio; e
- VIII - Manter registro de todos estágios realizados na FABASB para fins de acompanhamento e controle.

CAPÍTULO III

DO COLEGIADO E DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 22º- Caberá a cada Colegiado de Curso elaborar as normas complementares que deverão reger os seus respectivos estágios obrigatórios e não obrigatórios, obedecendo ao disposto nas Leis que versam sobre a matéria e às diretrizes da FABASB.

§ 1º- Observando o que dispõe a legislação pertinente e as Normas Gerais da Graduação, caberá à Diretoria Acadêmica da FABASB, por proposta do Colegiado de Curso, aprovar e publicar as normas complementares de estágio do curso.

§ 2º- As normas complementares de estágio do curso deverão ser enviadas às diretorias acadêmica e pedagógica.

§ 3º- As normas complementares de estágio deverão garantir:

I – A elaboração de planos de atividades coerentes com os princípios e objetivos do curso de graduação;

II – O acompanhamento e fiscalização da coordenação de curso;

III – As definições quanto à carga horária, duração e jornada de estágio, de acordo com as Normas Gerais da Graduação, Leis e resoluções específicas;

IV – O detalhamento de atores e suas competências;

V – As especificações quanto ao acompanhamento e avaliações do estágio;

VI – O estabelecimento de requisitos complementares para acesso do estudante ao estágio, além daqueles previstos em Lei, nas Normas Gerais da Graduação e nestas Normas Gerais de Estágio; e

VII – A determinação de limite máximo de estagiários por orientador, sendo que essa quantidade limite não poderá ser superior a 20 estudantes.

Art. 23º- Caberá às Coordenações de Curso assegurar que o estudante, ao realizar o estágio obrigatório, esteja matriculado no respectivo componente curricular.

Parágrafo único. Caso o estágio obrigatório tenha duração superior ao período letivo, o estudante deverá solicitar a renovação de sua matrícula neste componente curricular a cada período letivo.

Art. 24º- Caberá às Coordenações de Curso, de acordo com o projeto pedagógico do curso, quando do término do estágio obrigatório, enviar à Secretaria Acadêmica da FABASB a ficha de conclusão de estágio para o registro do componente curricular.

CAPÍTULO IV

DO COORDENADOR DE ESTÁGIOS

Art. 25º- A coordenação de estágio será de competência das coordenações de curso, assessoradas pelas coordenações acadêmica e pedagógica, e observadas as normas presentes nesta resolução.

Art. 26º- São atribuições do coordenador de estágio no âmbito do curso:

I – Orientar, previamente ao início do estágio, o estudante quanto:

- a) À formalização do estágio junto à Secretaria Acadêmica;
- b) Às leis e normas de estágio da FABASB e do curso de graduação;
- c) Às obrigações da parte concedente;
- d) Aos seus direitos e deveres junto à parte concedente e junto à FABASB; e
- e) À ética profissional.

II – Aprovar, previamente ao início das atividades de estágio, a realização do mesmo, obrigatório ou não obrigatório, por meio do deferimento do Plano de Atividades e assinatura do Termo de Compromisso;

III – Supervisionar, receber, emitir e encaminhar a documentação dos processos de estágios à Secretaria Acadêmica e às coordenações acadêmica e pedagógica;

IV – Convocar os estudantes, sempre que houver necessidade, a fim de esclarecer ou solucionar problemas atinentes ao estágio;

V – Esclarecer professores orientadores, estudantes e supervisores de estágio quanto à necessidade de apresentação do Plano de Atividades e do Relatório de

Atividades de Estágio;

VI – Organizar e manter atualizado, permanentemente, o cadastro das atividades de estágios referente ao seu curso;

VII – Avaliar o relatório final de estágio e o parecer final do orientador, estabelecendo sua aprovação ou reprovação;

VIII – Realizar a avaliação final de cada estágio;

IX – Manter comunicação com a Secretaria Acadêmica e com as Coordenações Acadêmicas e Pedagógicas para encaminhamento dos procedimentos relativos ao estágio;

X – Encaminhar uma via do relatório de atividades de estágio para a Secretaria Acadêmica, após a assinatura do professor orientador e do supervisor de estágio; e

XI – Apresentar no relatório anual de suas atividades como coordenador, as ações de estágio às coordenações acadêmicas e pedagógicas.

Parágrafo único. Os relatórios de atividades de estágio deverão ficar à disposição por dois anos na coordenação de curso.

CAPÍTULO V

DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 27º- Pode ser professor orientador de estágio ou professor de carreira do magistério superior da FABASB.

Art. 28º- São atribuições do professor orientador de estágio:

I – Orientar o estudante, juntamente com o supervisor da parte concedente, na elaboração do Plano de Atividades e acompanhar sua execução;

II – Aprovar previamente a realização do estágio, obrigatório ou não obrigatório, por meio do deferimento do Plano de Atividades;

III – Manter contatos com o supervisor de estágio da parte concedente e com o coordenador de estágios do curso para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário;

IV – Acompanhar, receber e avaliar os relatórios de atividades de estágio, apresentando sugestões que contribuam para o aprimoramento do estudante e dando o direcionamento que as normas complementares de estágio do curso definirem; e

V – Elaborar e encaminhar à coordenação de curso um parecer sobre o relatório final de estágio, indicando sua aprovação ou reprovação.

CAPÍTULO VI

DO ESTUDANTE

Art. 29º- São condições para que o estudante possa realizar o estágio:

I – Estar regularmente matriculado e frequente em curso de graduação da FABASB;

II – Atender à legislação vigente, estas diretrizes e às normas complementares de estágio do curso de graduação ao qual está vinculado; e

III – Observar os procedimentos relativos à sua formalização, especialmente as assinaturas do Plano de Atividade e do Termo de Compromisso.

Parágrafo único. Conforme disposto no art. 7º, para formalização e início da atividade de estágio, obrigatório ou não obrigatório, o estudante deverá estar devidamente matriculado em um dos cursos da FABASB, com a documentação atualizada e sem pendências.

Art. 30º- São obrigações do estudante:

I – Escolher o local do estágio;

II – Participar das atividades de orientação do estágio;

III – Observar sempre os regulamentos da parte concedente;

IV – Redigir, juntamente com o supervisor de estágio, seu plano de atividades;

V – Após deferimento do Plano de Atividades, entregar uma das vias ao coordenador curso e outra à parte concedente, fazendo o mesmo com o Termo de Compromisso assinado por todas as partes e guardando uma cópia para si;

VI – Desenvolver o trabalho previsto no Plano de Atividades, conforme o cronograma estabelecido;

VII – Enviar, em tempo hábil, os documentos solicitados pela parte concedente;

VIII – Zelar pelo nome da parte concedente e da FABASB;

IX – Manter um clima harmonioso com a equipe de trabalho no âmbito da parte concedente e da FABASB;

X – Quando necessário ou quando solicitado, dirigir-se ao seu professor orientador de estágio, mantendo sempre uma conduta condizente com sua formação profissional;

XI – Elaborar periodicamente, em prazo não superior a seis meses, os relatórios de atividades de estágio;

XII – Encaminhar duas vias do relatório parcial de atividades de estágio para o coordenador de curso, após a assinatura do professor orientador e do supervisor de estágio; e

XIII – Entregar ao coordenador de curso um relatório final de atividades de estágio, apresentando sugestões que contribuam para o aprimoramento das atividades formativas e atendendo, ainda, às normas complementares do curso.

Art. 31º- O estudante deverá informar, de imediato e por escrito, à parte concedente e ao coordenador de curso, qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele a sua matrícula na FABASB, ficando ele responsável por quaisquer despesas causadas pela ausência dessa informação.

CAPÍTULO VII

DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

Art. 32º- Constituem atribuições do supervisor do estágio na parte concedente:

I – Auxiliar o estudante na elaboração do Plano de Atividades e acompanhar sua execução;

II – Manter contato com o coordenador de curso e com o professor orientador de estágio;

III – Oferecer ao estudante a oportunidade de vivenciar situações de aprendizagem que permitam uma visão real da profissão;

IV – Avaliar o desempenho do estagiário durante execução das atividades, apresentando relatório avaliativo à FABASB, quando solicitado; e

V – Observar a legislação e os regulamentos da FABASB relativos a estágios.

§ 1º- No caso de a própria FABASB ser a parte concedente, o supervisor de estágio pode acumular a atribuição de orientador de estágio, caso seja docente da FABASB.

§ 2º- Caso a FABASB seja parte concedente e ocorra pagamento indevido por causa da negligência do supervisor de estágio, este estará sujeito a sanções administrativas, conforme o Regimento Geral da FABASB.

TÍTULO III

DURAÇÃO E JORNADA DO ESTÁGIO

CAPÍTULO I JORNADA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 33º- A jornada de atividades de estágio deverá ser definida em comum acordo entre a coordenação de curso, a parte concedente e o estudante, sendo compatível com as atividades acadêmicas e respeitando o limite de 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º- Quando o estudante estiver matriculado somente no componente curricular de estágio, a jornada de estágio poderá ter até 30 (quarenta) horas semanais.

§ 2º- Se a FABASB adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio poderá ser reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 34º- O horário de realização do estágio deve ser estabelecido em acordo com as conveniências mútuas, ressalvadas as limitações previstas nas normas complementares de estágio do curso.

CAPÍTULO II

DURAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 35º- A duração do estágio não poderá exceder dois anos na mesma parte concedente, exceto quando se tratar de estudante com deficiência.

TÍTULO IV

BENEFÍCIOS DO ESTUDANTE

Art. 36º- O estudante poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio transporte de caráter parcial, na hipótese de estágio não obrigatório.

Parágrafo único. É vedado qualquer desconto não autorizado pelo estagiário.

Art. 37º- Sempre que o estágio tiver duração igual ou superior a um ano, é assegurado ao estudante um período de recesso de 30 a trinta dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º- O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estudante receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º- Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, no caso de o estágio ter duração inferior a um ano.

TÍTULO V

ESTÁGIOS NO ÂMBITO DA FABASB

Art. 38º- Quando o estágio for realizado no âmbito da FABASB, sendo o estagiário oriundo da própria Instituição ou de outras congêneres conveniadas, aplicar-se-ão todas as disposições anteriores.

§ 1º- A FABASB poderá receber estudantes oriundos de outras instituições públicas ou privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), para a realização de estágio obrigatório, caso haja vagas remanescentes após o atendimento da demanda interna.

§ 2º- Em obediência à legislação vigente, quando o estágio for realizado na modalidade não obrigatória e no âmbito dos serviços administrativos da FABASB, será remunerado, com pagamento de bolsa, de auxílio-transporte e de seguro de acidentes pessoais pela FABASB.

Art. 39º- A seleção de estudantes para realização de estágio no âmbito da FABASB será feita por meio de processo seletivo, com aplicação de prova objetiva ou de prova objetiva e dissertativa, com fim de avaliar conhecimentos específicos relativos às atividades a que se destina o estágio.

TÍTULO VI

ESTÁGIOS EM MOBILIDADE

Art. 40º- A responsabilidade pelos estágios realizados em outros países será compartilhada entre as coordenações de curso, as coordenações acadêmica e pedagógica e a

Diretoria Geral, sendo efetivados por meio desses setores, respeitando-se os acordos internacionais e as normas complementares de estágio de cada curso.

§ 1º- Cópia da documentação relativa ao estágio no exterior deverá permanecer na coordenação de curso, para fins de registro e acompanhamento, no que couber.

§ 2º- Ressalvadas as peculiaridades do estágio no exterior, ao mesmo se aplicam as regras contidas nesta Resolução, no que couber.

Art. 41º- Para os estágios realizados por meio de acordos nacionais e internacionais de Mobilidade Acadêmica, o Colegiado de Curso avaliará seu aproveitamento como estágio obrigatório, de acordo com as determinações das normas complementares de estágio do curso.

Parágrafo único. Para o aproveitamento de estágio devem-se considerar os termos do acordo de Mobilidade, as normas complementares de estágio do curso e as exigências desta Resolução.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42º- A falta de atendimento por parte do concedente a qualquer dispositivo normativo pertinente ao estágio, ou sua desvirtuação, torna nulo o Termo de Compromisso firmado, ficando a FABASB isenta de responsabilidade de qualquer natureza, seja trabalhista, previdenciária, civil ou tributária.

Art. 43º- Esta regulamentação só poderá ser modificada mediante propostas apresentadas pelos Colegiados de Curso, que as encaminharão para as coordenações acadêmica e pedagógica da FABASB para análise e apreciação.

Art. 44º- Os casos omissos referentes a estas Normas serão apreciados pelas coordenações acadêmica e pedagógica, e encaminhados posteriormente à Direção Geral para apreciação.

Art. 45º- Os Colegiados de Cursos terão até 180 dias, contados a partir da data de aprovação destas Normas Gerais de Estágio de Graduação, para adequação das suas normas complementares de estágio.

ANEXO 3-REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1o- São entendidas como Atividades Complementares ao Currículo:

- a) a participação em congressos, seminários, encontros científicos e profissionais;
- b) palestras, cursos, minicursos e oficinas;
- c) monitorias;
- d) estágios extracurriculares;
- e) atividades de extensão;
- f) atividades de representação estudantil;
- g) participação orientada em pesquisas conduzidas por docentes realizadas na FABASB ou em outras instituições acadêmicas, órgãos, programas ou serviços de natureza educacional ou de intervenção social;
- h) Acompanhamento de defesa pública de monografias, dissertações e teses;
- i) Publicação de artigo em revistas da área relativa ao curso em que o/a estudante está matriculado(a);
- j) Publicação de resumos em anais de eventos científicos;
- k) Apresentação de trabalhos em congressos, seminários e encontros de Iniciação Científica;
- l) Participação na organização e execução de eventos acadêmicos;
- m) Participação na organização e execução de eventos culturais;
- n) Participação em grupos de estudos sob a coordenação de professor da FABASB.

Parágrafo 1o- A participação orientada em pesquisas conduzidas por docentes, bem como as atividades constantes dos itens “b”, “c”, “d” e “e” serão validadas desde que não tenham sido objeto de Estágio Curricular, Aproveitamento de Estudos ou carga horária de outras atividades Curriculares previstas na Grade Curricular do curso ao qual o/a estudante estiver vinculado(a).

Art. 2o- Para a obtenção do título de graduado no curso ao qual o/s estudante estiver vinculado(a), os/as discentes devem cumprir carga horária prevista no Projeto Pedagógico de Curso – PPC.

Art. 3o- O discente deve cumprir a carga horária em pelo menos 04 (quatro) das categorias apresentadas no artigo 1o.

Art. 4o- O discente deve solicitar o aproveitamento da carga horária mediante preenchimento e apresentação de formulário (ver Anexo II) devidamente comprovado.

Parágrafo 1o- Para a comprovação das atividades, o discente deve apresentar cópia do certificado acompanhada do original para conferência.

Art. 5o- As atividades realizadas têm a equivalência de Carga Horária, bem como a pontuação máxima permitida para cada categoria, estabelecida previamente em tabela em Anexo

Art. 6o- Será atribuição da Coordenação de Curso realizar a análise da integralização da carga horária de ACC requisitada pelos estudantes. No processo de análise, deve-se:

a) Validar e registrar as Atividades Complementares Curriculares realizadas pelos estudantes, conforme critérios contidos no Anexo I;

b) Avaliar e propor ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a regulamentação de atividades não previstas neste Regulamento;

c) Contabilizar, ao final de cada semestre, as horas das Atividades Complementares Curriculares realizadas pelos estudantes, para fins de registro acadêmico;

d) Julgar e emitir parecer sobre a pertinência dos pedidos de convalidação de horas de Atividades Complementares Curriculares não constantes neste regulamento.

Art. 7o- Para integralização da carga horária das Atividades Curriculares Complementares (ACC), será gerado um custo a ser adicionado na taxa de matrícula e devidamente comunicado ao

ANEXO 4- REGULAMENTO PARA PRODUÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

Regulamento Geral

CAPÍTULO I

DA NATUREZA DO TC

Art. 1o- O Trabalho de Curso (TC) é um componente obrigatório da estrutura curricular dos Cursos de Graduação da Faculdade Baiana do Senhor do Bonfim – FABASB a ser cumprido pelo discente, visando a elaboração de um trabalho científico.

Art. 2o- O tema do TC será determinado em conjunto pelo estudante e por seu/sua orientador(a) levando em conta as competências e habilidades requisitadas pelo curso de graduação ao qual o/a estudante está vinculado(a), tais como especificadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos.

Art. 3o- O TC é um texto científico que apresenta os resultados de uma investigação, não necessariamente inédita, e deve, obrigatoriamente, ser elaborado de acordo com as seguintes categorias:

I. Pesquisa básica: consiste em estudo, geralmente com delineamento experimental ou quase experimental, que busca esclarecer questões referentes a objetos de estudo relativos ao curso de graduação.

II. Pesquisa aplicada: trabalho de pesquisa em que são investigadas intervenções realizadas nas diversas áreas, campos de estudo e de interfaces com os cursos de graduação. Difere de prestação de serviços em função da coleta sistemática de dados e da necessidade de cumprimento das etapas de uma pesquisa. Neste sentido, difere de relato de experiência pelo fato de que no caso da pesquisa aplicada o estudo será realizado tendo por base um problema de pesquisa, uma hipótese ou intenção de pesquisa a ser considerada e objetivos claros de pesquisa.

III. Pesquisa documental ou bibliográfica: consiste em um levantamento de literatura em que é determinado e descrito o estado da arte de alguma área da pesquisa. Não confundir com levantamento bibliográfico, porque a pesquisa proposta aqui considera que os dados sobre os quais o pesquisador percorrerá serão os documentos ou os conceitos/pressupostos dos autores que estão sendo confrontados e analisados. Pode também ser realizada através do levantamento, categorização e análise sistemática de documentos específicos que possam lançar luz sobre questões de interesse do curso ao qual o/a estudante estiver vinculado(a).

IV. Relato de experiência: consiste em relato de experiência prática de interesse e relevância para os diferentes campos de atuação, que contribuam para a melhoria das

práticas profissionais da área de formação. Poderá ser produzido a partir de qualquer experiência prática vivida pelo aluno ao longo do curso de graduação. O relato de experiência deve ser uma produção científica sobre uma experiência prática, respeitando-se os parâmetros de um texto científico. Neste sentido, deverão ser expostas a fundamentação teórica que norteia a prática descrita, a metodologia de intervenção utilizada, assim como avaliados, dentre outros, os efeitos ou efetividade de procedimentos e técnicas característicos da área na prevenção e intervenção de problemas diversos.

Art. 40- O desenvolvimento da atividade de TC tem os seguintes objetivos:

I. Produzir uma atividade acadêmica de final de curso utilizando conhecimentos científicos adquiridos ao longo da graduação.

II. Preparar o discente para o planejamento e execução de um texto científico tal como caracterizado no artigo 2º da presente resolução.

Art. 50- O TC deverá ser elaborado individualmente ou em dupla e ao longo das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Curso II, nas quais os discentes deverão estar regularmente matriculados.

Art. 60- A conclusão do TC será formalizada após defesa e aprovação do trabalho por uma banca examinadora.

CAPÍTULO II

DO/DA ORIENTADOR(A)

Art. 70- O TC deverá ser orientado por um(a) professor(a) do quadro da FABASB, com título de Especialista, Mestre ou Doutor.

§ 1º- Caso o/a orientador(a) não seja um(a) professor(a) efetivo(a) da FABASB, recomenda-se que o TC seja co-orientado por um(a) docente da FABASB com título de Especialista,

Mestre ou Doutor.

§ 2º- Cada professor(a) poderá orientar no máximo 4 (quatro) Trabalhos de Curso a cada semestre. A Coordenação de Curso deverá coordenar o processo de oferta de vagas. Cada docente deverá ofertar ao menos 1 (uma) vaga de TC por semestre.

Art. 80 Uma vez que a orientação é considerada atividade de ensino, serão atribuídas ao/a professor(a) orientador(a) carga horária de acordo com as normas de graduação da FABASB.

CAPÍTULO III

DA REDAÇÃO DO TC I E TC II

Art. 90- O TC I constitui-se de um projeto de pesquisa a ser elaborado, contemplando os itens propostos no Anexo I.

Art. 10o- O TC II caracteriza-se como um relato de pesquisa descrito sob a forma de artigo científico, elaborado de acordo com as normas editoriais da biblioteca da FABASB.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DE DOCENTES E DISCENTES

Art. 11o- São atribuições do professor da disciplina de TC I:

I. Divulgar para os discentes a relação dos professores do Colegiado e suas respectivas áreas de atuação, assim como o número de vagas disponíveis para orientação;

II. Realizar o levantamento da demanda dos discentes e a disponibilidade dos professores orientadores;

III. Divulgar no primeiro dia de aula o Plano de Ensino da disciplina, e o cronograma de aulas e atividades;

IV. Estabelecer e divulgar, com antecedência, os prazos para entrega do Termo de Aceite do(a) orientador(a) e do(a) co-orientador(a), quando houver (Anexo II) e da Ficha de Avaliação de Projeto de TC pelo(a) orientador(a) (Anexos III e IV);

V. Encaminhar à Coordenação do Colegiado a relação de Trabalhos de Conclusão de Curso do semestre, contendo nome dos discentes e respectivos orientadores, até o final do primeiro mês das aulas;

VI. Estabelecer prazos para entrega das atividades da disciplina, respeitando os prazos definidos no Calendário Acadêmico da FABASB;

VII. Emitir certificados de orientação para os professores orientadores e coorientadores de TC (Anexo V e VI);

VIII. Atribuir nota para os estudantes a partir de sua participação nas atividades de sala de aula e cumprimento do programa da disciplina;

IX. Realizar o registro de faltas e notas dos discentes no sistema de registro e controle acadêmico da universidade.

Art. 12o- São atribuições do(a) professor(a) da disciplina de TC II:

I. Definir e divulgar o período das defesas dos trabalhos, em consonância com o Calendário Acadêmico da FABASB;

II. Estabelecer e divulgar os prazos para entrega do Termo de Aceite de Orientação (Anexo

II), Fichas de Avaliação de TC II (Anexo VII) e das Atas de Defesa (Anexo VIII);

III. Encaminhar à Coordenação do Colegiado a relação de Trabalhos de Conclusão de Curso, com os nomes dos discentes e seus orientadores, até o final do primeiro mês de aulas;

IV. Agendar salas e equipamentos audiovisuais necessários à realização das defesas de TC;

V. Emitir declaração de orientação para os professores orientadores e coorientadores de TC II (Anexos V e VI);

VI. Atribuir nota para os estudantes a partir de sua participação nas atividades de sala de aula e cumprimento do programa da disciplina;

VII. Encaminhar o CD contendo uma cópia do TC aprovado e corrigido à coordenação do curso.

VIII. Encaminhar à coordenação de curso as Atas e Fichas de Avaliação.

Art. 13o- São atribuições dos estudantes das disciplinas de TC I e TC II:

I. Procurar um(a) professor(a) para orientar a execução de seu trabalho, considerando a oferta de vagas disponíveis entre os docentes;

II. Entregar ao/à professor(a) das disciplinas de TC I e II o Termo de Aceite de Orientação (Anexo II) devidamente assinado pelo orientador e coorientador (quando houver);

III. Respeitar o cronograma estabelecido para as disciplinas de TC I e TC II, bem como o cronograma de trabalho proposto pelo/pela orientador(a);

IV. Comparecer às reuniões de orientação previamente agendadas pelo orientador;

V. Desenvolver o TC de acordo com as orientações recebidas pelo/pela professor(a)-orientador(a);

VI. Elaborar o projeto de TC I considerando os elementos presentes no Anexo I;

VII. Comunicar ao/à professor(a) da disciplina de TC I, em tempo hábil, problemas referentes ao desenvolvimento do trabalho e seu interesse em mudar de orientador(a), após comum acordo entre as partes;

VIII. Respeitar os princípios éticos e prerrogativas legais das pesquisas envolvendo seres humanos e não humanos, quando aplicável;

IX. Entregar ao professor da disciplina de TC II a Ficha de Entrega de Trabalho de Curso (Anexo IX), devidamente assinada pelo/pela orientador(a), no prazo de 15 dias anteriores à defesa;

X. Encaminhar uma cópia do TC aos membros da banca avaliadora de TC II com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência à data estipulada para a defesa;

XI. Realizar a defesa do TC em sessão pública e diante de uma banca examinadora, composta por profissionais com experiência comprovada na área do objeto da pesquisa;

XII. Corrigir o TC de acordo com as determinações da banca examinadora no prazo de até sete dias após a defesa;

XIII. Entregar ao/à professor(a) orientador(a) o TC corrigido, juntamente com uma cópia da versão final do trabalho em CD, em modo protegido.

Art. 14o- São atribuições dos professores orientadores de TC:

- I. Informar ao professor da disciplina de TC I a sua área de atuação e disponibilidade de orientação para o semestre, assim como o número de vagas disponíveis para orientação;
- II. Fornecer aos seus orientandos o Termo de Aceite de Orientação e coorientação (Anexo II);
- III. Definir o cronograma de trabalho com os estudantes;
- IV. Auxiliar o estudante na escolha do tema, na elaboração do projeto de TC, no desenvolvimento da metodologia, na redação do trabalho, fornecendo subsídios para a execução do trabalho;
- V. Encaminhar a Ficha de Avaliação de Projeto de TC I (Anexo IV) ao professor da disciplina de TCC I;
- VI. Responsabilizar-se pela submissão dos projetos de TC a Comitê de Ética, quando se tratar de pesquisa envolvendo animais ou seres humanos, bem como acompanhar os encaminhamentos relacionados às decisões desse Comitê, quando aplicável;
- VII. A qualquer tempo, comunicar por escrito ao professor da disciplina de TC I a desistência de orientação do/a discente; ou a transferência do/a discente para outro/a professor(a) orientador(a);
- VIII. Registrar a frequência individual dos/das estudantes nas orientações por ele agendadas
(ver Anexo X);
- IX. Presidir e participar, na condição de membro efetivo, da banca de avaliação do CC II;
- X. Entregar ao/à professor(a) da disciplina de TCC II a Ata de Defesa de TC (Anexo VIII) e as Fichas de Avaliação (Anexo VII);
- XI. Verificar se as correções do trabalho foram realizadas, de acordo com as recomendações da banca examinadora.

CAPÍTULO V

DAS BANCAS EXAMINADORAS

Art. 15o- A banca examinadora de TC será constituída pelo/a orientador(a) (presidente da sessão) e por mais dois membros, com títulos de especialista, ou superior a esse, e qualificados na área de estudo do trabalho.

§ 1o- Todas as bancas examinadoras deverão contar com pelo menos um docente do Colegiado de Curso da FABASB, considerando o curso de origem do(a) estudante.

§2o- A escolha dos membros da banca pertence, exclusivamente, ao/à orientador(a), que poderá, caso deseje, acolher as sugestões do/a coorientador(a) e do/a estudante.

§3o Na hipótese de existência do/a coorientador(a), este/a não fará parte da banca examinadora do TC.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Art. 16o- O desempenho dos/as estudantes de TC I será avaliado pelo/a professor(a) da disciplina e pelo/a orientador(a).

Parágrafo único. Caso o TC seja realizado em dupla, cada discente terá seu desempenho avaliado individualmente.

Art. 17o- A avaliação do/a professor(a) responsável pela disciplina TC I será feita de acordo com a participação do/a discente nas atividades da disciplina, com a apresentação do projeto de TC em sala de aula e entrega da ficha de avaliação do projeto de pesquisa, preenchida e assinada pelo/a orientador(a) ao final do semestre (anexo IV).

Art. 18o- As avaliações do/a orientador(a) serão feitas de acordo com a frequência do/a discente às orientações, cumprimento das atividades planejadas e qualidade do projeto de TC.

Parágrafo único. A avaliação do projeto de TC será feita conforme os critérios estabelecidos no Anexo IV.

Art. 19o A nota da disciplina de TC I será composta a partir da média ponderada das notas atribuídas pelo/a professor(a) da disciplina e pelo/a orientador(a) (peso 7), sendo expressa em uma escala de zero a dez pontos.

Art. 20o- As fichas de avaliação deverão ser entregues pelo/a orientador(a) no prazo de até uma semana antes do encerramento da disciplina.

Parágrafo único. Caso as fichas de avaliação não sejam entregues dentro do prazo estabelecido, será computada apenas a avaliação do/a professor(a) da disciplina de TC, até que a ficha seja entregue.

Art. 21o- O/A discente que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) na disciplina de TCC

I será considerado APROVADO POR MÉDIA.

Art. 22o- O/A discente que obtiver média entre 4,0 (quatro) e 6,9 (seis pontos e nove décimos) na disciplina de TC I deverá reformular o projeto e entregá-lo ao/a professor(a) orientador(a), dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico para os exames finais.

§1o- A avaliação final respeitará os mesmos parâmetros estabelecidos para o projeto de pesquisa, conforme Anexo IV.

§2o- Caso a média final seja igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos, o estudante será considerado APROVADO.

Art. 23o- O/A discente que obtiver média inferior a 4,0 (quatro) será considerado REPROVADO.

DA AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA TRABALHO DE CURSO II

Art. 24o- O desempenho do/a discente na disciplina TC II será avaliado pelo/a professor(a) da disciplina, pelo/a orientador(a), e pela banca examinadora, sendo a avaliação do/a orientador(a) no âmbito da banca examinadora, da qual participará.

Parágrafo único. Caso o TC seja realizado em dupla, cada discente poderá ter seu desempenho avaliado individualmente pelos/as professores(as) envolvidos(as) no processo de avaliação.

Art. 25o- A avaliação do/a professor(a) responsável pela disciplina de TC II será feita de acordo com a participação do/a discente nas atividades da disciplina e com a apresentação do trabalho nos moldes da apresentação a ser realizada para a banca examinadora.

Art. 26o- A nota da disciplina de TC II será composta pela média ponderada das notas atribuídas pelo/a professor(a) da disciplina e pela banca examinadora, sendo expressa em uma escala de zero a dez pontos.

§1o- Cada membro da banca examinadora realizará a avaliação de acordo com a Ficha de avaliação de TCC II (Anexo VII), a ser entregue ao/à professor(a) responsável pela disciplina de TCC II, e atribuir uma nota em uma escala de zero a dez.

§2o- A nota da banca examinadora será o resultado da média aritmética das notas atribuídas por cada um dos membros.

Art. 27o- As fichas de avaliação dos membros da banca examinadora, assim como a ata de realização da defesa do TCC deverão ser entregues pelo/a orientador(a) no prazo definido pelo/a professor(a) responsável pela disciplina.

Parágrafo único. A não entrega das fichas de avaliação pelo/a orientador(a) dentro do prazo estabelecido pelo/a professor(a) responsável pela disciplina implicará na atribuição da nota zero ao trabalho do/a discente.

Art. 28o- O/A discente que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete) será considerado APROVADO POR MÉDIA.

Art. 29o- O/A discente que obtiver média entre 4,0 (quatro) e 6,9 (seis pontos e nove décimos) deverá reformular o trabalho escrito e apresentá-lo ao/à orientador(a) dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico para os exames finais.

Parágrafo único. A avaliação final respeitará os mesmos parâmetros estabelecidos para o texto escrito e será realizada pelo/a orientador(a).

Art. 30o- O estudante que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco) na avaliação final será considerado APROVADO.

Art. 31o- Em quaisquer circunstâncias será considerado REPROVADO o/a estudante que não comparecer a 75% das aulas e das orientações ou que obtiver média inferior a 4,0 (quatro).

Art. 32o- Às disciplinas de TC I e TC II não são possibilitadas solicitações de dispensa;

CAPÍTULO VIII

DA DEFESA PERANTE A BANCA EXAMINADORA

Art. 33o- A defesa do TC perante uma banca examinadora e em sessão pública é componente obrigatório para aprovação na disciplina de TC II.

Art. 34o- A apresentação oral pelos(as) estudante(s) será de, no máximo, 20 (vinte) minutos.

A apresentação será composta de uma exposição oral sintética da fundamentação teórica, método, resultados e discussão do trabalho.

Parágrafo único. Poderão ser empregados recursos audiovisuais durante a apresentação oral.

Art. 35o- Cada membro da banca examinadora disporá, ao término da apresentação do(s) discente(s), de até 10 (dez) minutos para arguições, sugestões ou comentários que julgar necessários.

Art. 36o- O estudante terá até 10 (dez) minutos para responder aos questionamentos de cada avaliador(a).

Parágrafo único. Caberá ao/à presidente da banca, ouvidos os demais membros, a decisão de permitir ou não a participação da plateia ao final da defesa, desde que não exceda o tempo de sessenta minutos previstos para apresentação, arguições da banca e respostas à arguição.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37o- A mudança de orientador(a) poderá ocorrer nos seguintes casos:

I. Cancelamento ou reprovação de TC I;

II. Em TC II quando solicitada pelo/a aluno(a) ou professor(a), mediante justificativa ao professor(a) da disciplina e aceite do/a novo/a orientador(a) considerando o prazo estabelecido no Art. 11o, III.

Parágrafo único. Mudança de orientador(a) não implica alterações nos critérios de avaliação para TC II.

Art. 38o- Essa normativa passa a vigorar na data de sua aprovação e revoga demais dispositivos em contrário.

Art. 39o- Os casos omissos serão resolvidos pelos Colegiados Acadêmicos de Curso, com relatoria à Coordenação Acadêmica da FABASB.

ANEXO 5-REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Trata da estrutura e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim – FABASB.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a estrutura e operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim – FABASB.

Art. 2º. O Núcleo de Prática Jurídica – NPJ é o órgão suplementar da instituição, sem fins lucrativos, responsável pela organização, aplicação, acompanhamento das práticas simuladas e avaliação do estágio supervisionado.

§ 1º As práticas simuladas e o Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Direito da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim – FABASB possui carga horária total de 560 (quinhentos sessenta) horas, sendo 240 (duzentas e quarenta) horas de prática simuladas e 320 (trezentos e vinte) horas de estágio curricular obrigatório, que serão ministradas durante o 7º, 8º, 9º e 10º semestre no Núcleo de Prática Jurídica, na sede da FABASB ou em local previamente designado para este fim.

§ 2º. As práticas simuladas deverão cumprir 240 horas de práticas sendo assim dividida: Prática Jurídica Simulada I – Letramento Digital – 40 quarenta (horas) no 3º, Prática Jurídica Simulada II – Apoio e Atuação em Escritórios e Empresas Públicas – 40 quarenta (horas) no 4º, Prática Jurídica Simulada III – Aplicação Prática Forense 1 – 40 quarenta (horas) no 5º, Prática Jurídica Simulada IV – Aplicação Prática Forense 2 – 40 quarenta (horas) no 6º, Prática Jurídica Simulada V – Formas Consensuais de Conflitos – 40 quarenta (horas) no 7º, e Prática Jurídica Simulada VI – Práticas Tribunal do Júri – 40 quarenta (horas) no 8ºSemestre.

§ 3º. No NPJ as práticas simuladas e os estagiários, estão sob a supervisão de um coordenador, os alunos praticam atividades simuladas e vivenciam a prática real, cabendo aos professores orientadores, com carga-horária docente destinada para esse fim, a orientação e o acompanhamento do aluno estagiário.

§4º. No NPJ, os estagiários realizam o estágio curricular obrigatório e prestam assistência jurídica gratuita à população economicamente hipossuficiente na cidade de Senhor do Bonfim/BA.

§5º. O NPJ atenderá à população hipossuficiente, sendo individualmente considerados juridicamente necessitados aqueles que tiveram como renda mensal o valor máximo de 02 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 5º LXXIV da Constituição Federal, mediante triagem constatada em documento próprio.

Art. 3º. São objetivos do NPJ:

§1º. O objetivo geral do NPJ é desenvolver atividades essencialmente práticas, possibilitando ao acadêmico a vivência de situações reais e simuladas, inerentes ao exercício de diversas profissões jurídicas e, promover a interação teórico- prática do conteúdo ministrado em sala de aula.

§2º. São objetivos específicos do NPJ:

I - Capacitar o acadêmico para o exercício das diversas profissões jurídicas;

II - Oferecer o serviço de assistência judiciária gratuita à população hipossuficiente, desenvolvendo, assim, sua função social aliada à atuação educacional, bem como despertar a sensibilidade dos acadêmicos para a relevância da prestação de serviços que a atividade tem voltados para a pacificação dos conflitos e o bem estar da sociedade.

III – Promover junto ao corpo docente, em especial, os professores das disciplinas profissionalizantes, atividades que possam fortalecer o entendimento do acadêmico no tocante à necessidade de embasamento teórico para a solução das questões práticas, reais ou simuladas que lhes são apresentadas.

Parágrafo único: para cumprimento dos objetivos do NPJ, a Coordenação do Curso pode firmar convênios e termos de parceria com órgãos públicos, bem como estabelecer

projetos comunitários multidisciplinares.

Art. 4º - O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faculdade Baiana de Senhor do Bonfim – FABASB rege-se pelos princípios da:

I - Excelência no atendimento jurídico à população;

II – Garantia de Acesso à Justiça;

III - Ética profissional;

IV - Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania;

V - Interdisciplinaridade;

VI - Articulação entre pesquisa, ensino e extensão, possibilitando ao acadêmico de direito o exercício da prática da profissão;

VII - Plena busca do aprendizado

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 5º. O NPJ possui a seguinte estrutura:

- I. Coordenador do NPJ;
- II. Advogado;
- III. Acadêmicos estagiários;
- IV. Secretaria.

SEÇÃO I DO COORDENADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Art. 6º. Compete ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica:

- I. Supervisionar e dirigir técnica, acadêmica e administrativamente todas as atividades do NPJ;
- II. Representar o NPJ perante as entidades públicas e privadas, inclusive, perante a Ordem dos Advogados do Brasil;

- III. Acompanhar e avaliar a qualidade dos trabalhos realizados pelo NPJ e promover continuamente a qualidade do estágio;
- IV. Dirimir dúvidas e analisar os requerimentos dos acadêmicos, referentes às atividades do NPJ;
- V. Definir em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) da IES o Calendário Escolar do NPJ;
- VI. Apurar todas as ocorrências disciplinares acadêmicas ou administrativas, comunicando a Direção Geral da IES;
- VII. Recomendar a assinatura de convênios com Órgãos do Poder Público, sindicatos, associações de moradores e demais entidades, que atendem aos propósitos da prática jurídica, bem como indicar a participação em projetos promovidos ou apoiados pela OAB ou qualquer órgão representativo da classe;
- VIII. Indicar à Direção a admissão e o desligamento do Advogado;
- IX. Estabelecer e divulgar previamente o calendário para as atividades do NPJ;
- X. Elaborar o relatório de atividades do NPJ sempre que solicitado pela Direção da IES;
- XI. Resolver os casos omissos no âmbito do NPJ.

Parágrafo Único. O Coordenador do Curso de Direito poderá exercer a função de Coordenador do NPJ, concomitantemente às suas atividades, por determinação da Direção Geral da IES.

SEÇÃO II DO ADVOGADO

Art. 7º. Cabe ao Advogado prestar diretamente ao estagiário as orientações técnico-jurídica e pedagógica em suas áreas de atuação, bem como as instruções básicas ao desempenho das atividades práticas.

Art. 8º. São atribuições do Advogado:

- I. Implementar a programação das atividades atinentes ao Estágio Supervisionado;
- II. Acompanhar o estagiário nas visitas orientadas em órgãos judiciários ou outros

- de interesse para as atividades simuladas;
- III. Orientar acerca dos roteiros de audiências e sessões a serem presenciadas pelo estagiário;
 - IV. Distribuir aos estagiários casos ou questões simuladas para exame e desenvolvimento em ambiente interno, prestando as orientações coletivas e individuais necessárias;
 - V. Com base em situações simuladas ou casos concretos, orientar o estagiário na elaboração de peças processuais e profissionais;
 - VI. Orientar a análise e a elaboração de pareceres próprios da advocacia consultiva;
 - VII. Realizar a exegese da legislação, orientando a elaboração de textos legais;
 - VIII. Instruir acerca da implementação do processo simulado, a partir da apresentação de situações ou casos hipotéticos;
 - IX. Presidir e orientar as audiências e sessões nos processos simulados, com a participação do estagiário;
 - X. Desenvolver técnicas de negociações coletivas, arbitragem e conciliação;
 - XI. Orientar a análise de autos de processos findos;
 - XII. Controlar o cumprimento da carga horária e a frequência do estagiário;
 - XIII. Avaliar o desempenho do estagiário individualmente e/ou em grupo;
 - XIV. Acompanhar as publicações dos processos em andamento;
 - XV. Participar das audiências referentes aos processos em andamento;
 - XVI. Acompanhar todos os atendimentos da assistência judiciária;
 - XVII. Comunicar à coordenação de curso todas as ocorrências disciplinares, porventura, ocorridas no âmbito do NPJ.
 - XVIII. Desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.
 - XIX. Assinatura das peças processuais produzidas no NPJ.

SEÇÃO III

DOS ACADÊMICOS ESTAGIÁRIOS

Art. 9º. Compete aos acadêmicos estagiários:

- I. Comparecer, independentemente de sua carga horária, quando necessário, após convocação do coordenador do NPJ;
- II. Respeitar e fazer cumprir o presente Regulamento;
- III. Tratar as partes, colegas, Advogado e demais integrantes do NPJ com urbanidade e respeito;
- IV. Atuar com interesse, seriedade e dedicação, zelando pelo rigoroso e correto cumprimento dos prazos e atos processuais e pela integridade das peças e processos;
- V. Diligenciar, sob orientação, no sentido de obter a melhor solução para cada caso que lhe for designado;
- VI. Comparecer, pontualmente, às atividades designadas, cumprindo-as integralmente;
- VII. Entregar os relatórios, trabalhos e tarefas mensais e/ou bimestrais, impreterivelmente, conforme calendário fixado e divulgado pelo gestor do NPJ;
- VIII. Informar-se diretamente na Secretaria do NPJ sobre todas as atividades, tarefas, horários, prazos, avaliações, avisos e assuntos em geral, que serão afixados no mural e locais visíveis no ambiente do NPJ ou do campus;
- IX. Abster-se da prática de qualquer ato que importe em violação de qualquer norma legal ou regimental;
- X. Apresentar-se no NPJ com trajes compatíveis com o ambiente acadêmico e, em especial, respeitando as normalidades do fórum, sendo vedada a entrada e permanência do acadêmico com bermudas, shorts, chinelos, regatas, bonés ou outras vestimentas que estejam em desacordo com estas disposições.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA

Art. 10º. Compete à Secretaria do NPJ:

- I. Atender às solicitações do gestor do NPJ e Advogado e auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos;
- II. Organizar a documentação dos estagiários, arquivo, material, carga de pastas e documentos, bem como controlar o patrimônio que se encontrar sob a responsabilidade do NPJ;
- III. Efetuar o agendamento de prazos, de audiências e de atendimentos, digitação de documentos, expedição de correspondências necessárias ao funcionamento do NPJ, mediante solicitação do gestor ou do Advogado;
- IV. Executar o controle de frequência dos acadêmicos estagiários e Advogado, comunicando sempre ao gestor qualquer situação irregular ou inesperada;
- V. Atender à comunidade acadêmica com zelo, cordialidade e presteza.

CAPÍTULO III DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 11. O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. A carga horária máxima a ser integralizada deverá ser desenvolvida do 7º ao 10º semestre do Curso de Direito.

Art. 12. As atividades de estágios envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real.

Art. 13. As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, com apresentação de relatórios.

Parágrafo Único. Das visitas realizadas deverão ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação, conforme termo próprio.

Art. 14. A prática simulada abrange o exercício prático das atividades judiciais e extrajudiciais; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados.

Parágrafo Único. A pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos e o

treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

Art. 15. A prática real será desenvolvida na instituição com a orientação do Advogado.

Art. 16. São deveres dos Estagiários:

- I. Atender as partes na sede do Escritório Modelo, tratando-as com sobriedade, urbanidade e respeito;
- II. Observar as orientações e instruções que lhes forem ministradas, cumprindo diligentemente as tarefas de que forem incumbidos, sendo lhes vedado recusar
- III. Serviços próprios de suas funções;
- IV. Cumprir com pontualidade e assiduidade o horário a que se comprometerem;
- V. Zelar pela boa conservação das instalações, móveis, livros e demais objetos,
- VI. Evitando gastos desnecessários;
- VII. Acompanhar todos os processos que lhe forem confiados, comparecendo a todas as audiências, a repartições policiais, administrativas, juizados, tribunais e onde mais se fizer necessário, velando para que nenhum prazo seja descumprido;
- VIII. Apresentar relatório de suas atividades, informando minuciosamente o desenvolvimento das causas sob a sua responsabilidade;
- IX. Manter a ordem no recinto do Escritório Modelo, evitando discussões e atitudes prejudiciais ao desenvolvimento dos serviços;
- X. Não cobrar, aceitar ou receber dinheiro ou qualquer outro bem, de clientes, seja a que título for, ainda que sob pretexto de pagar impostos, taxas e outras despesas, devendo qualquer pagamento referente à causa ser feito diretamente pelo cliente, na repartição competente;
- XI. Não desviar clientes para escritórios particulares em que tenham interesse ou participação;
- XII. Fazer uso dos equipamentos e instalações do Núcleo de Prática Jurídica para os fins exclusivos deste último;
- XIII. Utilizar trajes condizentes com a relevância das atividades desempenhadas no
- XIV. Núcleo de Prática Jurídica. É proibido o uso de roupas decotadas e informais (short, bermuda, camisetas, vestidos e saias curtas, etc), não condizentes com a prática da advocacia e com as quais não seja permitido frequentar órgãos públicos.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO E DA APROVAÇÃO

Art. 17. É requisito para aprovação o cumprimento integral da carga horária das atividades de prática simulada e estágios.

Art. 18. São atividades que poderão ser realizadas pelo estagiário para cômputo da carga horária:

I - Cursos realizados aos sábados na instituição;

II - Cursos práticos oferecidos por outras Instituições (ex: OAB – 1ª e 2ª fases);

III - Peças e atividades desenvolvidas com os Advogados no NPJ;

IV- Audiências presenciais e/ou on-line;

V - Ações Sociais desenvolvidas pela instituição;

VI - Visitas técnicas a órgãos públicos, agendadas ou não pela instituição.

§1º. As tabelas com as respectivas cargas horárias que serão atribuídas a cada atividade realizada encontram-se no anexo do presente Regulamento.

§2º. A comprovação da participação do estagiário, como observador, em audiências/sessão/júri se faz por meio da entrega do relatório e da ata/acórdão de audiência.

§ 3º. Para o mesmo fim, o relatório elaborado pelo estagiário deverá ser acompanhado da ata da audiência em que conste o seu nome, ou caso não seja possível esse registro, deverá o relatório conter a assinatura e o carimbo do juiz ou servidor público competentes.

§4º. Em relação às audiências simuladas realizadas no NPJ, as horas serão validadas de acordo com a carga horária constante do anexo III deste regulamento, para aqueles estagiários que participarem da atividade.

§ 5º. Aos estagiários que participarem como ouvintes das audiências simuladas realizadas pelo NPJ, a carga horária será computada da forma que estiver no documento de divulgação do evento.

Art. 19. No NPJ não há avaliação (Etapa 1 e Etapa 2) e, conseqüentemente, não há prova substitutiva, 2ª. chamada e exame final.

Art. 20 - Documentos necessários para o final do estágio.

I - Termo de compromisso de Aprofundamento de Aprendizagem;

II - Ficha de Controle da Carga Horária e das Atividades Desenvolvidas;

III - Relatório final de estágio;

IV - Avaliação final do supervisor de estágio da faculdade

§ 1º - A data para entrega do relatório de estágio será determinada pelo supervisor de estágio, obedecendo o calendário escolar. Seu descumprimento poderá acarretar a reprovação do aluno na atividade de Estágio.

§ 2º - Após a data estabelecida, o(a) aluno(a) não terá nova oportunidade para entrega do relatório e será considerado REPROVADO(A).

Art. 21 - A reprovação do(a) aluno(a), por descumprimento do prazo ou por não o ter cumprido, implica na obrigatoriedade de re-matrícula do mesmo.

CAPÍTULO V DA DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO NO NPJ

Art. 22. O acadêmico que, comprovadamente, estagiar em órgão público ou em escritório particular deverá cumprir no NPJ somente a metade da carga horária.

§ 1º. Se a Faculdade já tiver convênio formalizado com o órgão/escritório, o estagiário deverá entregar na secretaria do NPJ somente uma declaração, contendo nela todas as informações do estágio, tais como: nome completo do estagiário, carga horária semanal do estágio, área de atuação e etc., bem como deverá estar carimbada e assinada pelo profissional responsável pelo acompanhamento direto das atividades desenvolvidas pelo acadêmico;

§ 2º. Caso não haja convênio, o acadêmico deverá enviar para o e-mail institucional da coordenação do curso, os seguintes dados: nome do órgão/escritório, nome do advogado responsável e número da OAB, endereço completo, telefone e e-mail para contato.

§ 3º. O contrato de parceria será enviado diretamente pelo coordenador do curso ao órgão/escritório, via e-mail;

§ 4º. O estagiário deverá trazer para o coordenador do curso 3 (três) vias impressas e

assinadas.

§ 5º. O estagiário deverá, ao final de cada semestre, apresentar na secretaria do NPJ uma declaração com a discriminação das atividades realizadas no período, que deverá estar carimbada e assinada pelo profissional responsável pelo acompanhamento direto das atividades desenvolvidas pelo acadêmico, como meio de comprovação de que permanece no estágio.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES DISCIPLINARES

Art. 23. São aplicáveis aos alunos estagiários as seguintes sanções:

- I. Advertência por escrita;
- II. Subtração de carga horária;
- III. Suspensão; e
- IV. Reprovação.

§ 1º - O aluno estagiário será advertido por escrito, para constar dos seus assentamentos sempre que for impontual, faltoso, desidioso ou demonstrar sinais de desinteresse nas suas atividades.

§ 2º - Não havendo prazo judicial em curso, será aplicada a penalidade de subtração de carga horária nos seguintes casos:

I – de uma hora, se deixar de acompanhar processo sob sua responsabilidade ou se deixar de cumprir os prazos acadêmicos previstos pelo gestor do NPJ.

II – de duas horas, se:

- a) Deixar de elaborar minuta de petição necessária ao impulsionamento processual;
- b) Extraviar ou deixar de entregar peças nos protocolos judiciais ou cartoriais;
- c) Deixar de comparecer às audiências a que for designado;
- d) Reincidir na hipótese do parágrafo primeiro;

III – de cinco a dez horas, se praticar atos de indisciplina, faltar com respeito ou com a urbanidade.

§ 3º - Será suspenso, sem contagem de carga horária nesse período:

- a) Por 15 (quinze) dias, se reincidir nos casos de parágrafo anterior;
- b) Por 30 (trinta) dias quando der causa ao extravio de pasta, petição ou documento;
- c) Por 60 (sessenta) dias nas hipóteses do parágrafo anterior, quando houver prazo judicial em curso.

§ 4º. Será suspenso das atividades por um semestre, nas seguintes hipóteses:

- a) Patrocínio particular de interesse das partes que procurem o NPJ;
- b) Solicitação, a qualquer título, de quantias, valores, bens ou vantagens em razão de sua atribuição de estagiário no âmbito do NPJ;
- c) Captação de clientela do NPJ para si ou para outrem;
- d) Prática de qualquer conduta tipificada na lei penal como crime ou contravenção.

§ 5º. As sanções de advertência e subtração de carga horária serão aplicadas pelo gestor do NPJ, após recebimento do Advogado relatório sucinto que justifique a sanção, mediante oportunidade de contraditório.

§ 6º. As penalidades de suspensão e reprovação serão aplicadas pelo gestor do NPJ em conjunto com a Direção Geral da IES, mediante oportunidade de contraditório.

CAPÍTULO VII PASTAS E DOCUMENTOS DOS(AS) CLIENTES

Art. 24 O(A) aluno(a) não poderá receber documentos originais dos(as) clientes. O(A) aluno(a) será responsável pela guarda dos documentos que receber e deverá, ao receber os documentos de clientes, assinar o respectivo “termo de entrega de documentos” e entregá-lo a(o) cliente.

§ 1º. Da mesma forma o(a) aluno(a) é responsável pela pasta que deverá ficar arquivada no NPJ, devendo zelar pela sua conservação e guarda

§ 2º. A perda dos documentos entregues pelos(as) clientes do NPJ a(o) aluno(a) responsável ou a perda da pasta acarretará a abertura de inquérito administrativo para a apuração da infração disciplinar.

CAPÍTULO VIII RELATÓRIO DE FINAL DE TRIMESTRE

Art. 25. Ao final de cada trimestre letivo o(a) aluno(a) deverá apresentar a(o) seu(ua) professor(a)-orientador(a) das disciplinas Prática Jurídica um relatório final de suas atividades naquele semestre, de acordo com as determinações de seu(ua) professor(a)-orientador(a) e modelo a ser fornecido pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica.

§ 1º: O(A) aluno(a) deverá fazer um relato sumarizado do caso judicial que está sob sua responsabilidade em formulário próprio.

§ 2º: O relatório tem por finalidade auxiliar o(a) novo(a) aluno(a) responsável, no caso de repasse de pastas, e também para as medidas a serem providenciadas no período de férias.

Art. 26. Os meios de avaliação da disciplina Prática Jurídica Simulada será estabelecido pelo docente da disciplina, não sendo obrigatória a elaboração de relatório final de estágio, exceto nos trimestres em que o(a) professor(a) adotá-lo previamente como requisito de avaliação

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Os casos omissos serão decididos pelo Coordenador do NPJ, ratificados pela Coordenação do Curso de Direito e a Direção Geral da IES.

Art. 28. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Núcleo Docente Estruturante, revogando-se as disposições em contrário.

Senhor do Bonfim/BA, 10 de Março de 2023.

Prof. Juarez Moraes Ramos Júnior
Coordenador do Curso

ANEXO I
QUADRO SUGESTIVO DE LOCAIS EM QUE PODEM SER REALIZADAS

- ✚ Visitas Técnicas Conselho Tutelar: 5 horas
- ✚ Delegacia de Polícia: 5 horas
- ✚ Fórum – TJ – TRT – TRF – TER – RF - JT: 5 horas
- ✚ PROCON ou entidade Cooperativa: 5 horas Batalhão
- ✚ da Polícia Militar: 5 horas
- ✚ OAB: 5 horas

- ✚ Delegacia da Mulher: 5 horas Casa
- ✚ Abrigo: 5 horas Audiência Pública: 5
- ✚ horas
- ✚ Sessão na Câmara dos Vereadores: 5 horas
- ✚ Asilo: 5 horas